

RELATÓRIO & CONTAS
2006

BPN
Banco Português de Negócios, S.A.

ÍNDICE

Órgãos Sociais	3
-----------------------	----------

1. Relatório do Conselho de Administração	
Enquadramento Económico	5
Síntese de indicadores de Actividade	12
Principais Acontecimentos do Grupo BPN	13
Grupo BPN	
Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade	15
Análise e Mapas Financeiros do BPN, S.A.	17
Sector Financeiro	
Banca Comercial	25
Banca de Investimento	30
Gestão de Activos e Serviços Financeiros	35
Sector de Seguros	39
Crédito Especializado	40
BPN Serviços, ACE	
Recursos Humanos	45
Infraestruturas e Processos	50
Aprovisionamento, Logística e Instalações	54
Projecto BASILEIA II	55
A Gestão do Risco no Grupo BPN	56

2. Contas Individuais e Consolidadas	
Contas Individuais	62
Contas Consolidadas	103
Proposta de Aplicação de Resultados	148

3. Certificações do BPN, S.A. (contas individuais e consolidadas)	150
--	------------

BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Fernando Aguiar Branco (Presidente)
Armando Pinto (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José de Oliveira Costa (Presidente)
António Coelho Marinho
Armando José Fonseca Pinto
Abdool Magid Abdool Karim Vakil
José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Teófilo Paulo Cadima Carreira
António Manuel Alves Martins Franco

FISCAL ÚNICO

- Revisor Oficial de Contas (Efectivo)
J. Monteiro & Associados, SROC
representada por José Manuel Carlos Monteiro
- Revisor Oficial de Contas (Suplente)
Salvador Figueiredo Vás Lima

AUDITORES

BDO & Associados SROC, Lda

CONSELHO SUPERIOR

Rui Manuel Parente de Chancerelle Machete (Presidente)
Almiro Jesus Silva
Rui Manuel Rodrigues de Almeida Fonseca
Avelino Mota Gaspar Francisco
Manuel António Lagoa de Sousa Veríssimo
Fernando Duarte Rodrigues Cordeiro
Joaquim Ferreira Abreu
Alberto Queiroga Figueiredo
António Marques Santos Cavaco
Adelino Santos Silva
José de Oliveira Costa
José Manuel Carlos Monteiro

1.

Relatório do Conselho de Administração



Enquadramento Económico

A economia mundial

As estimativas para o crescimento em volume da economia mundial apontam para um valor de 5%, medido em paridades de poder de compra, em linha com o valor verificado em 2005. A expansão das economias mais avançadas do mundo foi superior a 3%, acelerando do valor de 2,6% de 2005.

Se consideradas as taxas de câmbio na aferição do crescimento médio da economia mundial, o que atribui mais ponderação às economias mais desenvolvidas, a expansão económica no ano de 2006 processou-se a uma taxa de 3,8%, acelerando dos 3,4% do ano anterior.

O abrandamento da economia dos EUA para valores inferiores a 2,5% nos dois últimos trimestres de 2006, em consequência dos efeitos acumulados do aumento das taxas de juro pela Reserva Federal, foi compensado pelo dinamismo acrescido da União Europeia (2,9%) e pela expansão da economia japonesa.

Esta última, no quarto trimestre de 2006 expandiu-se 1,2%, ou seja a uma taxa anualizada de 4,8%. A reaceleração do crescimento da economia mundial tem levado os bancos centrais a enveredar por uma política de subida gradual de taxas de juro, com vista a impedir um sobreaquecimento que leve ao ressurgimento de pressões inflacionistas.

Como tem sido uma constante no passado recente a expansão das economias emergentes e em desenvolvimento, onde pontificam as grandes economias asiáticas (China e a Índia), teve lugar a taxas muito elevadas (superiores a 7%), permitindo a continuação da convergência destas economias com as economias mais desenvolvidas.

Crescimento Económico

	2004	2005	Previsões	
			2006	2007
Economia Mundial	5,3	4,9	5,1	4,9
Economia Avançadas	3,2	2,6	3,1	2,7
E. U. A.	3,9	3,2	3,4	2,9
Zona Euro	2,4	1,7	2,9	2,7
Japão	2,3	2,6	2,7	2,1
Economias Emergentes	7,7	7,4	7,3	7,2

Fonte: FMI, Comissão Europeia

O processo de globalização marcado pelo aumento da integração, interdependência e especialização das economias mundiais continuou, tendo o volume do comércio mundial crescido 8,9% em 2006, depois de 7,4% em 2005, segundo dados do FMI.

Numa apreciação geral é possível dizer que a economia mundial goza de considerável dinamismo à entrada de 2007, o qual provavelmente se deverá prolongar durante a parte inicial do ano.

A economia Europeia expandiu-se em 2006 acima do seu crescimento potencial de longo prazo surpreendendo pela positiva e mostrando uma capacidade sustentada de progredir apesar da subida das taxas de juro, dos preços do petróleo mais elevados do que em 2005 e do abrandamento da economia dos EUA.

As economias que compõe a União Europeia expandiram-se a 2,9% em 2006. Os países que já adoptaram o euro como moeda deverão ter fechado o ano com um crescimento de 2,7%, valor ligeiramente superior às previsões da Comissão Europeia realizadas em Novembro (2,6%) e claramente acima dos 1,7% verificados em 2005.

Este valor contrasta com a modesta previsão de crescimento de 2,9% para 2006 feita há um ano pela comissão Europeia. É de salientar que se verificou igualmente uma redução das diferenças entre as taxas de crescimento dos diversos países.

O crescimento económico na União Europeia no ano de 2006 acabou por ser muito bom em consequência da recuperação da procura interna resultante da criação de três milhões de postos de trabalho, sendo que dois milhões o foram dentro da Zona Euro. A taxa de desemprego estrutural na zona Euro caiu para 7,7%, o valor mais baixo numa década.

Embora os preços dos produtos energéticos tenham mantido a inflação acima dos 2% em 2006 (mais precisamente 2,2% na zona Euro), o valor deverá cair para 2% em 2007 devido a um efeito menos acentuado do que o prevista da subida da taxa de IVA na Alemanha dos 16% para 19%. O aumento da produtividade e a intensa competição de novos países com salários mais baixos têm moderado as perspectivas para a inflação.

Embora seja previsível a diminuição deste ritmo de crescimento em 2007, a revisão das previsões para a zona Euro mais recentes (16 de Fevereiro) apontam já para um valor próximo de 2.4% em 2007 e de 2.7% na União Europeia. Para tal deverão contribuir o consumo privado e o investimento, bem como uma revisão em alta da envolvente externa.

Zona Euro

	2003	2004	2005	Previsões	
				2006	2007
PIB	0,8	2,0	1,4	2,6	2,2
Consumo	1,2	1,5	1,4	2,0	2,1
Investimento	1,0	2,3	2,5	4,3	3,0
Taxa de Desemprego	8,7	8,9	8,6	8,0	7,4
Inflação	2,1	2,1	2,2	2,2	1,9
Défice Público (%GDP)	-3,1	-2,8	-2,4	-2,0	-1,3
Dívida Pública (%GDP)	69,2	69,7	70,6	69,4	66,9
Saldo BTC (%GDP)	0,5	0,8	0,0	-0,1	0,1

Fonte: Comissão Europeia

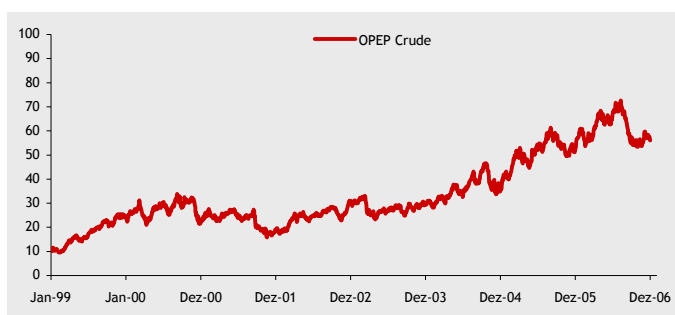
O ano de 2006 registou os preços do barril de petróleo mais elevados de sempre. O valor do cabaz de ramas dos países produtores que integram a OPEP atingiu o valor máximo de 72,64 dólares.

De referir que esta organização tem um novo estado membro em virtude do pedido de adesão de Angola, país que tem vindo gradualmente a transformar-se num dos maiores produtores de África, aproximando-se da Nigéria também membro da OPEP.

Depois do máximo atingido, o preço do barril de petróleo conheceu uma acentuada queda que o levou para baixo dos 55 dólares. Para além do aumento da capacidade de produção de petróleo em 2006, a queda ficou ainda a dever-se a condições meteorológicas favoráveis, as quais levaram ao desfazer de posições de investidores especulativos nos mercados de futuros que anteciparam uma repetição das interrupções de produção que, em 2005, se tinham verificado no Golfo do México durante a estação dos furacões. Acresce que um início de Inverno excepcionalmente ameno teve como efeito a redução da procura de petróleo para aquecimento fazendo aumentar os “stocks” existentes.

No início de 2007, o ressurgimento de tensões geopolíticas e a normalização do ciclo climático anual veio a ditar uma recuperação do preço do petróleo.

A subida dos preços dos produtos energéticos, juntamente com a subida dos preços dos metais e, mais recentemente, dos bens agrícolas não transformados, tem possibilitado uma melhoria acentuada dos saldos positivos das balanças de pagamentos das economias emergentes.



A economia portuguesa

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao quarto trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2,1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da Zona Euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

Portugal

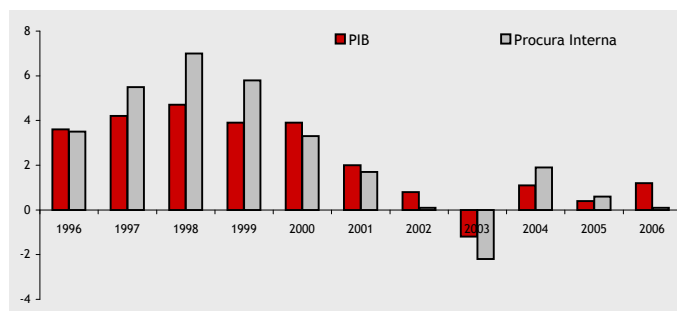
	2005	Previsões		
		2006	2007	2008
PIB	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo Privado	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo Público	1,9	-0,2	0,0	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	-2,6	-3,1	0,0	3,9
Procura Interna	0,6	0,1	1,1	1,9
Exportações	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações	1,6	4,3	3,5	4,7
Bal. Corrente + Bal. de Capital (%PIB)	-8,1	-7,6	-7,3	-7,2
Inflação	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte: Banco de Portugal

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

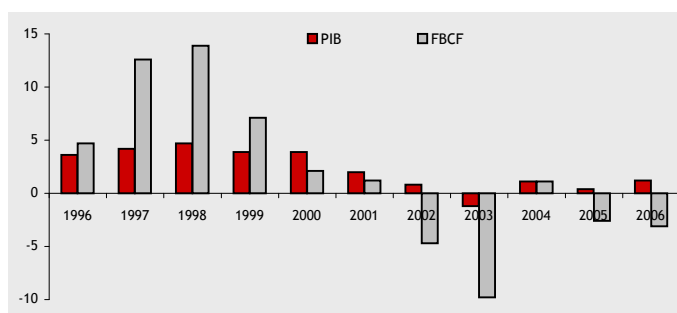
Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

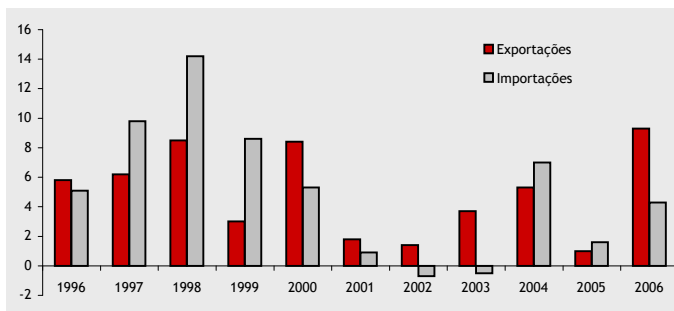
Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos 7 anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma taxa de variação positiva (+3,9%) para o total do ano, reflectindo evoluções positivas no investimento empresarial e no investimento dos particulares em habitação, uma vez que o investimento público deverá manter taxas de variação negativa até 2008.



As exportações, com um crescimento em volume de 9,3%, manifestaram um comportamento muito favorável reagindo positivamente ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, depois de sucessivos anos de perdas de quotas de mercado. Ao crescerem a um ritmo superior ao ritmo das importações (4,3%) permitiram uma ligeira melhoria do défice da balança comercial.

As previsões económicas vão agora no sentido da manutenção das quotas de mercado da economia portuguesa no comércio mundial, com o crescimento das exportações a acompanhar a dinâmica de crescimento do comércio mundial durante 2007.

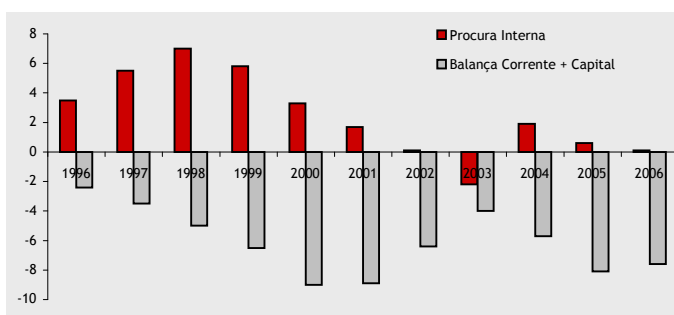


Segundo os dados mais recentes estima-se que em 2006, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, tenham aumentado para os 13,3 mil milhões de euros, mais 4,5% que os 12,7 mil milhões de euros de 2005.

Apesar da quase estabilização do défice da balança corrente nos 14,6 mil milhões de euros em 2006, a redução em 480 milhões de euros do excedente da balança de capital (saldo de entradas e saídas de investimento público e privado em Portugal), determinou este agravamento.

O valor atingido é superior a 8% do PIB e supera a estimativa de 7,6% feita pelo Banco de Portugal em Janeiro, mas a manterem-se válidas as projecções económicas deverá reduzir-se para níveis próximos dos 7% (7,3% em 2007 e 7,2% em 2008).

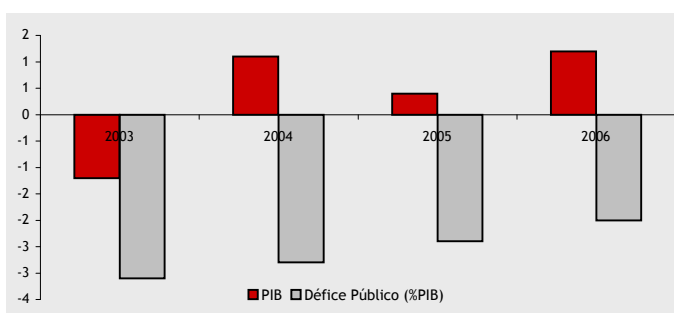
De referir que o nível do défice externo português está muito influenciado pelo elevado preço do petróleo e do gás natural, uma vez que o défice da balança de bens e serviços não energéticos era de 3,5% do PIB em 2006, prevendo-se que venha a baixar até 2008.



Finanças públicas

Embora ainda não estejam disponíveis dados finais em termos de contabilidade pública, é quase certo que o défice do sector público administrativo deverá ter sido inferior à meta de 4,6% estabelecido no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2006-2010.

Para além do aumento verificado na cobrança de impostos, a melhoria verificada em 2006 decorre também de uma redução do peso da despesa pública, em percentagem do PIB, invertendo uma tendência de crescimento contínuo e acentuado deste indicador.



A recuperação da actividade económica, as subidas de impostos verificadas em 2005 e a melhoria da capacidade da máquina fiscal na cobrança de impostos, traduziu-se num crescimento da receita fiscal do Estado de 7,2% em 2006. Enquanto isso, a despesa corrente primária (sem juros da dívida) aumentou em 2006 apenas 2,4%.

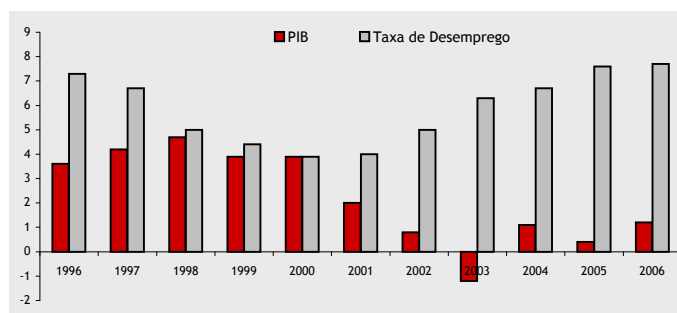
Para tal contribuíram as despesas orçamentais com o funcionalismo público que diminuíram 2,7% e as despesas com a aquisição de bens e serviços que também se reduziram em 3,6%. Comportamento inverso tiveram as transferências correntes para outras administrações públicas que aumentaram 6,5%. Por sua vez as despesas com os juros da dívida pública subiram 10,8%, em resultado do aumento quer das taxas de juro quer do “stock” de dívida. O défice do Estado na óptica de caixa foi de 7,40 mil milhões de euros, uma redução de 19,1% relativamente aos 9.14 mil milhões de 2005.

O envelhecimento da população portuguesa que se reflecte em compromissos de despesa pública crescentes com pouca discricionariedade levam a que seja necessário não abrandar os esforços de consolidação das contas públicas. Estes deverão prosseguir com diversas reformas, das quais destacamos as que se vão verificar ao nível da administração central do Estado (PRACE) e na Segurança Social com a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões e a integração da CGA no regime geral da Segurança Social.

Inflação e emprego

A taxa de inflação em Portugal medida pela variação média anual do IPC harmonizado atingiu 3%, em 2006. Este valor foi influenciado pelo contributo dos bens energéticos, os quais acrescentaram cerca de 1% à taxa de inflação subjacente, durante os dois primeiros trimestres de 2006, e pelo efeito da subida da taxa de IVA de 19% para 21%, em Julho de 2005.

O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a descer para 2,3%, em 2007 e 2,4% em 2008.



Em 2006, o crescimento económico ainda não foi suficientemente expressivo para permitir a redução do desemprego em Portugal. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego média em 2006 foi de 7,7%, aumentando ligeiramente em relação a 2005, onde foi de 7,6%.

Em termos de médias anuais, as maiores taxas de desemprego verificaram-se no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e na região de Lisboa, sendo estas as regiões do país onde a taxa de desemprego é superior à média nacional.

Como já referimos no passado, a experiência macroeconómica portuguesa indica que será necessário que a economia volte a crescer sustentadamente a um ritmo superior a 2% ao ano, para que a taxa de desemprego possa diminuir de forma significativa. Em consequência tem-se sentido um novo aumento do recurso à emigração pelos portugueses, embora para destinos diferentes dos tradicionais, tirando partido das oportunidades geradas pelo crescimento económico internacional.

Evolução monetária e do sector bancário

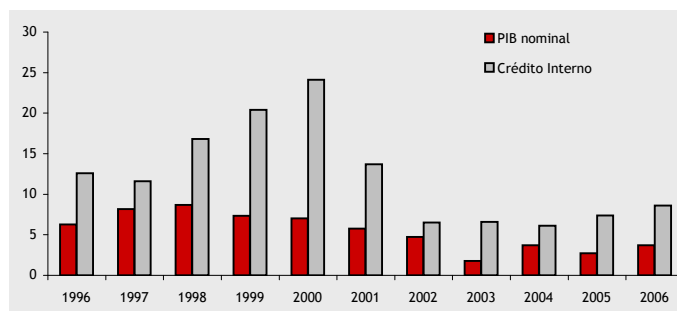
O crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 8,6% em 2006 acelerando do valor de 7,4% verificado em 2005.

Este crescimento anual resultou da evolução dos empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro que aumentou 8,8% (subida de 1,1% no valor da taxa de variação homóloga) e do aumento do crédito concedido a instituições financeiras não monetárias em 6,3%, (mais 3,3% de taxa de variação homóloga).

Por sua vez, o aumento do crédito ao sector privado não financeiro decorreu tanto da aceleração da taxa de variação anual do crédito concedido a empresas não financeiras, o qual aumentou para 7,2% em 2006 (6,5% no ano anterior), como do aumento dos empréstimos concedidos a particulares em 9,9%.

No final de 2006, da análise do saldo vivo, ajustado de titularizações de créditos, dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras às entidades do sector privado não financeiro verificava-se que 42% se encontrava concedido a empresas; 47,3% estava aplicado em crédito a particulares para compra de habitação e os restantes 10,7% para crédito a consumo e outros fins.

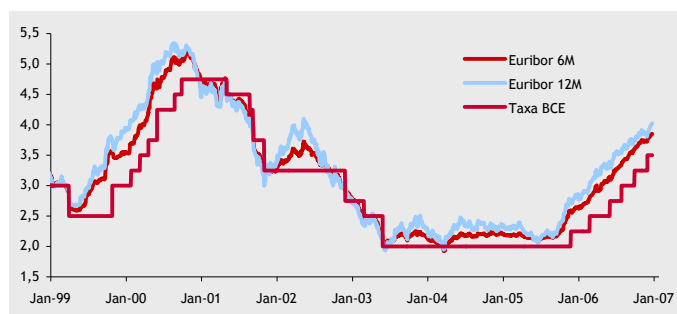
Na mesma data, é de registar que, em virtude do aumento continuado do crédito às famílias portuguesas, o valor dos depósitos que as mesmas tinham no sector bancário era já inferior em cerca de 23 mil milhões de euros ao valor dos empréstimos que lhe tinham sido concedidos pelo sector bancário.



Taxas de juro

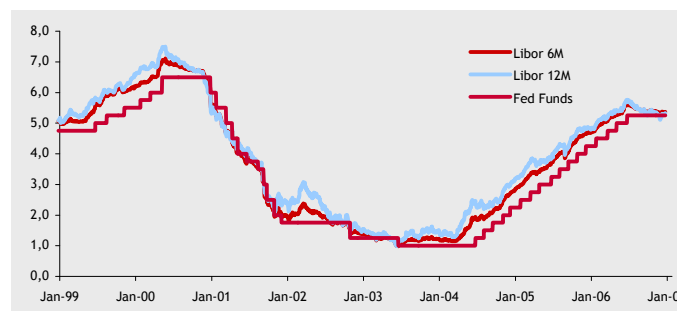
O BCE continuou a política de aumento gradual da taxa directora do eurossistema em 2006, depois de ter iniciado a subida da taxa de referência da zona Euro em Dezembro do ano anterior.

Esta taxa foi elevada de 2,25% para 3,5% durante 2006, em cinco incrementos de 0,25%. Em virtude da forte dinâmica da economia da zona euro, as expectativas do mercado vão agora no sentido da taxa do eurossistema se vir a situar nos 4%, em meados de 2007.



Nos EUA, a Reserva Federal prosseguiu a subida da sua taxa directora. Esta foi aumentada em mais 1%, ao longo da primeira metade de 2006, de 4,25% para 5,25%, valor onde tem permanecido estabilizada desde 29 de Junho.

Com o subsequente abrandamento da taxa de crescimento da economia dos EUA, registada no segundo semestre de 2006, os agentes económicos antecipam agora que o próximo movimento da taxa directora seja de descida, embora a altura exacta do início da sua redução seja ainda objecto de discussão.



O ano de 2006 viu retomar-se a tendência de desvalorização do dólar norte-americano face ao euro. Esta tendência, que começou em 2002, tinha sido brevemente interrompida durante 2005. Com a paragem na subida das taxas pela Reserva Federal em meados de 2006, a subida do euro face ao dólar recomeçou, em virtude de se ter atenuado o diferencial de taxas de curto prazo que favorece a divisa dos EUA e de se manter o forte desequilíbrio das contas externas deste país.



Mais significativa terá sido a valorização do euro face ao iene o qual é provavelmente entre as maiores divisas mundiais, aquela que mais desvalorizada se encontra em termos de paridades de poder de compra.

Apesar do Banco do Japão ter acabado, durante 2006, com a política de cedência quantitativa de liquidez e de taxas de juro iguais a zero (ao subir a sua taxa de desconto para 0,25% em 14 de Julho), o iene continuou a desvalorizar face ao euro.

A expectativa que a subida de taxas pelo Banco do Japão seja muito gradual e para valores modestos tem encorajado alguns investidores a endividarem-se em ienes para fazer aplicações financeiras de cariz especulativo nos principais mercados mundiais.

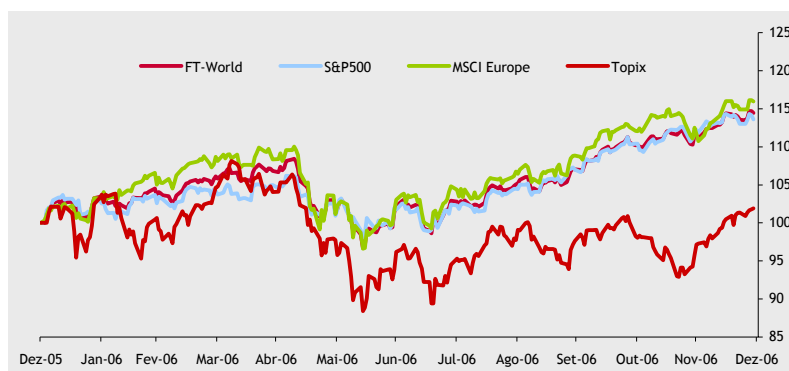
Mercados financeiros

O ano de 2006 voltou a ser positivo para os mercados accionistas mundiais, o que acontece pelo quarto ano consecutivo. Entre os três maiores blocos económicos só o Japão não registou uma valorização próxima dos 15%, em parte devido a uma pausa da muito significativa subida registada durante 2005.

Não obstante o comportamento favorável das bolsas registou-se uma correcção significativa das cotações das acções entre Maio e Junho. Esta queda temporária foi mais profunda nas bolsas dos mercados emergentes depois de fortes valorizações anteriores.

A paragem da subida das taxas de juro nos EUA, ocorrida em meados de Junho, veio a determinar o fim da correcção dos mercados accionistas mundiais permitindo que se iniciasse um novo ciclo de subida.

A bolsa portuguesa foi das que melhor comportamento teve em 2006 valorizando-se cerca de 30%. Para além do início da recuperação económica, o mercado beneficiou da actividade gerada por duas ofertas públicas de aquisição lançadas sobre as acções da Portugal Telecom e do banco BPI.



Síntese de indicadores de Actividade

	Milhares €			(Var. %)
	PCSB	Pro forma IAS/IFRS	IAS/IFRS	
Valores Consolidados	2005	2005	2006	06/05
Balanço				
Activo líquido	5.347.427	5.672.756	6.980.962	23,1%
Situação líquida	389.323	382.563	404.187	5,7%
Créditos sobre Clientes	4.606.033	4.416.577	4.965.302	12,4%
Gestão de activos e Fundos de Investimento	2.470.621	2.470.621	2.522.073	2,1%
Recursos totais de Clientes	4.132.056	4.020.125	4.126.333	2,6%
Demonstração				
Margem Financeira	144.034	158.282	164.360	3,8%
Produto da actividade	221.847	227.257	271.042	19,3%
Custos de estrutura	139.037	149.800	168.776	12,7%
Imparidade				
Do crédito (líquido de recuperações)	-	28.205	32.625	15,7%
De outros activos	-	85	62	-27,1%
Resultado líquido	38.279	42.773	58.937	37,8%
Rácios				
Rendibilidade média dos capitais próprios (ROAE)	10,3%	12,4%	17,2%	n.a.
<i>Cost to income</i>	62,7%	65,9%	62,3%	n.a.
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0,76%	0,75%	0,84%	n.a.
Rácio de Solvabilidade (BPN, S.A.)	10,3%	10,3%	9,8%	n.a.
Seguros				
Prémios de seguro Vida	179.084	18.145	17.081	-5,9%
Colaboradores da Área Seguradora	68	68	72	5,9%
Número de Colaboradores				
Colaboradores BPN, S.A.	1.686	1.686	1.760	4,4%
Número de Agências				
Portugal e França	203	203	205	1,0%

Principais Acontecimentos do Grupo

Fevereiro

- O BPN patrocinou o 2º Congresso "Comércio Moderno" organizado pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) que decorreu durante os dias 22 e 23 de Fevereiro no Centro Cultural de Belém sob o lema "No Caminho do Futuro". Os temas marketing, gestão e economia dominaram o debate dos problemas e a discussão de ideias e estratégias futuras nestas áreas.

Março

- O Fundo BPN Conservador foi premiado pela terceira vez consecutiva, ganhando o Prémio Diário Económico Standard & Poor's na categoria Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 3 anos. O Fundo BPN Renda Mensal foi o vencedor do Prémio Diário Económico Standard & Poor's para os Melhores Fundos de Investimento na categoria Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 1 ano.

- A BPN Imofundos lançou o seu novo site institucional acessível através do endereço www.bpnimofundos.pt. Disponível também em inglês, faculta ao utilizador informações sobre a actividade da Sociedade Gestora, bem como explicações detalhadas sobre os fundos disponíveis para os investidores.

Abril

- A BPN Gestão de Activos lançou 2 novos fundos de investimento, o "BPN Taxa Fixa Euro" e o "BPN Acções Europa".

Julho

- Abertura das agências do BPN em Vila do Conde e Vendas Novas.

- O BPN celebrou um protocolo com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) para a atribuição de condições exclusivas na contratação de contas poupança deficiente. A celebração deste protocolo surgiu no âmbito do acordo celebrado em 2005 com condições especiais para os reformados, e visou a extensão das mesmas aos associados portadores de deficiência - grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%.

- O BPN foi patrocinador oficial da segunda edição do Festival de Verão Antarte Pop/Rock em Rebordosa, Paredes que decorreu entre os dias 22 e 24 de Julho.

- Abertura de um programa de EMTN, pelo BPN, no montante de 1 bilião de Euros.

Setembro

- O BPN inaugura o "Núcleo Centro de Empresas de Setúbal", uma iniciativa vocacionada para o meio empresarial, e cujo objectivo é o de incrementar uma relação personalizada com os seus Clientes.

- No âmbito da celebração do Dia Mundial do Coração no dia 24 de Setembro, o BPN associou-se a esta iniciativa ao apoiar a Fundação Portuguesa de Cardiologia nas várias acções que tiveram lugar de Norte a Sul do país incluindo Regiões Autónomas. Em conjunto com várias entidades, a fundação mobilizou milhares de pessoas para a participação em actividades físicas e desportivas, promovidas pelas câmaras municipais.

- A iniciativa "Noites de S. Bento" teve o patrocínio do BPN Private Banking. Entre os dias 21 e 23 de Setembro, os antiquários da R. de S. Bento abriram mais uma vez os seus espaços aos especialistas e apreciadores de antiguidades e, simultaneamente, promoveram um programa de animação que convidou a percorrer a memória da Lisboa Quinhentista.

- O Netpay associou-se ao Fashion Algarve - Portimão 2006 que decorreu no dia 16 de Setembro, organizada pela Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve - ACRAL e pela Câmara Municipal de Portimão. Este evento tem como objectivo dinamizar o comércio local, dirigindo-se essencialmente aos empresários e comerciantes da região algarvia.

- Primeira emissão de FRN's, no valor de 200 milhões de Euros.

Outubro

- O BPN e a Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG) assinam protocolo para a atribuição aos seus associados de condições preferenciais de acesso a um conjunto global de produtos e serviços financeiros.
- O sistema de pagamento electrónico lançado pelo Banco Português de Negócios, o Netpay, conta já com 14 mil terminais instalados, no primeiro ano do seu lançamento.
- Pelo 2º ano consecutivo, a Direcção de Marketing e Comunicação do BPN co-organizou, com o Nortada Golf Clube, o Torneio de Golf BPN para Clientes.
- O BPN integrou o Consórcio vencedor Eólicas de Portugal para a atribuição de novas potências eólicas, através do acompanhamento técnico e de enquadramento estratégico da sua Direcção de Projectos e Empresas. Este é um dos maiores projectos energéticos de sempre no país, que incorre num investimento de 1.750 milhões de euros e levará à criação de 1.800 postos de trabalho.

Novembro

- A BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., foi galardoada, pelo Euro Property, com o prémio de “Best Performing Balanced Property Fund” pela gestão do BPN Imonegócios, que foi classificado, pelo IPD - Investment Property Data, como a melhor carteira diversificada de activos imobiliários em Portugal entre 2003 e 2005. O prémio é mais um reconhecimento dos resultados apresentados pelos fundos geridos pela BPN Imofundos nos últimos anos. A entrega de prémios ocorreu em Munique, Alemanha, na Feira Expo Real 2006.
- Aliando-se ao espírito do Dia Mundial da Poupança, foi lançada durante o mês de Novembro a campanha Mês da Poupança BPN, com a oferta de produtos de poupança com condições muito especiais.
- O BPN assinou um protocolo de cooperação com a Associação da Restauração e Similares de Portugal - ARESP, que estabelece condições preferenciais para os seus associados na adesão ao Netpay.
- O BPN patrocinou a 5ª edição do Festival Internacional de Chocolate em Óbidos que decorreu entre os dias 2 e 12 de Novembro e que foi visitado por cerca de 230 mil pessoas.
- Representado pela Direcção de Banca Directa, o BPN torna-se membro da Associação Portuguesa de Contact Centers. Esta é uma associação empresarial constituída por 40 empresas, engloba 10 sectores da economia e tem como missão desenvolver sustentadamente o mercado de call e contact centers em Portugal.

Dezembro

- O BPN vendeu a sua participação na ERGI-Empreendimentos, empresa imobiliária brasileira sediada em São Paulo, por um valor aproximado de cerca de 5,5 milhões de euros.
- Operação de securitização de créditos a PME's, no valor de 601,1 milhões de Euros.

Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade

Em consequência das modificações introduzidas nas regras contabilísticas pela adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC - IAS em inglês)/Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS em inglês) ao nível das contas consolidadas e das Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), ao nível das contas individuais, que correspondem a um quadro de referência relativamente próximo das IAS/IFRS, re-expressámos as nossas contas de 31 de Dezembro de 2005, de forma a assegurar a comparabilidade das demonstrações e outros indicadores que constam deste relatório.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, originalmente registadas e reportadas de acordo com as regras do Banco de Portugal (Plano de Contas para o Sistema Bancário), em vigor na altura, são também apresentadas para que sirvam de referência.

As modificações introduzidas nas regras contabilísticas em consequência da adopção das IAS/IFRS e das NCA, foram vastas, pelo que consideramos importante ressaltar as principais alterações:

- A área das responsabilidades com pensões de reforma terá sido a que sofreu impacto mais significativo. Assim, com a entrada em vigor das IAS/IFRS, o cálculo das responsabilidades para com pensões de reforma passa a apoiar-se em pressupostos e parâmetros actuariais de acordo com as expectativas do mercado, mantendo-se todavia a noção do corredor. Os desvios actuariais passaram a ser objecto de amortização pelo prazo médio até à data de reforma dos trabalhadores abrangidos pelo plano de pensões em substituição dos anteriores 10 anos.

As perdas decorrentes do défice estrutural e dos desvios fora do corredor que anteriormente eram reconhecidos como resultados extraordinários são agora considerados resultado corrente sendo integrados nos demais custos com pessoal.

Passam também a ser reconhecidas nesta área as responsabilidades com os serviços médicos (SAMS).

De acordo com as opções previstas na IAS 19, estas responsabilidades podem ser calculadas desde a criação do fundo de pensões ou tão somente a partir da adopção dos IAS, havendo instituições que optaram pelo seu recálculo e outras pelo reset dos valores em balanço à data da transição.

O impacto dos novos critérios tem por contrapartida a rubrica de resultados transitados, permitindo as novas normas regulamentares (Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal) que os mesmos sejam reconhecidos em prestações diferidas genericamente até Dezembro de 2009 e, para o caso específico dos cuidados médicos pós emprego, até Dezembro de 2011.

- A contabilização ao custo histórico passou, para um conjunto alargado de activos, a ser feita ao justo valor, alteração que teve sobretudo impacto ao nível das carteiras de títulos e das participações financeiras (excepto subsidiárias ou associadas). As novas regras contabilísticas obrigaram a uma reclassificação destes activos, dando origem às seguintes rubricas do balanço: activos financeiros detidos para negociação, outros activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Estes activos passam a ser reconhecidos em balanço pelo justo valor (regra geral é o valor de mercado), quando anteriormente se encontravam registados ao valor de aquisição, sendo reconhecidas as mais e menos valias potenciais por contrapartida de resultados de operações financeiras (no caso das duas primeiras rubricas mencionadas anteriormente) ou de reservas de reavaliação (no caso dos activos financeiros disponíveis para venda). As regras do anterior Plano de Contas do Sistema Bancário não permitiam reconhecer as mais valias e obrigavam ao provisionamento das menos valias.

- Imparidade nos activos - globalmente os activos devem ser avaliados no sentido de se apurar a possível existência de perdas permanentes (imparidade). As IAS estabelecem algumas regras a observar no reconhecimento da imparidade para as diferentes categorias de activos. Em termos da elaboração das NCA manteve-se o provisionamento do crédito concedido (de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal).

- Contabilidade de cobertura - as IAS definem critérios específicos na definição das políticas de cobertura estando os derivados de cobertura individualizados ao nível do balanço. Os derivados bem como os activos financeiros que são objecto de cobertura são registados ao valor de mercado, sendo a valorização líquida reflectida através dos resultados de operações financeiras. No âmbito do Plano de Contas do Sistema Bancário, os derivados de cobertura não eram objecto de reavaliação e os activos associados encontravam-se em balanço ao valor de aquisição.

- Os activos tangíveis e intangíveis, continuam, de uma forma geral, a corresponder às anteriores rubricas de imobilizado corpóreo e incorpóreo. Alguns desses activos, nomeadamente relacionados com desenvolvimento, publicidade e despesas de constituição, tivemos de os reclassificar como custo de exploração, sendo que uma parte no âmbito da 1ª aplicação das IAS/IFRS, teve impacto em Resultados Retidos (sub-conta dos Resultados Transitados, utilizada apenas para se segregar nos Resultados Transitados o que é impacto da 1ª aplicação das IAS/IFRS e o que são Transitados advindos de resultados líquidos de exercícios anteriores).

- Reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos, com individualização destes valores ao nível de balanço - no Plano de Contas do Sistema Bancário não era, na generalidade, permitido o reconhecimento dos impostos diferidos, situação que passou a ser possível no novo enquadramento contabilístico, desde que haja uma probabilidade razoável de ocorrência de lucros tributáveis susceptíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais).

- Outras remunerações de empregados - as participações nos lucros, prémios de produtividade ou outros bónus variáveis, passaram a constituir um custo com pessoal no exercício a que respeitam (nas regras do Plano de Contas do Sistema Bancário eram registados quando eram efectivamente pagos).

- Acções próprias e dividendos antecipados - passam a constituir elementos negativos dos capitais próprios quando anteriormente constituíam um activo (as acções próprias eram um elemento discriminado no activo enquanto os dividendos antecipados eram integrados nas contas de regularização).

- Periodificação de comissões - a adopção do método de taxa de juro efectiva consignada no novo enquadramento contabilístico, implica considerar não só a taxa de juro nominal como as comissões associadas à concessão do crédito e outros instrumentos financeiros, procedendo-se à sua periodificação durante todo o prazo das operações.

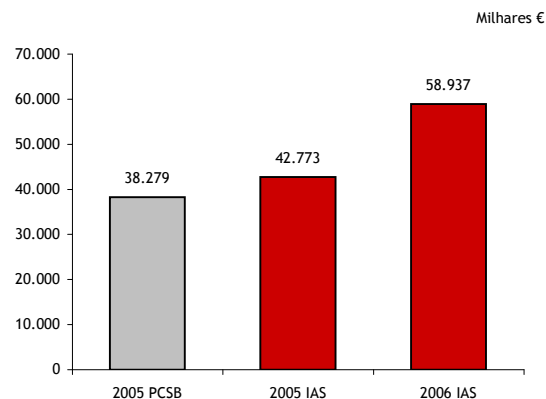
Análise e Mapas Financeiros do BPN, S.A.

Resultados consolidados

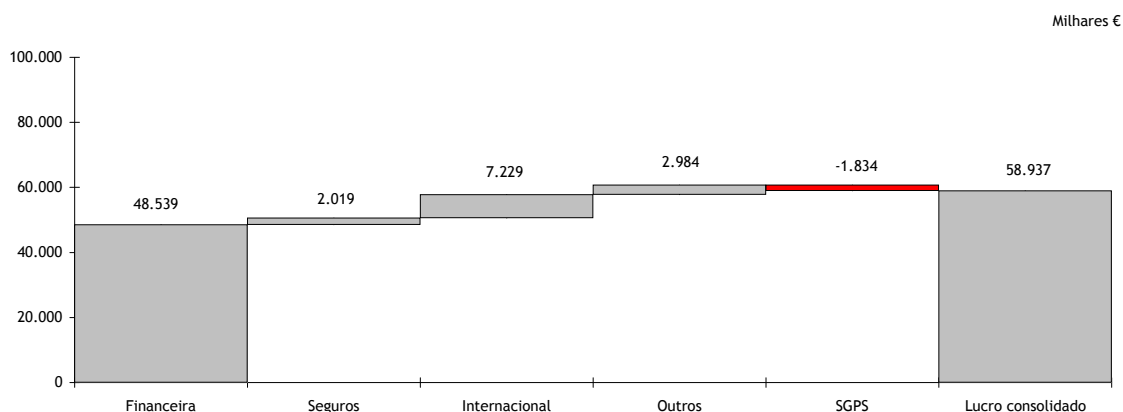
Com a reformulação dos formatos das demonstrações financeiras decorrente da adopção das NIC (IAS), salientamos que a grande e principal alteração incide na definição dos resultados operacionais, os quais passam a incluir como parcelas a abater não apenas os custos administrativos (custos com pessoal e gastos gerais administrativos) mas também os custos operativos (custos administrativos mais amortizações do exercício). Significa que os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as amortizações devem ser vistos como custos necessários ao desenvolvimento da nossa actividade, contribuindo para a formação do resultado bruto, numa perspectiva de análise económica.

O resultado consolidado do BPN S.A., de 2006, ascendeu a 58.937 milhares de euros, correspondendo a um crescimento de 37,8% face ao resultado *pro forma*, segundo o normativo NIC, obtido em 2005, de 42.773 milhares de euros.

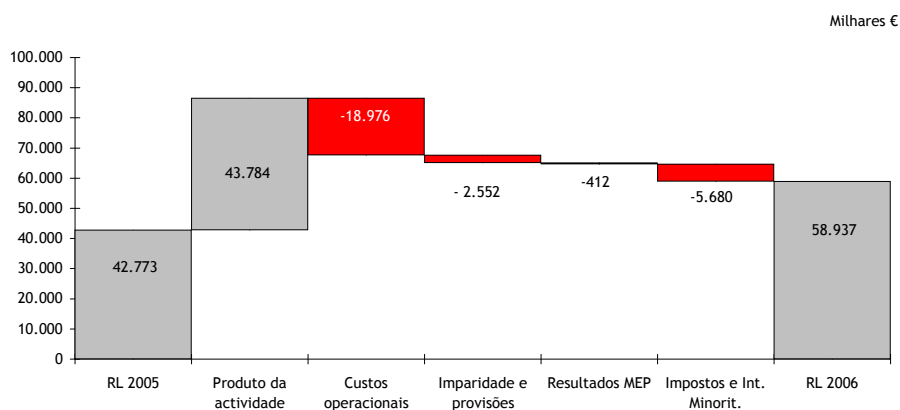
Resultado Líquido Consolidado



Contributo de cada área de negócio para o lucro líquido consolidado



Evolução do Resultado Líquido Consolidado



Conta de resultados Consolidados

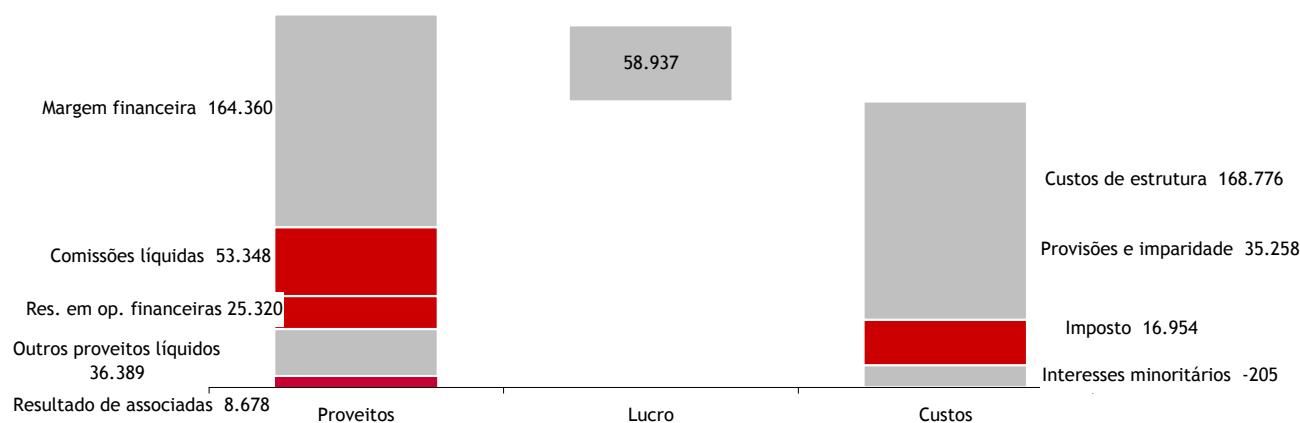
Milhares €

	2005		2006	Δ %
	PCSB	Pro forma IAS/ IFRS	IAS/IFRS	
Margem financeira	144.034	158.282	164.360	3,8%
Comissões líquidas	54.130	43.295	53.348	23,2%
Resultados em operações financeiras	2.785	13.015	25.320	94,6%
Resultados líquido de resseguro	-	(3.670)	(8.375)	128,2%
Outros proveitos líquidos	20.898	16.336	36.389	122,8%
Produto da actividade	221.847	227.257	271.042	19,3%
Custos operacionais	139.037	149.800	168.776	12,7%
Provisões e imparidade	(32.451)	(32.706)	(35.258)	7,8%
Resultado de associadas	271	9.089	8.678	-4,5%
Resultado antes de impostos	50.630	53.840	75.686	40,6%
Imposto	12.351	11.015	16.954	53,9%
Interesses minoritários	-	53	(205)	-486,8%
Resultado consolidado	38.279	42.773	58.937	37,8%

De uma forma sintética, as principais alterações ao nível das variáveis da conta de exploração, foram:

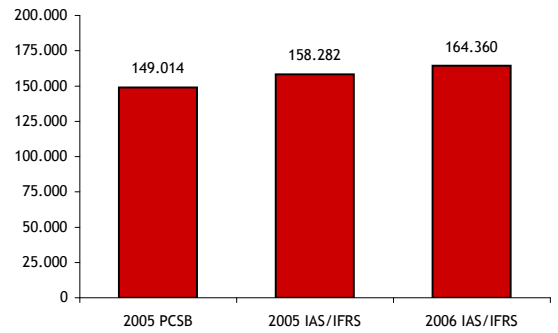
- Resultados de serviços e comissões deixam de incluir alguns valores que, por estarem ligados à aquisição de activos financeiros, passam a ser incluídos nos juros e rendimentos similares devendo ser reconhecidos pelo método da taxa efectiva;
- Nos outros resultados passam a estar consideradas as mais e menos valias (valorização de acordo com os mercados) dos activos financeiros detidos para negociação e dos outros activos financeiros ao justo valor através de resultados;
- A rubrica de resultados extraordinários deixou de existir. Os maiores impactos decorrentes desta alteração estarão ligados ao reconhecimento das perdas decorrentes da amortização do défice estrutural e dos desvios fora do corredor dos fundos de pensões, que passam a ser registados nos custos com pessoal, e aos resultados da venda de participações.

Repartição das Rúbricas de Resultados



Margem financeira

A margem financeira cresceu 3,8%, atingindo o montante de 164.360 milhares de Euros, enquanto que as operações financeiras registaram um aumento de 94,6%, contribuindo com 25.320 milhares de Euros para o produto da actividade, o qual cresceu 19,3%, para 271.042 milhares de Euros (227.258 milhares de Euros em 2005).

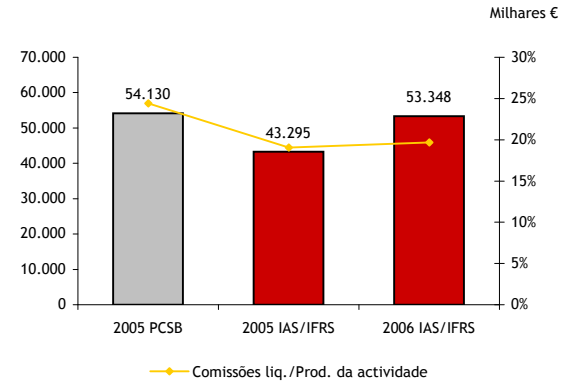


Comissões

As comissões registaram um valor de 53.348 milhares de Euros, contra os 43.295 milhares de Euros relativamente a 2005.

Esta variação é explicada pelo aumento em 2006 dos Rendimentos com serviços e comissões em cerca de 21,8%, enquanto os encargos com serviços e comissões evoluíram 16,7%.

A Banca comercial e a Gestão de activos, continuam a ter um peso preponderante, reflexo da boa performance da gestão de activos e dos fundos imobiliários.

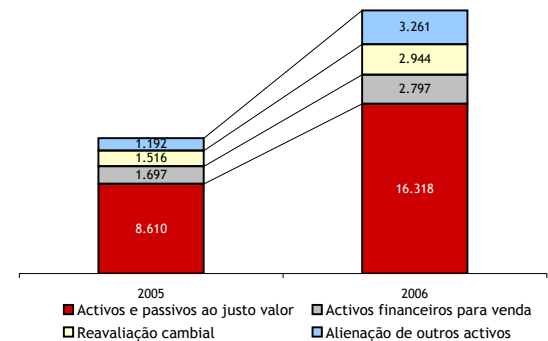


	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros
Rendimentos de serviços e comissões	2.176	607	10.217	28.631	14.868	886	156	10.366
Encargos com serviços e comissões	318	3.318	306	1.451	105	856	-	8.205
Saldo	1.858	(2.711)	9.911	27.180	14.763	30	156	2.161

Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras atingiram um valor de 25.320 milhares de euros (13.015 milhares de euros em 2005), tendo para tal contribuído o resultado de activos de negociação, reflexo do bom desempenho verificado durante o ano dos principais mercados e índices.

A contribuição para a formação do produto bancário passou de 5,7%, em 2005, para 9,3%, em 2006.

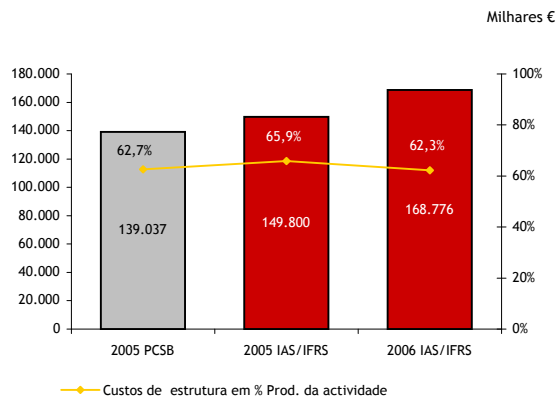


	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	3.143	-	(2.555)	-	-	-	15.730
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.407	(79)	966	(3)	-	-	506
Resultados de reavaliação cambial	-	2.549	-	544	-	-	-	(149)
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	2.329	-	-	-	932
Saldo	-	7.099	(79)	1.284	(3)	-	-	17.019

Custos de estrutura

Os custos de estrutura - custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros, e amortizações - registaram um aumento de 12,7% , comparativamente com os 149.800 milhares de euros referentes a 2005.

Ainda assim, esta evolução foi inferior ao aumento registado no produto da actividade, permitindo assim, a melhoria da eficiência, verificando-se uma melhoria no indicador "Custos de estrutura em percentagem do produto da actividade" de 65,9%, em 2005, para 62,3%, em 2006.



Custos de estrutura

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	62.671	41,8%	81.236	48,1%	29,6%
Gastos gerais administrativos	76.066	50,8%	78.571	46,6%	3,3%
Custos de funcionamento	138.737		159.807		15,2%
Amortizações	11.063	7,4%	8.969	5,3%	-18,9%
Custos de estrutura	149.800	100,0%	168.776	100,0%	
Custos com pessoal em % prod bancário	27,6%		30,0%		
Custos de funcionamento em % prod bancário	61,0%		59,0%		
Custos de estrutura em % prod bancário	65,9%		62,3%		

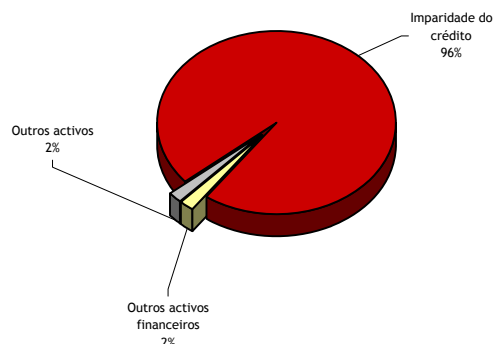
Provisões e imparidade

Em 2006, as perdas por imparidade ascenderam a 34.556 milhares de Euros, representando 0,74% do saldo médio da carteira de crédito.

Após se proceder à dedução das recuperações ocorridas em 2006 do crédito e juros vencidos abatidos ao activo anteriormente, cujo valor foi de 1.931 milhares de Euros, o custo líquido relacionado com a constituição de perdas por imparidade é de 32.625 milhares de Euros, representativos de 0,70% do saldo médio da carteira de crédito.

Em 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da BPN, S.A. foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas diversas autoridades de supervisão, sem consideração dos impactos decorrentes da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. Face ao exposto, no exercício de 2005 as provisões foram calculadas de acordo com o que se encontra disposto no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, tendo as mesmas ascendido a 33.413 milhares de Euros, representando 0,80% do saldo médio da carteira de crédito. Ainda em 2005, as recuperações ocorridas de crédito e juros vencidos previamente abatidos ao activo ascenderam a 3.097 milhares de Euros, pelo que as provisões constituídas líquidas de recuperações representaram 0,73% da carteira de crédito.

Não obstante, as demonstrações financeiras consolidadas da BPN, S.A. , respeitantes ao exercício de 2005, terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos pelas diversas autoridades de supervisão, foram apresentadas demonstrações financeiras consolidadas *pro forma*, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade. A adopção daquelas Normas, ao nível das imparidades de Crédito, levou ao apuramento de uma insuficiência de provisionamento de 1.179 milhares de Euros. Este impacto foi registado por contrapartida de dedução nos capitais próprios da Sociedade, conforme previsto pela IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards.



Imparidade

Milhares €

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Imparidade do crédito					
Crédito a clientes	28.205	100,3%	32.625	100,2%	15,7%
	<u>28.205</u>		<u>32.625</u>		<u>15,7%</u>
Imparidade de outros activos					
Outros activos financeiros	(310)	-1,1%	(703)	-2,2%	n.a.
Outros activos	225	0,8%	641	2,0%	184,9%
	<u>(85)</u>		<u>(62)</u>		<u>-27,2%</u>
	<u>28.120</u>	<u>100,0%</u>	<u>32.563</u>	<u>100,0%</u>	<u>15,8%</u>

Balanço consolidado

O Grupo BPN, S.A., finalizou o exercício de 2006 com um Activo líquido consolidado de 6.980.962 milhares de euros, o que representa um crescimento de 23,1% face ao valor apresentado no final de 2005 (5.672.756 milhares de euros).

O Crédito sobre Clientes (valor líquido), atingiu o montante de 4.828.060 milhares de euros, contra os 4.286.401 milhares de euros registados em 2005. Na estrutura dos activos, o Crédito a Clientes fixou-se nos 69,2%, face aos 75,6% verificados em 2005.

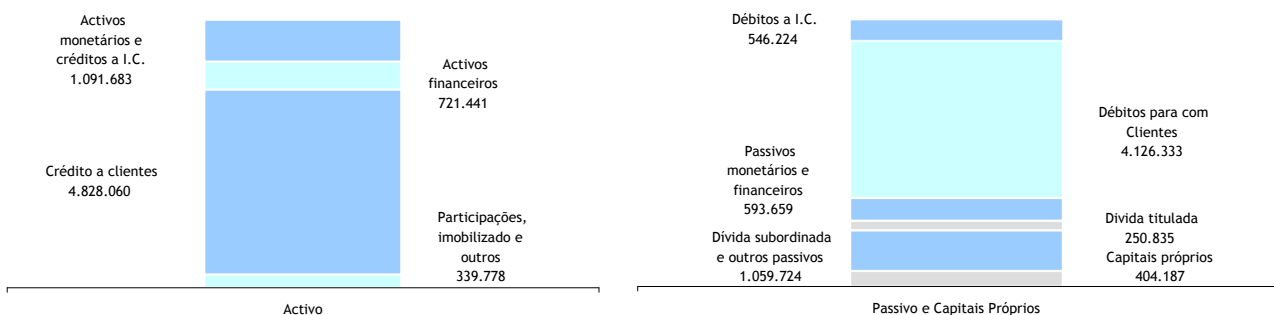
Os recursos captados de Clientes registaram um acréscimo de 2,6%, atingiram o montante de 4.126.333 milhares de euros, passando a representar 59,1% do total dos recursos do Grupo.

Os capitais próprios apresentam, em Dezembro de 2006, um valor de 404.187 milhares de euros, correspondendo a um aumento de 5,7% face ao ano anterior.

Evolução das Rúbricas de Balanço

	2005		2006	
	PCSB	Pro forma IAS/IFRS	IAS/IFRS	Δ %
Activo				
Activos monetários e créditos a I.C.	484.117	577.189	1.091.683	89,1%
Activos financeiros	276.965	440.799	721.441	63,7%
Crédito a clientes	4.317.803	4.286.401	4.828.060	12,6%
Participações, imobilizado e outros	268.542	368.367	339.778	-7,8%
	5.347.427	5.672.756	6.980.962	23,1%
Passivo e Capitais Próprios				
Débitos a I.C.	506.300	508.914	546.224	7,3%
Débitos para com Clientes	4.092.016	4.020.125	4.126.333	2,6%
Passivos monetários e financeiros	1.567	16.146	593.659	3576,8%
Dívida titulada	40.040	39.543	250.835	534,3%
Dívida subordinada e outros passivos	318.181	705.465	1.059.724	50,2%
	4.958.104	5.290.193	6.576.775	24,3%
Capitais próprios	389.323	382.563	404.187	5,7%
	5.347.427	5.672.756	6.980.962	23,1%

Repartição das Rúbricas de Balanço

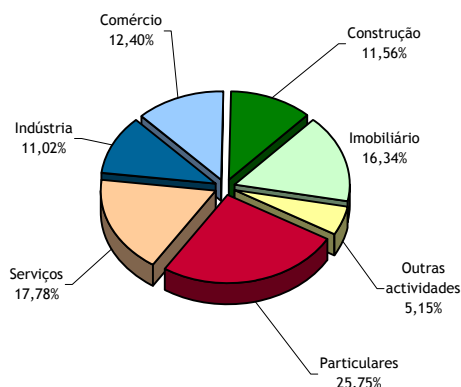


Crédito a clientes

Dado o elevado peso da Banca Comercial, o Crédito a Clientes continuou a representar o principal activo do BPN, com um peso de 68% no total da actividade.

Em 2006, com a alteração da abordagem do mercado e a dinâmica comercial registou-se um crescimento de 12,6%, atingindo um montante líquido de 4.828.060 milhares de Euros.

Em termos de segmentos, a nova abordagem do mercado, provocou uma profunda alteração no peso das principais componentes da carteira de crédito, com uma maior incidência no crédito a particulares e empresas de serviços (43,5% do total da carteira de crédito).



Crédito a clientes por segmento

Milhares €

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Particulares	1.019.400	23,1%	1.278.403	25,7%	25,4%
Empresas					
Serviços	598.915	13,6%	882.731	17,8%	47,4%
Indústria	490.054	11,1%	547.171	11,0%	11,7%
Comércio	543.179	12,3%	615.806	12,4%	13,4%
Construção	506.139	11,5%	573.862	11,6%	13,4%
Imobiliário	739.021	16,7%	811.450	16,3%	9,8%
Outras actividades	519.869	11,7%	255.879	5,2%	-50,8%
	3.397.177		3.686.899		
Crédito bruto	4.416.577		4.965.302		12,4%
Imparidade	(130.176)		(137.242)		5,4%
Total	4.286.401		4.828.060		12,6%

Carteira de títulos

Em 31 de Dezembro de 2006, o total da carteira de activos detidos para negociação, ao justo valor, disponíveis para venda e os investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação ascendia a 863.516 milhares de Euros, correspondendo a um peso de 12,4% do Activo líquido total.

Carteira de títulos

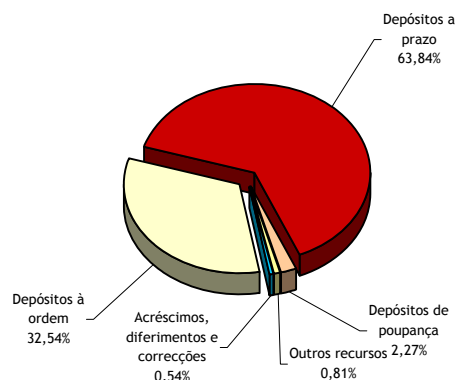
Milhares €

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor					
Obrigações	219.697	49,8%	240.757	33,4%	9,6%
Acções	15.667	3,6%	32.317	4,5%	106,3%
Outros títulos	64.572	14,6%	97.561	13,5%	51,1%
Instrumentos derivados	15.736	3,6%	30.037	4,2%	90,9%
	315.672		400.672		
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações	62.742	14,2%	262.802	36,4%	318,9%
Acções	4.278	1,0%	4.149	0,6%	-3,0%
Outros títulos	59.294	13,5%	53.818	7,5%	-9,2%
Instrumentos derivados	-	-	-	-	-
	126.314		320.769		
Imparidade	(1.187)		-		-100,0%
Total	440.799		721.441		63,7%

Recursos totais

Os Recursos de Clientes apresentaram um acréscimo de 2,6%, atingindo os 4.126.333 milhares de Euros, continuando a representar a principal fonte de financiamento do Grupo (62,7%).

A esta evolução não é alheia os produtos disponibilizados pela Banca Comercial e a boa rentabilidade associada.



Recursos de clientes

Milhares €

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Recursos de clientes de Balanço					
Depósitos à ordem	1.179.060	29,3%	1.342.527	32,5%	13,9%
Depósitos a prazo	2.699.727	67,2%	2.634.309	63,8%	-2,4%
Depósitos de poupança	93.275	2,3%	93.755	2,3%	0,5%
Outros recursos	28.991	0,7%	33.578	0,9%	15,8%
Acréscimos, diferimentos e correções	19.072	0,5%	22.164	0,5%	16,2%
	4.020.125	100,0%	4.126.333	100,0%	2,6%

Os Recursos em Instituições de Crédito no valor de 546.224 milhares de euros, registam um aumento cerca de 7,3%, no entanto o seu peso no total do Passivo passou de 9,6%, em 2005, para 8,3%, em 2006, derivado do aumento do total do passivo de um ano para o outro, em 24,3%.

Situação líquida

Os Capitais próprios apresentam, em Dezembro de 2006, um valor de 404.187 milhares de Euros, correspondendo a um incremento de 5,7% face ao ano anterior.

Capitais próprios

Milhares €

	2005		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	300.000	78,4%	300.000	74,2%	-
Prémios de emissão	6.790	1,8%	6.790	1,7%	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Acções próprias	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	3	-	3.713	0,9%	-
Outras reservas e resultados transitados	28.106	7,3%	28.617	7,1%	1,8%
Reserva de conversão cambial	1.525	0,4%	2.518	0,6%	65,1%
Resultado líquido	42.773	11,2%	58.937	14,6%	37,8%
Interesses minoritários	3.366	0,9%	3.612	0,9%	7,3%
	382.563	100,0%	404.187	100,0%	5,7%

Sector Financeiro

Banca comercial

Banco Português de Negócios

O ano de 2006 foi marcado por uma alteração profunda no seio da Instituição, no que respeita à forma como passou a abordar o mercado. Decidiu fazer-se uma abordagem de forma segmentada e criar dentro da estrutura comercial da Instituição áreas especializadas em cada segmento de mercado. A segmentação da base de clientes do Banco culminou com a criação de duas Redes Comerciais, a Rede de Agências e a Rede de Empresas.

Os clientes do segmento de Empresas com volume de negócios superior a 10.000 milhares de euros são agora geridos por uma rede especializada, que permite uma maior proximidade e acompanhamento das suas necessidades e exigências, apresentando soluções financeiras mais adequadas e condições mais competitivas.

O processo de segmentação teve impacto na Rede de Agências, que sofreu naturalmente uma reestruturação e reorganização, tanto a nível das estruturas comerciais, como a nível da organização geográfica das próprias Zonas e Direcções Coordenadoras.

Em Setembro de 2006, cinco meses após a segmentação e reestruturação da rede comercial, foi efectuado um diagnóstico profundo e exaustivo na Rede de Agências, com vista a determinar pontos fortes, pontos fracos, potencial de negócio, formas de actuação e postura comercial.

O objectivo deste trabalho foi conhecer a realidade de toda a estrutura comercial da Rede de Agências e definir objectivos de ordem qualitativa, com vista à prossecução dos objectivos quantitativos previamente estabelecidos.

Com base neste trabalho, foi traçado um Plano de Acção 2007 que visa a definição de uma estratégia comercial e o estabelecimento de objectivos qualitativos, que conduzam ao aumento da rentabilidade de cada Agência. Deste Plano de Acção constam as seguintes medidas e orientações:

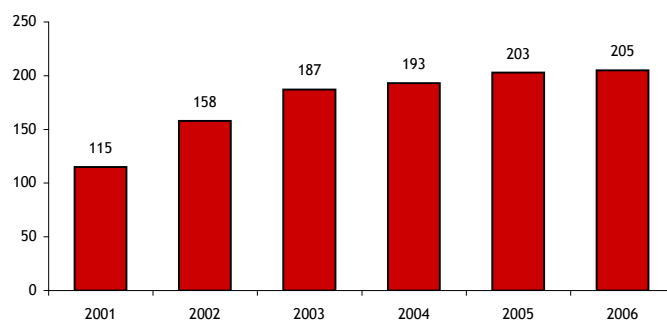
- Todos os colaboradores da Rede de Agências devem estar orientados para o cliente;
- Procurar aumentar de forma activa e sustentada a base de clientes;
- Fidelizar os clientes, aumentando o nível de cross-selling em cada Agência;
- Aumentar a taxa de transformação dos recursos em crédito, de forma sustentada e sem pôr em causa o rigoroso controlo do risco, nomeadamente com a dinamização do crédito à habitação e do crédito comercial;
- Aumentar o saldo de Recursos em Depósitos à Ordem;
- Reduzir o peso dos Depósitos a Prazo na estrutura dos Recursos Captados, diversificando a captação pelos vários produtos financeiros disponíveis;
- Reduzir o risco de crédito, dispersando o mesmo pelos diversos sectores de actividade, reduzindo assim o peso do sector da Construção e Actividades Imobiliárias;

Estas foram decisões estratégicas assumidas pela Instituição no sentido de orientar claramente a sua actividade para o cliente. Pretende-se desta forma alargar a base de clientes com a captação de novos clientes em ambas as Redes Comerciais, aumentar o seu grau de fidelização e diversificar a exposição de crédito nos vários sectores de actividade, o que permitirá dispersar e diversificar o risco de crédito.

Os clientes da Rede de Empresas têm ao seu dispor 13 Centros de Empresas, 3 localizados em Lisboa, 2 no Porto e os restantes em Braga, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Setúbal e Faro.

Os clientes BPN têm ao seu dispor uma rede de 205 Agências, 201 em Território Nacional, das quais 2 no Arquipélago da Madeira e 4 em França, L'Opera, St. Maur, Argenteuil e Raincy, as duas últimas abertas ao público no primeiro trimestre de 2006.

Evolução do número de Agências



O Banco Português de Negócios presta um Serviço Financeiro Global que privilegia o atendimento e aconselhamento personalizado, propondo flexibilidade de soluções e transparência na informação prestada ao cliente. O principal activo do BPN é o vínculo ao cliente, só conseguido com a criação de uma relação de confiança e de parceria.

Ciente desta realidade, a Administração decidiu desenvolver um programa de formação “Cultura Comercial BPN”, que visa envolver 1.066 colaboradores de toda a estrutura da Rede de Agências, desde o Director Central aos colaboradores das Agências, de Norte a Sul do País. Esta formação teve o seu arranque ainda em 2006, mas terá o seu desenvolvimento ao longo do ano de 2007.

No ano de 2006 o BPN captou mais de 34.000 novos clientes, o que se traduz num crescimento superior a 15%, relativamente ao ano anterior.

O ano de 2006 foi marcado pela afirmação da função “acquiring” do BPN, cuja expansão da Rede Netpay se traduziu em mais de 14.000 TPA's colocados até final de Dezembro de 2006 e uma quota de mercado de 20% em Acquiring puro. Foram processadas transacções e comissões de cerca de 386.000 milhares de Euros e 2.200 milhares de Euros, respectivamente.

Entre a diversidade de produtos que o BPN coloca ao dispor dos seus clientes encontram-se os Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários, os quais são bem acolhidos pelos clientes, fruto dos resultados apresentados. O mercado também tem reconhecido a elevada performance dos Fundos de Investimento colocados pelo BPN, uma vez que os mesmos têm sido por diversas vezes galardoados. A BPN Imofundos foi galardoadada pelo Euro Property 2006, com o prémio de “Best Performing Balanced Property Fund”. Este prémio deve-se à gestão do BPN Imonegócios, classificado como a melhor carteira diversificada de activos imobiliários em Portugal entre o período de 2003 a 2005. No que diz respeito aos Fundos Mobiliários a BPN Gestão de Activos também foi galardoadada pela Standard & Poor's, com os três primeiros prémios, para o BPN Conservador, o BPN Renda Mensal e o BPN Tesouraria.

De entre os produtos colocados em 2006 destacamos:

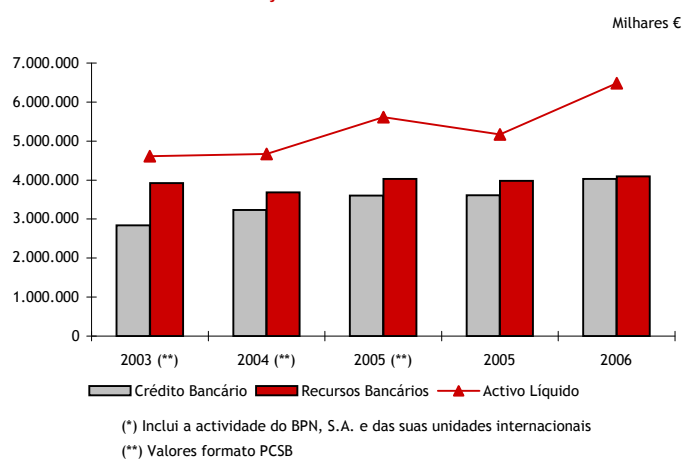
- A emissão em Março de 2006 do BPN Commodities 2006, Instrumento de Captação de Aforro Estruturado (ICAE), vulgo produto estruturado, no valor de 10.000 milhares de Euros;
- O lançamento e colocação de uma Emissão de Obrigações Subordinadas SLN 2006, no valor de 50.000 milhares de Euros, pelo prazo de 10 anos;
- A emissão em Junho de 2006 do BPN Luxo (ICAE), no valor de 10.000 milhares de Euros;

Como forma de celebrar o 31 de Outubro, Dia Mundial da Poupança, o BPN lançou no período de 16 de Outubro a 17 de Novembro, a Campanha Mês da Poupança, onde colocou em condições especiais três produtos: um Depósito a Prazo a 12 meses, o BPN Imonegócios e o PPR.

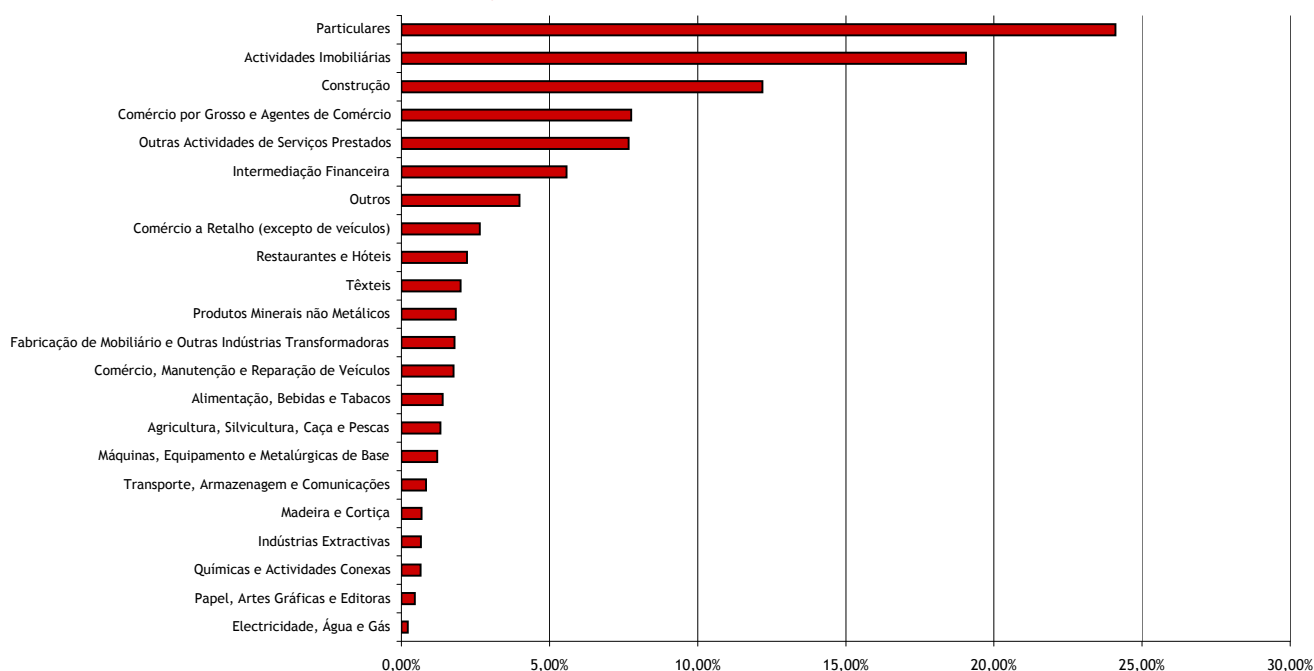
No que diz respeito ao BPN Interactivo, o ano de 2006 terminou com 34.074 contratos activos e 4.466.770 operações efectuadas, no valor de 136.961 milhares de Euros, sendo que as operações mais frequentes foram a “Consulta de Movimentos à Conta de Depósito à Ordem” e as “Transferências Interbancárias”. Estes números representam um crescimento relativamente ao ano de 2005 de 36% no número de contratos e 12% no número de operações efectuadas por este canal. O phoneBanking atendeu 84.854 chamadas, o que representa um crescimento de 24% relativamente ao ano anterior.

O BPN elegeu o ano de 2006 para incrementar o Crédito Habitação, o qual cresceu cerca de 40%, com a concretização de cerca de 3.000 novos contratos e mais de 193.000 milhares de Euros.

Evolução da Actividade (*)



Distribuição do Crédito por Sector de Actividade



Private Banking

Finalizado mais um ano de actividade, o Private Banking conseguiu alcançar as metas quer quantitativas, que qualitativas a que se tinha proposto.

Assim e em termos de volume, o negócio continuou a crescer a uma taxa superior a 10%, e a rentabilidade também foi claramente incrementada através das comissões e do controlo de custos. Por outro lado, promoveu-se a diversificação da oferta de produtos de investimento através do CIP, o que permitiu não só melhorar substancialmente a rubrica do comissionamento, mas também a captação e retenção de clientes através da qualidade de serviço e a performance obtida pelos mesmos.

Este posicionamento permitiu uma resposta rápida e adequada à alteração das necessidades do segmento, bem como à evolução dos mercados no decorrer de 2006.

Mantendo a sua estrutura baseada em 3 Sucursais, alargou-se a área de acompanhamento de clientes a mercados com forte potencial de crescimento, como a América Latina.

As fortes condicionantes sentidas nos últimos tempos, quer por via da regulamentação e supervisão da actividade, quer pela entrada de novos “players” no nosso Mercado, obrigam-nos, cada vez mais, a apostar na especialização, rigor, personalização e qualidade de serviço.

Dessa forma, durante o ano de 2007, será implementado um Programa de desenvolvimento estratégico para os próximos 3 Anos, que permitirá criar as condições para um forte crescimento do negócio, acompanhando assim as mais recentes tendências do Mercado.

Principais Indicadores de actividade do BPN, S.A. ⁽¹⁾

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	6.482.469	5.178.525	25,2%
Situação líquida	385.526	365.962	5,3%
Resultados líquidos	31.401	20.664	52,0%
Margem Financeira	135.204	107.528	25,7%
Produto Bancário	204.834	172.201	19,0%
Débitos para com Clientes	4.092.147	3.978.496	2,9%
Créditos sobre Clientes	3.941.800	3.544.491	11,2%

⁽¹⁾ Inclui a actividade de Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

Estrutura e Funcionamento do Gabinete de Compliance

Para zelar pela gestão do risco de compliance, o Conselho de Administração do BPN SGPS, S.A. deliberou, em Abril de 2006, criar no âmbito desta sociedade e tendo em vista a total abrangência do Grupo financeiro, o Gabinete de Compliance que terá a seu cargo exercer, de forma permanente e independente, a função de compliance. O Gabinete, que depende directamente do Conselho de Administração da holding financeira, tem por missão supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação nas empresas do Grupo das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas e das recomendações e orientações emitidas pelas entidades supervisoras competentes, assegurando também que a definição e execução das políticas no Grupo cumprem as leis e regulamentos nacionais, comunitárias e internacionais aplicáveis.

O Gabinete de Compliance, que durante o ano de 2006 esteve em fase de estruturação, tem as seguintes competências genéricas:

- Assegurar que a actuação dos Órgãos Sociais, dos quadros superiores e dos restantes Colaboradores da Sociedade e das Sociedades suas participadas está de acordo com as disposições legais, os estatutos e as regras, normas, regulamentos, recomendações e orientações das entidades reguladoras e supervisoras aplicáveis;
- Assegurar que as políticas e procedimentos internos decorrentes da aplicabilidade de matérias de compliance estão a ser cumpridos;
- Assegurar que o comportamento dos diferentes Responsáveis e Colaboradores do Grupo vai no sentido do cumprimento dos princípios e regras do código de conduta em vigor;
- Prestar, a pedido e no âmbito das suas atribuições, aconselhamento e apoio às operações da Sociedade e das Sociedades suas participadas, bem como a outras actividades;
- Actuar como um canal de comunicação para receber e encaminhar reclamações sobre matérias de compliance aos serviços competentes para as analisar e resolver, bem como último recurso dos reclamantes quando entenderem estar esgotadas as possibilidades de resolução da situação pelos canais formais normais.

O Gabinete é dirigido por um Compliance Officer nomeado pelo Conselho de Administração do BPN, SGPS, S.A., sendo a sua actuação extensiva a todas as sociedades do Grupo financeiro.

Em termos de estrutura orgânica-funcional, está definido que os Conselhos de Administração de cada uma das sociedades integrantes do Grupo, à excepção do Banco, nomeiam um Colaborador, a quem, além das suas funções, são atribuídas as de Responsável pela função de compliance da Empresa. A mesma orientação aplica-se às Instituições do Grupo cuja actividade se desenvolve noutras jurisdições se não tiverem já outras estruturas mais adequadas às exigências locais. No caso do Banco, compete ao Conselho de Administração nomear os Responsáveis de compliance de cada Órgão do 1.º nível (Direcção ou equivalente) para exercer essa função.

Os Responsáveis de compliance (Compliance Officers) manterão a sua dependência hierárquica do Órgão/Empresa a que pertencem, mas responderão funcionalmente, no âmbito dessa função, ao Compliance Officer do Grupo.

Ao Compliance Officer do Grupo e aos Responsáveis de compliance deverão ser assegurados pelos Conselhos de Administração respectivos, os poderes necessários para o exercício das suas funções de modo independente, nomeadamente o poder de solicitar e lhe ser facultada informação sem carecer do consentimento de terceiros. Está também assegurado poder de reporte directo (sem intervenção de terceiros), do Compliance Officer do Grupo, ao Administrador do Pelouro e dos Responsáveis, ao Compliance Officer.

Em termos de estrutura orgânica-funcional, está definido que os Conselhos de Administração de cada uma das sociedades integrantes do Grupo, à excepção do Banco, nomeiam um Colaborador, a quem, além das suas funções, são atribuídas as de Responsável pela função de compliance da Empresa. A mesma orientação aplica-se às Instituições do Grupo cuja actividade se desenvolve noutras jurisdições se não tiverem já outras estruturas mais adequadas às exigências locais. No caso do Banco, compete ao Conselho de Administração nomear os Responsáveis de compliance de cada Órgão do 1.º nível (Direcção ou equivalente) para exercer essa função.

Os demais Colaboradores do Grupo financeiro BPN constituem-se na obrigação de prestar ao Compliance Officer e aos Responsáveis do compliance todas as informações e colaboração adequadas ao exercício das suas funções.

Programa de Compliance

Concluído o processo de nomeação dos Compliance Officers, o que ocorreu no mês de Julho passado, foi preparado um programa de compliance para 2006/07, que tem como principais linhas de força:

- Sensibilização dos Dirigentes para a importância e consequências do risco de compliance;
- Preparação de programas e realização de acções de formação em matérias de compliance, que abrangerão os Órgãos Sociais, quadros superiores e demais colaboradores;
- Preparação e divulgação de um manual de aplicação geral e de manuais sectoriais para cada área de actividade, contendo a definição, os princípios e as regras da função de compliance, bem como a legislação primária, as normas e regulamentos em vigor emitidos pelas autoridades, central e local, e entidades reguladoras e supervisoras, bem como as políticas, normas, regulamentos, instruções e procedimentos aprovados pelos órgãos internos competentes aplicáveis e cujo não cumprimento pelas sociedades pode acarretar perdas financeiras, sanções legais, descrédito e perda de reputação;
- Criação, com o apoio dos Órgãos competentes do Grupo e se necessário de consultores externos, de um sistema de medição do risco de compliance na base de indicadores e métricas de avaliação apropriados;
- Criação de um sistema de comunicação interna para a função e risco de compliance utilizável no Grupo;
- Realização, de acordo com os recursos disponíveis, de verificações locais para testar a conformidade da actuação com as políticas, normas e procedimentos em vigor.

Situação actual

Conforme referido anteriormente, encontra-se já institucionalizada a estrutura que terá a seu cargo o exercício da função e a gestão do risco de compliance do Grupo BPN e nomeados o Compliance Officer do Grupo e os Compliance Officers dos diferentes Órgãos e Empresas. Depois de submetido ao parecer dos Compliance Officers ficou pronto no mês de Novembro o Programa de Compliance para 2006/07.

Nos meses de Novembro e Dezembro procedeu-se à preparação do Manual geral e dos Manuais sectoriais a vigorar nas organizações do Grupo, os quais foram submetidos à aprovação dos Conselhos de Administração da holding financeira e das empresas associadas, no início de 2007.

Gabinete de Provedoria do Cliente

O Gabinete de Provedoria do Cliente, cuja actividade se iniciou em Outubro de 2005, prosseguiu, no decorrer do ano de 2006, a sua função de agilização do processo de atendimento de reclamações apresentadas pelos Clientes.

Pela elevada percentagem de resolução de casos, os quais abrangem um leque variado de questões e de graus de importância, e dado que a considerável maioria obteve decisão favorável à pretensão dos Clientes, conclui-se ter sido um bom contributo, quer para a satisfação dos Clientes, quer para a imagem da Instituição. A criação desta estrutura de atendimento e acompanhamento de reclamações permite obter informações que ajudarão a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo BPN.

Banca de Investimento

Banco Efisa

O Banco Efisa é o banco de investimento do Grupo BPN. Face às suas características desenvolve a sua actividade em áreas muito específicas e especializadas, nomeadamente de Corporate e Project Finance, Private Equity, Emerging Markets e International Business Development.

O Banco desenvolve a sua actividade nestas áreas, através da prestação de serviços financeiros e produtos de banca de investimentos nomeadamente em:

- Assessoria financeira em fusões e aquisições, avaliação de empresas, “Project e leverage finance” e consultadoria financeira em geral;
- Estruturas especializadas de financiamentos sob a forma de empréstimos sindicados, “LBO's”, crédito com recurso limitado e trade finance;
- “Private Equity” através de um fundo especializado gerido pelo Banco Efisa e também pelo uso directo do seu balanço;
- Produtos de dívida titularizada, nomeadamente, obrigações e papel comercial e
- Gestão de carteiras próprias de investimento e negociação;

O Banco continua a privilegiar como mercado alvo Portugal, incluindo Continente e Ilhas, registando já também um conjunto importante de transacções em Espanha, mercado que continua a merecer uma atenção especial.

Atenta à evolução dos mercados emergentes como o Brasil, Índia, Angola, Moçambique, Turquia, Médio Oriente e países do Magrebe, o Banco realizou um conjunto significativo de operações de banca de investimento, estando em curso o aprofundamento de várias oportunidades de negócio nestes mercados.

Relações Internacionais

À semelhança do que ocorreu em 2005, o Banco Efisa manteve a política de assegurar a sua participação na “aldeia global”, tendo mantido praticamente os mesmos mercados anteriormente eleitos como mercados alvo.

A principal diferença foi enfatizar durante o ano de 2006 a tendência da maioria dos agentes económicos, nomeadamente a de ter uma participação activa nos mercados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), sendo que maior atenção está agora a ser dada aos mercados IBSA (Índia, Brasil e África do Sul).

Nesse sentido e tendo em conta a importância do IBSA, o Banco Efisa esteve activo nos dois primeiros, estando também atento ao último, perspectivando-se já algumas oportunidades interessantes em cada um desses mercados.

O Banco Efisa patrocinou um pequeno almoço, em conjunto com a Embaixada da África do Sul em Portugal, aquando da visita da Vice Presidente da República da África do Sul a Portugal, altura em que reuniu um grupo selecto de empresários e representantes ao mais alto nível da banca nacional, em que se confirmou um interesse genuíno da parte portuguesa nesse importante mercado em crescimento. Uma das questões principais abordadas foi a relacionada com o Mundial de Futebol, a ser realizado na África do Sul em 2010, em que existirão oportunidades interessantes nos projectos em infra estruturas a levar a cabo.

Para além disso iniciámos negociações com uma importante instituição Sul Africana, no sentido de esta entrar no capital do BDC, instituição em Moçambique em que o Banco Efisa participa. O BDC manteve a sua tendência de resultados positivos, tendo demonstrado que a actividade do banco estava consolidada dentro dos parâmetros antecipados.

O Brasil provou ser um mercado de grande interesse tendo permitido, quer através da presença do BPN no Brasil, quer através de outros parceiros, com quem se aliou na área da banca de investimentos, consolidar uma penetração mais adequada nesse mercado, com a identificação de projectos de grande envergadura nas áreas de infra-estrutura e Project Finance.

A actividade do Banco Efisa na Índia, para além da gestão do fundo Leverage India Fund, que deu sinais de crescimento muito positivos, permitiu identificar outras oportunidades de negócios e fortalecer as parcerias com entidades anteriormente seleccionadas. O Banco Efisa esteve presente em algumas conferências sobre oportunidades de negócios na Índia, o que acabou por permitir melhorar os contactos e conhecimentos em relação a esse mercado.

Manteve-se a actuação do Banco na área dos B Loan em conjunto com o BERD e também os mesmos níveis de instrumentos financeiros no seu portfólio de investimentos.

A participada na Guiné Bissau manteve as tendências positivas em termos de resultados, apesar da crescente concorrência; no ano de 2006 entraram mais dois novos bancos, situação que levou a uma intensificação da actividade naquele mercado.

As tentativas de negócios no mercado Argelino acabaram por dar frutos, permitindo ao Banco Efisa dar apoio através de financiamentos estruturados a duas empresas portuguesas que elegeram esse mercado como o seu mercado alvo. Em Angola, o Banco Efisa também intensificou a sua actividade, dentro de pressupostos antecipados.

Também no Médio Oriente foi intensificada a actividade do Banco, indicando-se a título meramente exemplificativo o projecto de BOT

A participada na Guiné Bissau manteve as tendências positivas em termos de resultados, apesar da crescente concorrência; no ano de 2006 entraram mais dois novos bancos, situação que levou a uma intensificação da actividade naquele mercado.

As tentativas de negócios no mercado Argelino acabaram por dar frutos, permitindo ao Banco Efisa dar apoio através de financiamentos estruturados a duas empresas portuguesas que elegeram esse mercado como o seu mercado alvo. Em Angola, o Banco Efisa também intensificou a sua actividade, dentro de pressupostos antecipados.

Também, no Médio Oriente, foi intensificada a actividade do Banco, indicando-se a título meramente exemplificativo o projecto de BOT do Aeroporto Queen Alia, em Amman, na Jordânia, no qual banco participa através do consórcio ASG (Airport Services Group) sendo o Assessor Financeiro do mesmo.

Tesouraria e Mercados

No domínio destas actividades, o Banco Efisa continuou empenhado na gestão da carteira de investimento, procurando conjugar uma contribuição positiva para a margem financeira com a obtenção de ganhos de capital. Na área de títulos de renda fixa, a composição da carteira baseou-se em activos de qualidade, tendo-se mantido uma intervenção activa nos segmentos do crédito estruturado e dos derivados de crédito.

A complementar o investimento em títulos de renda fixa, foi colocado mais peso nos instrumentos de retorno absoluto, cuja política de selecção rigorosa permitiu a obtenção de resultados encorajadores. Simultaneamente, a carteira de negociação, com um horizonte mais imediato, deu ênfase aos instrumentos do segmento accionista, o qual acabou por registar um ano bastante favorável.

A constituição de produtos estruturados com capital garantido, colocados através da Rede Comercial e do Private Banking do BPN, constituiu um importante vector de actividade, proporcionando, nalguns casos, rendibilidades muito interessantes para os clientes.

A gestão da tesouraria e a prestação de serviços no âmbito do mercado cambial continuou a ser assegurada, numa óptica integrada, pelo BPN, mantendo-se e melhorando-se os níveis de qualidade anteriores. A definição da política de gestão dos riscos de taxa de juro, de liquidez e cambial, fez-se de forma centralizada e activa, no quadro do Comité de Activos e Passivos (ALCO), cujo suporte é assegurado pela área financeira do Banco.

Corporate Finance

Na área de negócios de Corporate Finance do Banco Efisa, as actividades desenvolvidas apresentaram, em 2006, um crescimento significativo em qualquer uma das suas três principais áreas, com reflexo no número elevado de operações concluídas e na carteira de mandatos angariados e em curso.

No segmento de Fusões e Aquisições, foram concluídos com sucesso os mandatos de assessoria à JRP, na alienação do importante grupo editorial Oficina do Livro e Editorial Notícias; de assessoria à Difel e Gótica no processo de integração com as Edições Inapa, bem como um conjunto de operações no sector avícola, nomeadamente as operações de aquisição da Hiperfrango e da Comave.

A conjugação de alguns efeitos internos e externos reflectiu-se positivamente na angariação no final do ano de 2006, de mandatos de assessoria a empresas de grande dimensão em sectores de referência no panorama empresarial português. Contribuíram para esta situação nomeadamente, a performance dos mercados bolsistas; a continuação da vaga de fusões e aquisições, iniciada em 2006, fruto da elevada liquidez das empresas, designadamente das Private Equity e a retoma económica nacional.

O Banco está a analisar um variado leque de oportunidades para prestação de assessoria a Grupos empresariais nacionais e internacionais em processos de F&A em diversas regiões do globo, nomeadamente no Brasil, Índia e Espanha.

O ano de 2006 foi igualmente importante para a área de Project & Leveraged Finance, na medida em que o Banco Efisa conseguiu, por um lado, concretizar o esforço de internacionalização que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, assente na experiência adquirida na prestação de serviços de assessoria financeira em PPP's em Portugal e conseguiu, por outro lado, aprofundar a importância dos financiamentos em regime de Leveraged Finance no peso dos proveitos totais, efeito que foi alavancado pelo início de uma cooperação mais estreita com o BPN no financiamento destas operações.

No que respeita à actividade de assessoria financeira, em Portugal observou-se uma consolidação da experiência acumulada em sectores que têm vindo a merecer uma atenção especial do actual Governo, concretamente nos sectores dos transportes, saúde (novos hospitais) e telecomunicações.

No sector da saúde, a intervenção em transacções de Project Finance foi aprofundada de forma significativa, continuando a prestar serviços de assessoria financeira, relativamente aos projectos iniciados em 2005 (novos Hospitais de Cascais e de Braga), sendo de destacar o fecho da primeira PPP, que inclui a prestação de cuidados clínicos, adjudicada ao GPSaúde (Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul), e a assessoria financeira ao Consórcio GPSaúde/Ferrovial, nos trabalhos relativos à estruturação da Proposta apresentada no Concurso para a PPP do novo Hospital de Vila Franca de Xira.

O Banco Efisa desenvolveu nesta área um grande esforço de internacionalização, sendo de destacar a identificação de um conjunto de oportunidades em vários países, com especial enfoque no Brasil, os quais culminaram na angariação de dois mandatos e uma oportunidade de assessoria financeira:

- um ao Consórcio Constran/Schahin/MaireEngineering na licitação da MG-050, concurso público internacional para PPP lançado pelo Estado de Minas Gerais (Brasil) para um conjunto de vias rodoviárias e outro ao Consórcio Airport Services Group (constituído pela Soares

O Banco Efisa desenvolveu nesta área um grande esforço de internacionalização, sendo de destacar a identificação de um conjunto de oportunidades em vários países, com especial enfoque no Brasil, os quais culminaram na angariação de dois mandatos e uma oportunidade de assessoria financeira:

- um ao Consórcio Constran/Schahin/MaireEngineering na licitação da MG-050, concurso público internacional para PPP lançado pelo Estado de Minas Gerais (Brasil) para um conjunto de vias rodoviárias e outro ao Consórcio Airport Services Group (constituído pela Soares da Costa, ANA - Aeroportos de Portugal, MID e International Investment Group) para o concurso público internacional para a reabilitação, expansão e operação do Queen Alia International Airport, situado em Aman, na Jordânia e
- Participou ainda na apresentação de uma Manifestação de Interesse ao Governo Romeno, no âmbito do Concurso Público Internacional para o lançamento da primeira PPP no sector das auto-estradas.

No Leveraged Finance, é de salientar a angariação de um mandato para a estruturação de um Acquisition Finance de uma empresa a actuar no sector editorial, encontrando-se em fase final a montagem/estruturação de dois financiamentos para o efeito.

Por fim, na área de Titularizações e Mercado de Capitais, o ano de 2006 ficou marcado pelo mandato de montagem da operação de titularização de créditos para o Banco Português de Negócios, S.A., no que constituiu a primeira operação de titularização realizada por este banco.

A operação foi colocada com sucesso numa base alargada de investidores de vários países europeus. Nesta operação, o Banco Efisa interveio como Manager e como Assessor do BPN na montagem desta importante operação.

Especificamente em matéria de Mercado de Capitais, o Banco Efisa prestou assessoria ao Grupo BPN na montagem de uma emissão de Obrigações Subordinadas da SLN SGPS, no montante de 50 milhões de Euros, e na Oferta Pública de Subscrição de Acções da Total S.A. reservada a colaboradores do Grupo Total.

Corporate Banking

No ano de 2006 o Banco Efisa consolidou a actividade anteriormente desenvolvida na assessoria financeira a operações de apoio ao investimento, reestruturações financeiras, montagem de financiamentos estruturados com mecanismos de cobertura de risco associados, operações de cessão/ antecipação de créditos, operações de trade finance e commodity finance. Alargou também a sua acção a outras actividades cuja expressão tem aumentado no mercado português, nomeadamente a assessoria em operações relacionadas com património imobiliário.

Operações Estruturadas

O Banco Efisa procurou manter a oferta de soluções inovadoras aos seus clientes, adaptadas às suas necessidades específicas. No que se refere a clientes institucionais, foi concluída em Maio de 2006 uma operação de cessão de créditos “sem recurso” da Parque Expo 98, S.A., sobre o Município de Lisboa, no montante global de 144 milhões de Euros, operação esta colocada junto de um único investidor.

Foi ainda concluída em Dezembro de 2006, uma operação de reestruturação de dívida no montante de 20 milhões de Euros, por um prazo de 9 anos, para a AEP - Associação Empresarial de Portugal, no qual o Banco Efisa actuou como Banco Organizador e Banco Agente, financiamento esse que foi colocado junto de um sindicato bancário composto exclusivamente por bancos locais. Adicionalmente, foi concluída a negociação do empréstimo obrigacionista para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. a 10 anos, no montante de 55 milhões de Euros com aval do Estado Português e no qual o Banco Efisa actua igualmente como Banco Organizador e Banco Agente. A assinatura do contrato e emissão do aval pelo Estado Português ocorreu no início de 2007.

No sector imobiliário, foi já autorizada por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a constituição de dois fundos de investimento imobiliário fechados, cujo capital conjunto é de 14 milhões de Euros e em que o Banco Efisa é a instituição financeira colocadora das unidades de participação dos fundos, tendo já ocorrido a subscrição de um dos fundos.

Adicionalmente, encontra-se em curso a estruturação e colocação de uma operação de commodity finance no montante global de 28 milhões de USD destinada ao financiamento de stocks de tabaco localizados nos países em que a empresa tem produção, cuja conclusão ocorrerá no decurso de 2007.

Na sequência do trabalho desenvolvido em 2006, com vista ao alargamento da base de investidores internacionais, perspectivamos continuar esse trabalho ao longo de 2007, no sentido de aproximar o mercado português desses investidores, potenciando assim a procura de novos mandatos.

Assessoria a Projectos de Investimento/Crédito ao Investimento

Apesar da agressividade concorrencial, a contínua procura de soluções optimizadas, e muitas vezes inovadoras, para o cliente e o nível e qualidade do serviço oferecido têm mantido fiel um conjunto de clientes que recorrentemente se apoia na instituição que considera ser da sua confiança, não obstante a procura de novos clientes cujos projectos garantem uma rentabilidade e risco aceitáveis para o Banco.

De referir o trabalho de sindicância de um financiamento no mercado nacional para a empresa CNE - Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A, no montante de 30 milhões de euros, tendo o Banco Efisa actuado como organizador, agente e um dos bancos mutuantes. O Sindicato foi concluído em Dezembro e visa o apoio ao projecto de investimento relativo à construção de uma Unidade de Moagem de cimento daquela empresa. Em Julho deste ano o projecto foi considerado “PIN” - Projecto de Interesse Nacional pela API - Agência Portuguesa para o Investimento.

S.A., no montante de 30 milhões de euros, tendo o Banco Efisa actuado como organizador, agente e um dos bancos mutuantes. O Sindicato foi concluído em Dezembro e visa o apoio ao projecto de investimento relativo à construção de uma Unidade de Moagem de cimento daquela empresa. Em Julho deste ano o projecto foi considerado "PIN" - Projecto de Interesse Nacional pela API - Agência Portuguesa para o Investimento.

Ainda no mercado nacional, é de referir a Sindicação de uma operação de 8 milhões de euros para a OMNI, Aviação e Tecnologia, SA, destinada à aquisição de dois helicópteros para utilização nas bases petrolíferas da Petrobrás no Brasil. Esta mesma empresa concedeu ainda durante o corrente ano, um novo Mandato para uma operação em moldes semelhantes, no montante de 13 milhões de euros.

Para além do mercado nacional, o Banco Efisa tem vindo a apostar igualmente no alargamento da sua base de clientes, com destaque para o mercado africano e brasileiro. No mercado africano, salientamos a concessão de um mandato para sindicação de um empréstimo obrigacionista de médio prazo no montante de 75 milhões de euros pelo Eastern and Southern African Trade and Development Bank (PTA Bank), sedado no Quênia. No Brasil foram efectuadas diversas operações de apoio financeiro intercalar a investimentos, com destaque para o apoio prestado no âmbito do projecto de construção do complexo designado "Inovation Center" no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Adicionalmente, o Banco tem vindo a estruturar e participar em operações de Papel Comercial, sendo de destacar a nova participação no programa de emissão de Papel Comercial da CIMA -Centro de Inspeção Mecânica em Automóveis, S.A.. O total da carteira gerida pelo Banco Efisa ascendeu a cerca de 100 milhões de euros.

A actividade de Trade Finance & Forfaiting no ano de 2006 ficou marcada pela alteração nos mercados alvo, com incidência na Guiné-Bissau, através do Banco de África Ocidental e Moçambique, através do Banco de Desenvolvimento e Comércio. O mercado espanhol continua a ser fortemente explorado, tendo o volume transaccionado em 2006 ascendido a cerca de 17,5 milhões de euros.

IBD-International Business Development

A divisão de International Business Development (IBD), enquanto veículo de identificação de oportunidades de negócio para as áreas de produto do Banco Efisa, originou e desenvolveu, em articulação com os diversos departamentos, um conjunto de operações das quais se destacam:

- A estruturação de um financiamento-ponte de USD 5 Mios para a Brasilinvest para o desenvolvimento de um importante projecto imobiliário, sito em Campinas, no Estado de São Paulo, Brasil;
- A assessoria financeira e estruturação de financiamentos ao Consórcio Maireengineering, Constrant e Shahin para um projecto rodoviário sob a forma de Parceria Público Privada (PPP) rodoviária no Brasil - a MG050. Este projecto representa o lançamento da primeira PPP rodoviária no Brasil, sendo o Banco Efisa o único banco de investimento português a assessorar um consórcio na fase de qualificação e apresentação de propostas;
- O IBD, capitalizando o Know-how adquirido em operações de assessoria financeira em projectos imobiliários de World Trade Centers (como por exemplo, o World Trade Center de São Paulo), realizou um trabalho de assessoria no âmbito dos estudos de desenvolvimento do projecto de construção do World Trade Center Luanda, em Angola.

Relativamente a operações de sindicação, para além daquelas que já se encontravam em carteira (Raiffeisen Leasing, Raiffeisen Ukraine, Raiffeisen Roménia, Raiffeisen Áustria - RZB Rússia - e International Industrial Bank), foram ainda subscritas as seguintes: (i) EBRD - European Bank for Reconstruction and Development - Participação num B-Loan como Lead Manager com USD 800.000 num Syndicated Loan de um total de 7,5 Mios para um banco sito no Azerbaijão (Unibank); (ii) EBRD - European Bank for Reconstruction and Development - participação num B-Loan como Manager com USD 1 Mio num Syndicated Loan de um total de USD 30 Mios para um banco sito na Ucrânia (Kreditprombank).

Private Equity

No ano de 2006 e no que concerne ao desenvolvimento da actividade de Private Equity foram analisadas 45 novas operações das quais foram aprovadas apenas 6 representando um montante total de 7.398.000 euros, dos quais 1.290.000 euros no Balanço do Banco Efisa e 6.108.000 euros através do FIQ Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial.

Durante o ano em apreço, o Banco Efisa prosseguiu uma política de consolidação da posição no mercado espanhol através do reforço da sua posição no capital da Disperfum.

No que respeita aos Investimentos feitos no FIQ Efisa refira-se o reforço no capital da Carlife, S.A. e da Corte Fino e os novos investimentos na área do lazer (Wellness Spa Center) e na área avícola (Rodricarnes).

Finalmente e relativamente aos desinvestimentos realizados em 2006 há a referir a venda de posição na Sanctuary Buildings (empresa de real estate no Reino Unido), a venda de 15,6% do capital investido na Avipronto e a venda da totalidade do capital investido na Helvética. Estas operações saldaram-se pela realização de uma significativa mais valia.

Refira-se ainda que, durante o ano de 2006 ocorreu a realização de duas tranches do 2º aumento de capital do Fundo FIQ, aprovado em 22 de Setembro de 2005, cujo montante subscrito ascendeu a 29.500 milhares de euros e o realizado a 27.300 milhares de euros.

Emerging Markets

A Divisão de Emerging Markets visa dar uma resposta especializada e personalizada ao crescente envolvimento do Banco com agentes económicos de mercados emergentes, com especial enfoque no mercado indiano.

A Divisão de Emerging Markets visa dar uma resposta especializada e personalizada ao crescente envolvimento do Banco com agentes económicos de mercados emergentes, com especial enfoque no mercado indiano.

Durante o ano de 2006, a DEM auxiliou várias empresas indianas na colocação de capital junto de investidores internacionais.

Outra das áreas em que a divisão actuou foi a do investimento, pautando-se por participações em fundos de investimento com acção em nichos de mercado em países diversos.

Neste âmbito, o Banco Efisa realizou dois novos investimentos, um de USD 1,5 milhões no fundo Rio Hotel & Casino, que visou a aquisição e exploração de uma percentagem de um hotel e casino situado em Macau, e outro de USD 1,75 milhões na empresa Acacia Real Estate Limited, uma empresa do ramo imobiliário, com investimentos na Europa, EUA, Índia, Turquia e países do Golfo.

Manteve a posição de USD 5 milhões no Leverage India Fund, o segundo maior fundo de private equity na Índia, cujo valor global ascende a USD 153,6 milhões, que se encontra a ser gerido pela IL&FS, uma empresa financeira cotada na BSE (Bombay Stock Exchange).

Com a liquidação da posição no The Sanctuary Buildings, um fundo estruturado com o objectivo de adquirir o edifício Sanctuary Building situado no Reino Unido que se encontrava arrendado à Coroa Britânica, o Banco obteve um retorno na ordem dos 38%, decorridos treze meses do investimento.

O DEM tem apoiado ainda empresas e particulares em investimentos em projectos situados no mercado nacional e nos mercados emergentes.

Principais Indicadores de actividade do Banco EFISA, S.A.

	Milhares €		Var %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	342.211	306.722	11,6%
Situação líquida	28.807	28.739	0,2%
Resultados líquidos	3.711	3.177	16,8%
Margem Financeira	5.225	4.630	12,9%
Produto Bancário	17.026	13.771	23,6%
Débitos para com Clientes	82.446	58.967	39,8%
Créditos sobre Clientes	243.505	191.621	27,1%
ROE	14,8%	12,4%	-

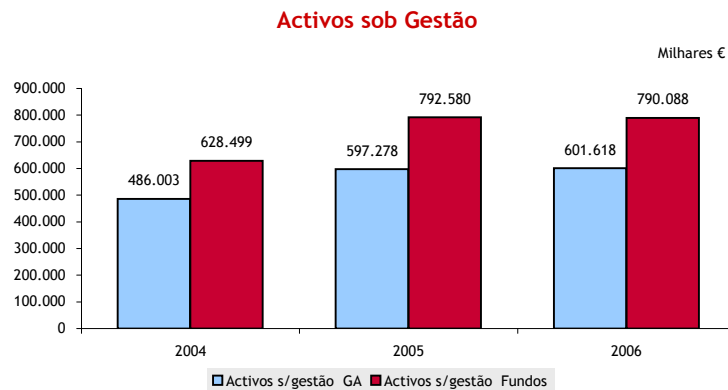
Gestão de Activos e Serviços Financeiros

BPN Gestão de Activos

O ano de 2006 foi, à semelhança de 2005, muito favorável para o investimento em activos mobiliários. O ambiente de baixas taxas de juro, fundamentalmente no Japão e China, a onda de fusões e aquisições, a evolução dos preços das matérias primas e a taxa de crescimento dos resultados das empresas, criaram condições de liquidez e uma atmosfera excelente para o negócio da gestão de activos mobiliários.

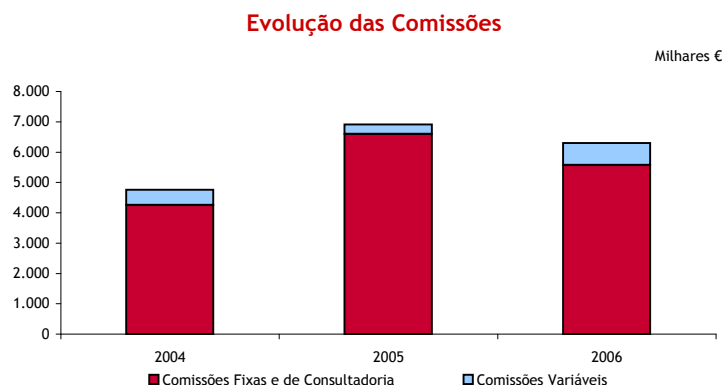
A linha de negócio gestão discricionária, registou, em 2006, um aumento marginal dos activos sob gestão de 4,4 milhões de euros, que passou de 597 milhões de euros em 2005, para 601 milhões de euros em 2006. Este aumento aconteceu na sua globalidade em clientes institucionais. O número de carteiras activas sofreu no entanto uma evolução negativa no ano, visto que passaram de 524 em 2005 para 466 no final de 2006, afigurando-se que esta evolução não é alheia a algum desconforto sobre a realidade do País.

No que concerne à linha de negócio gestão de fundos de investimento mobiliário e de capital de risco, registou-se uma queda no volume dos activos sob gestão. Esta evolução negativa resultou fundamentalmente de uma aparente opção por depósitos a prazo, face aos fundos de investimento de obrigações e tesouraria, propiciado pelo ambiente de subida das taxas euribor. Espera-se que em 2007, e num cenário de estabilização das taxas de juro euribor, os fundos de investimento de obrigações e tesouraria voltem a ganhar protagonismo e recuperem e até aumentem os volumes sob gestão.



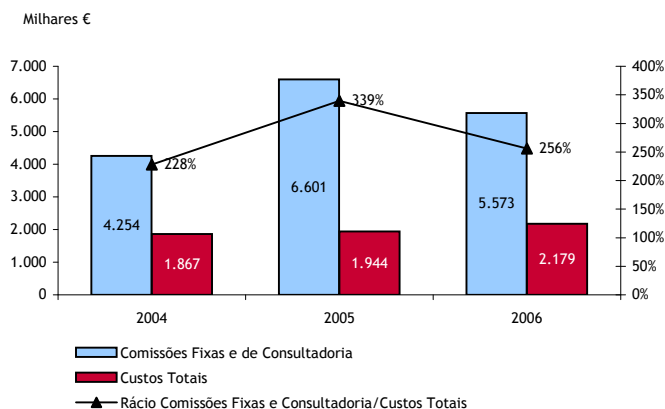
Em 2006, a Sociedade Gestora, lançou mais dois fundos, o BPN Taxa Fixa Euro, e o BPN Acções Europa.

Em 2006, os fundos BPN Tesouraria e BPN Conservador, venceram os prémios da Standard & Poor's/ Diário Económico 2006 para melhores do ano de 2005, para o período dos últimos 12 meses, para o primeiro, e para 36 meses no caso do BPN Conservador. Atendendo à respectiva performance em 2006, já confirmada pela informação disponibilizada pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios sobre rendibilidades, os fundos BPN Renda Mensal, BPN Conservador e BPN Tesouraria, poderão repetir o sucesso já alcançado em 2005 e 2004.



Em 2006 o resultado líquido depois de impostos foi de 3.118 milhares de euros e a rentabilidade dos capitais próprios foi de 139% . Estes indicadores, apesar de extremamente positivos, representam uma diminuição face ao ano anterior, resultante da renegociação das comissões de gestão com um grande investidor institucional, e que implicou uma descida das taxas praticadas face a 2005, e a consequente descida da facturação.

Mesmo assim, a sociedade continuou a apresentar um desempenho extremamente interessante em todos os indicadores. A facturação atingiu o montante de 6.297 milhares de euros, já que a descida das comissões fixas foi compensada com um acréscimo de 134% das comissões variáveis.



Em termos de custos totais, apesar de um aumento de 4%, o rácio Comissões Fixas/Custos Totais continuou a manter um valor extremamente positivo, cerca de 256%, continuando assim a estar assegurada uma óptima rentabilidade da sociedade, sem qualquer dependência das comissões variáveis.

Ao nível do balanço, a sociedade continua a apresentar um nível patrimonial sólido, com o rácio de autonomia financeira a atingir cerca de 87%.

Principais Indicadores de actividade da BPN Gestão de Activos, S.A.

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activos Sob Gestão	1.391.706	1.389.858	0,1%
Carteiras Activas - Gestão Discrecionária	466	524	-11,1%
Nº Fundos sob Gestão	10	8	25,0%
Activo	6.085	7.052	-13,7%
Comissões Totais	6.297	6.910	-8,9%
Rácio Comis. Fixas e Consul./Custos Totais	256%	316%	-
Resultado Líquido	3.118	3.702	-15,8%
ROE	139,0%	191,0%	-

BPN Imofundos

Em 2006, a BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., registou acréscimo da sua actividade, na esteira dos exercícios anteriores. Com efeito, em 31 de Dezembro de 2006, os activos administrados pela sociedade atingiram um valor global de 1.132.215 milhares de euros, um crescimento de 4,8%, correspondentes a 51.453 milhares de euros, em relação ao período homólogo. Para esta performance foi determinante o crescimento de 7,2% registado pelo Fundo BPN Imonegócios e as valorizações ocorridas nos fundo BPN Imoreal e Euroreal.

Valor líquido global dos fundos imobiliários

Milhares €			
Designação	2006	2005	Variação
BPN Imonegócios	597.673	557.782	7,2%
BPN Real Estate	104.221	105.191	-0,9%
BPN Imoglobal	140.135	140.377	-0,2%
BPN Imoreal	212.909	207.030	2,8%
BPN Imomarinhas	55.592	53.924	3,1%
Euroreal	21.685	16.459	31,8%
Total	1.132.215	1.080.763	4,8%

Ao longo do exercício não foram lançados novos fundos de investimento, deste modo a sociedade manteve sob gestão seis fundos de investimento imobiliário, um fundo aberto, o Fundo BPN Imonegócios e cinco fechados, o BPN Real Estate, BPN Imoglobal, BPN Imoreal, BPN Imomarinhas e Euroreal.

Segundo dados da CMVM, em 31 de Dezembro de 2006 existiam em actividade 32 sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, que no seu conjunto administravam activos no valor de 9.757,6 milhões de euros. Este valor reflecte um crescimento do sector de 19,5%, quando comparado com os 8.164,1 milhões de euros registados em 31 de Dezembro de 2005. Como se poderá verificar, pela análise do quadro seguinte, a indústria tem apresentado um crescimento sustentado ao longo dos últimos seis anos.

Evolução da indústria dos Fundos de Investimento Imobiliários

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
N.º de entidades gestoras	26	26	26	26	28	32
N.º Fundos abertos	19	14	13	14	15	16
N.º Fundos fechados	25	33	38	51	67	165
TOTAL	44	47	51	65	82	181
VLG Fundos abertos (10 ⁶ EUR)	2.637,9	3.088,9	3.309,6	3.862,8	4.465,9	4.723,6
% TOTAL	63,9%	61,6%	56,6%	54,8%	54,7%	48,4%
VLG Fundos fechados (10 ⁶ EUR)	1.492,7	1.925,9	2.540,8	3.187,7	3.698,2	5.034,0
% TOTAL	36,1%	38,4%	43,4%	45,2%	45,3%	51,6%
TOTAL (10⁶ EUR)	4.130,6	5.014,8	5.850,4	7.050,5	8.164,1	9.757,6
Taxa de crescimento	22,6%	21,4%	16,7%	20,5%	15,8%	19,5%

Fonte: www.cmvm.pt

Pela primeira vez na história desta indústria em Portugal, mais de 50% do mercado de fundos de investimento imobiliário (FII), correspondiam a aplicações em fundos fechados. Com efeito, ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro, acentuou-se a preferência pelos fundos fechados já observada desde o ano 2003.

Foi particularmente notório o crescimento do número deste tipo de produtos, de tal modo que em 31 de Dezembro encontravam-se em actividade 165 fundos fechados, representando um crescimento anual de 146,3%. Já em termos do seu VLG agregado registou-se um crescimento mais moderado, observando-se uma variação de 36,1%. Em média cada fundo fechado tinha um VLG de 30,5 milhões de euros, quando em 31 de Dezembro de 2005 aquele valor médio era de 50,2 milhões de euros.

Ao longo do exercício a quota de mercado da BPN Imofundos decresceu 1,64%, fixando-se nos 11,6% em 31 de Dezembro de 2006, este valor determina que a BPN Imofundos seja agora a terceira maior sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, em termos de activos sob gestão. A liderança do mercado continua na posse da ESAF - Fundos Imobiliários, com uma quota de mercado de 15,1%, e em segundo lugar, com 12,9% surge a Fundimo.

O descrito aumento de actividade permitiu à sociedade registar um crescimento ao nível dos proveitos de exploração. Assim, em 31 de Dezembro de 2006 o total de proveitos da BPN Imofundos foi de 9.874 mil euros, dos quais 9.650 respeitam a comissões e 198 mil euros a juros e rendimentos similares. Ou seja, as comissões representam 98% do total dos proveitos.

Quando comparados com idêntico período no exercício anterior, verifica-se que os proveitos totais cresceram 5,2 %, as comissões 4,8% e os juros e rendimentos similares 29%.

O incremento da actividade traduziu-se também num crescimento dos custos operacionais da sociedade, que registaram um crescimento global de 32,1 %, quando comparados com o período homólogo de 2005, observando-se agora um valor total de 1.760 milhares de euros.

Dos custos operacionais, a rubrica mais significativa refere-se a gastos gerais administrativos, com um valor de 858 mil euros, mais 5,3 % que o valor registado em 31 de Dezembro de 2005, seguindo-se-lhes os custos com pessoal com um valor total de 827 milhares de euros, os quais cresceram 75,4%, como resultado da modificação de critérios contabilísticos e ainda da contratação de dois colaboradores para a sociedade. A BPN Imofundos dispõe agora de um total de quinze colaboradores.

A descrita evolução permitiu que, em 2006, fossem obtidos resultados antes de impostos de 8.115 mil euros, tendo-se apurado 2.213 mil euros de imposto sobre o rendimento, carga fiscal que determinou uma taxa efectiva de tributação de 27,3%. Assim, obtiveram-se resultados líquidos de 5.891 milhares de euros, o que comparado com os 5.849 mil euros registados no exercício de 2005, representou um crescimento do lucro líquido de 0,7%.

Principais Indicadores de actividade da BPN Imofundos, S.A.

	Milhares €		Var %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	8.749	8.780	-0,4%
Situação líquida	7.537	7.522	0,2%
Activos sob gestão	1.132.215	1.080.763	4,8%
Resultados líquidos	5.891	5.849	0,7%
ROE	360,8%	349,6%	-
Nº de participantes	13.895	12.014	15,7%

O total do activo líquido decresceu 0,4% face ao exercício anterior, registando em 31 de Dezembro de 2006 o valor de 8.749 mil euros, dos quais 7.800 mil euros correspondiam a aplicações em depósitos a prazo junto do Banco Português de Negócios, com vencimento ao longo do primeiro trimestre do ano de 2007.

Os fundos próprios da sociedade, apurados nos termos do Aviso 12/92, e considerando já a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2006, ascendiam a 1.704 milhares de euros. Tendo em conta o disposto no Artigo 10º do Decreto-lei 60/2002, de 20 de Março, aquele nível de fundos próprios possibilita a administração de fundos de investimento imobiliário até um valor próximo dos 1.704 milhões de euros.

Sector de Seguros

Ramo Vida

O Sector em 2006

O mercado segurador Vida decresceu, em 2006, 5,8%, face ao período homólogo. Esta evolução traduz um abrandamento face aos anos anteriores (em 2004 crescimento de 14,4%; em 2005 crescimento de 49,4%).

As operações de capitalização tiveram o maior crescimento do sector, com os prémios a ascenderem a mais de 700 milhões de euros, o que corresponde a mais 28,7% dos prémios realizados no ano anterior, passando este segmento a representar 8% do mercado segurador Vida português.

O volume de prémios referentes a produtos de poupança/reforma (P.P.R./E) aumentaram, em 2006, 13,6%. Este ramo aumentou o seu peso na carteira para cerca de 23%.

O maior decréscimo veio dos Produtos de Capitalização, que viram o seu volume de prémios diminuir 15,5% (menos cerca de 1.000 milhões de euros face a 2005), passando para cerca de 5.100 milhões de euros.

Real Vida Seguros

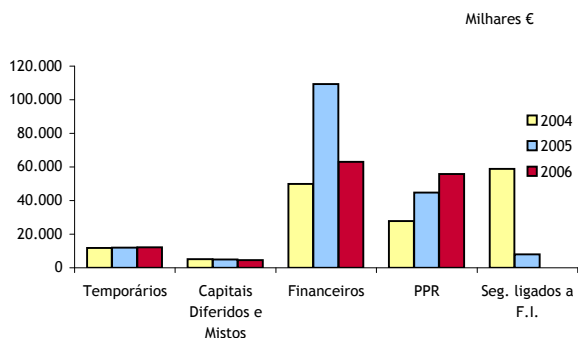
A produção total directa da Real Vida Seguros S.A. ultrapassou os 135.500 milhares de euros, situação que traduz um decréscimo de cerca de 24%, face ao ano anterior.

O ramo com maior preponderância continua a ser o ramo de Produtos de Capitalização, que neste último ano diminuiu 44,7%. A maior taxa de aumento dos prémios verificou-se nos produtos de poupança reforma/educação (P.P.R./E.), ramo este que cresceu 24,6% em 2006.

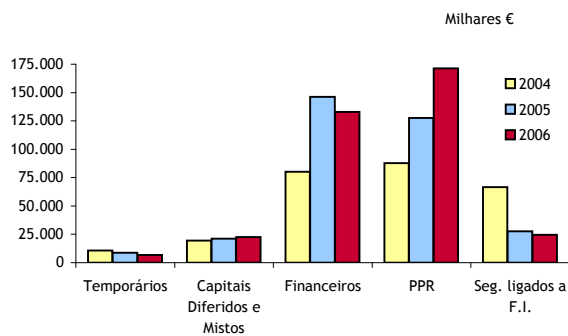
Os produtos de Risco e Rendias diminuíram ligeiramente o seu volume de prémios em 2006 (-2,7%).

A Real Vida Seguros, S.A. atingiu, em 2006, 1,57% de quota de mercado Vida. Esta diminuição está em linha com a regressão do volume de prémios no mercado Vida em 2006.

Prémios Processados



Responsabilidades (provisões)



Principais Indicadores de actividade da Real Vida Seguros, S.A.

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	394.368	375.500	5,0%
Prémios processados	135.697	179.084	-24,2%
Prémios processados ⁽¹⁾	17.081	18.145	-5,9%
Situação líquida	18.532	16.463	12,6%
Resultados líquidos	2.108	707	198,2%
ROE	12,8%	4,5%	-

⁽¹⁾ Com a aplicação da IFRS 4

Crédito Especializado

BPN Crédito IFIC

No seguimento do projecto elaborado para 2006, a BPN Crédito continuou a fazer a abordagem ao mercado por tipo de actividade, ou seja, Financiamento Automóvel, Locação Imobiliária e de Equipamentos e Factoring.

Abordagem dos diversos mercados

Financiamento Automóvel

Torna-se importante começar por analisar o comportamento do Mercado Automóvel em Portugal, para melhor compreender as performance e tendências do crédito especializado auto, nomeadamente o Crédito e a Locação.

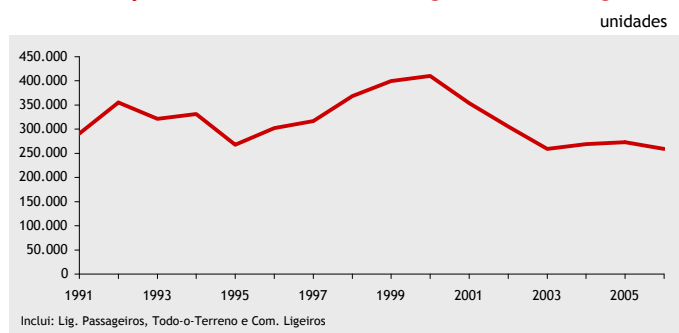
Vendas de Automóveis em Portugal

	unid. vendas		
	2006	2005	Δ %
Automóveis Ligeiros de Passageiros *	194.684	206.484	-5,7%
Veículos Comerciais Ligeiros	64.489	66.638	-3,2%
Total de Ligeiros	259.173	273.122	-5,1%
Veículos Comerciais Pesados **	5.985	5.344	12,0%
Total de Mercado Automóvel Novos	265.158	278.466	-4,8%

* Inclui: Todo-o-Terreno ** Inclui: Autocarros

Após um período de ligeira recuperação, o mercado de veículos ligeiros novos voltou a ter uma queda, situando-se ao nível das vendas de 2003. Este mercado teve uma quebra face ao período homólogo, de 4,8%, consequência de uma queda nos veículos ligeiros de 5,1%, mas compensada pelo novo crescimento dos veículos comerciais pesados, que em 2006 foi cerca de 12%.

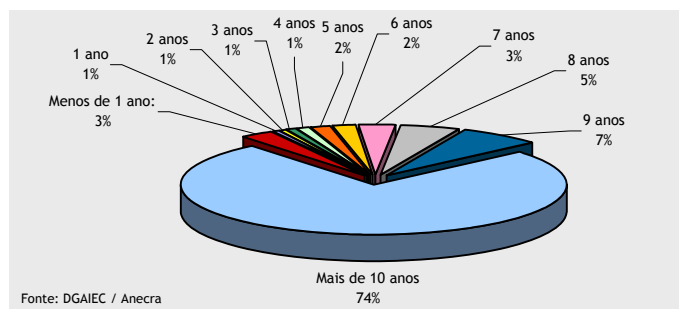
Evolução da Venda de Veículos Ligeiros em Portugal



Fonte: ACAP

Em contra ciclo com o mercado dos veículos novos, verificou-se um novo crescimento nas viaturas importadas, que cada vez mais alimentam o mercado nacional de viaturas usadas. Estas importações deveriam levar a um mais rápido rejuvenescimento do parque automóvel nacional, mas a carga fiscal existente, tal como a isenção do IA pela idade dos veículos, leva a que mais de 80% dos veículos importados tenham idades superiores a 9 anos.

Idade dos Ligeiros de Passageiros Usados em 2006



Fonte: DGAIEC / Anecra

Crédito ao Consumo Automóvel

Com o mercado de viaturas usadas a crescer e a terem um peso cada vez maior na venda de veículos automóveis, o produto crédito ao consumo vai tendo cada vez mais relevo na área do financiamento automóvel. Em 2006 registou um crescimento na ordem dos 11%.

Locação Automóvel

Apesar da quebra do mercado automóvel (ligeiros passageiros e mercadorias) superior a 5%, o mercado de locação apresentou um crescimento perto dos 2%. Este crescimento é consequência de um maior dinamismo das empresas do sector.

Locação Imobiliária

Apesar da crise instalada no sector da construção civil, este segmento de mercado continua a crescer, embora agora com um ritmo mais lento do que em 2005, mas ainda com valores significativos, na ordem dos 19% em 2006.

Locação de Equipamentos

Apenas em 2006, a Associação separou a locação de Veículos Pesados da Locação de Equipamentos, pelo que para comparação com 2005, ainda consideramos os dois produtos apenas num tipo de Locação.

O ano de 2006 foi novamente marcado por uma forte subida na Locação de Equipamentos, com um valor na ordem dos 19%, à qual não podemos dissociar o crescimento de 12% que a venda de veículos pesados teve neste ano.

Crédito Lar

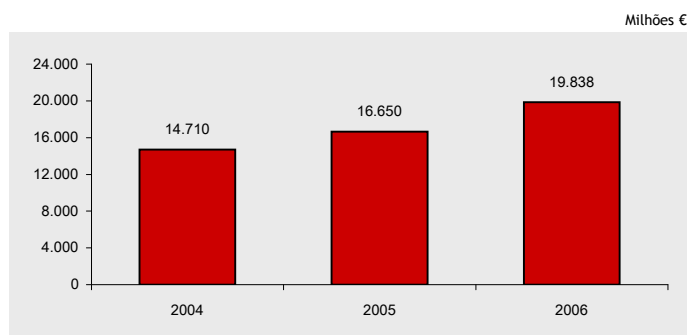
Depois de um forte crescimento em 2005, este mercado teve um ano de 2006 bem mais calmo, registando um crescimento de apenas 6,5%. Para este menor desempenho contribuíram por certo o aumento das taxas de juro e o endividamento das famílias.

Factoring

Depois do crescimento verificado em 2005 (13,2%) e evolução verificada no último exercício e, fundamentalmente, a performance global obtida no ano em apreço e que agora terminou, pôs em evidência que a actividade de factoring em Portugal é, claramente, um produto financeiro em franco desenvolvimento e que merece, e tem merecido, a aposta dos principais interlocutores do mercado financeiro nacional.

Em 2006, o mercado nacional de factoring foi responsável por um valor total de créditos tomados de 19.838 milhões de euros, o que representa, se comparado com o ano transacto, um crescimento de cerca de 16%, bem superior à evolução económica. Nos últimos três anos a evolução foi a seguinte:

Evolução do Factoring em Portugal



A liderança do sector mantém-se na mão de duas operadoras financeiras, com respectivamente 31% e 18% de um mercado global que libertou em 2006, 181 Milhões de euros de proveitos totais (juros + comissões).

No entanto, uma destas operadoras continua a evidenciar a sua maior preferência pelo volume, não conseguindo a mesma liderança no que respeita ao nível de proveitos totais e eficiência comercial apurada na base: Quota de Prov. Totais/Quota Créditos Tomados.

Actividade Desenvolvida

Financiamento Automóvel

O financiamento automóvel continuou a ser uma aposta estratégica da BPN Crédito, tendo em 2006 sido efectuados 14.678 contratos, num valor superior a 190 Milhões de euros, representando um crescimento perto dos 19%, bem acima da evolução global.

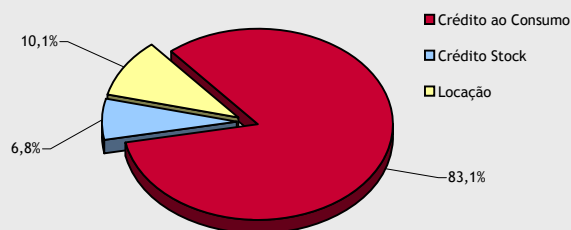
Distribuição do financiamento automóvel por produto

Tirando partido da oportunidade criada pelo mercado com o crescimento da venda de viaturas usadas, o crédito ao consumo aumentou o seu peso no financiamento automóvel na BPN Crédito, situando-se agora acima dos 69%.

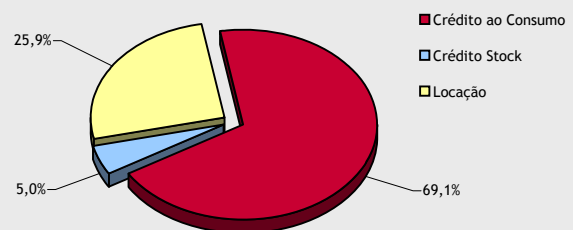
O Crédito Stock representou 5% do total da produção auto, progredindo em linha com o financiamento aos utilizadores finais.

A Locação Auto, embora também tenha apresentado um ligeiro crescimento face a 2006, perdeu peso na relação do financiamento automóvel dentro da BPN Crédito, representando agora cerca de 26% do negócio.

Financiamento Automóvel por Produto (nº contratos)



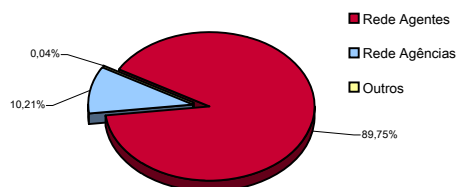
Financiamento Automóvel por Produto (valor financiado)



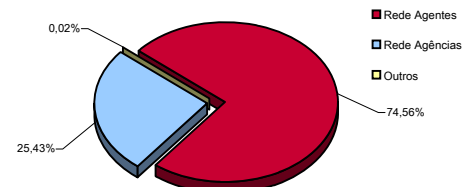
Distribuição do financiamento automóvel por redes de negócio

O crescimento do negócio auto teve por base a Rede Agentes, que assim aumentou o seu peso para 74,6%, enquanto a rede banco se fixou em 10%.

Distribuição por Redes de Negócio (nº contratos)



Distribuição por Redes de Negócio (valor financiado)



Financiamento automóvel por Canais de Angariação

Acompanhando o peso do crédito ao consumo no financiamento automóvel, também os Agentes Auto/Usados, e os Concessionários, têm uma maior importância neste tipo de financiamento (73,7%).

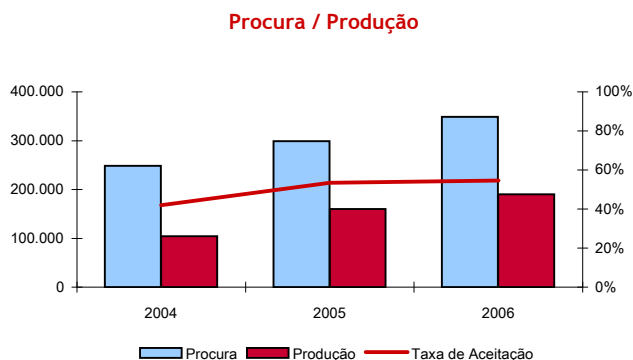
As Agências BPN representam 18,6% do financiamento automóvel feito na Empresa, e os Concessionários do Grupo BPN 0,9%.

Distribuição por Canais de Angariação (valor financiado)



Procura / Produção

O controlo do risco continua a ser a trave mestra do sucesso na BPN Crédito. A taxa de aceitação subiu 1% face ao ano anterior sem ter prejudicado os já excepcionalmente baixos níveis de crédito vencido, graças à qualidade do serviço que se presta e à criteriosa escolha dos nossos parceiros de negócios.



Leasing Imobiliário

Com um ligeiro crescimento em termos de valor financiado, a locação imobiliária continua a ser estratégica para a BPN Crédito, pelas características do próprio negócio, que dão sustentabilidade à carteira.

O seu peso no volume total de negócios da Empresa, fixou-se em 18,9%.

	Milhares €		
	2006	2005	Δ %
N.º Contratos	152	154	-1,3%
Valor Financiado	38.697	32.532	19,0%

Leasing de Equipamentos

Esta actividade é desenvolvida em exclusivo pelo Banco, quer na rede de Agências quer na rede Empresas, e apresentou uma evolução bastante favorável em relação ao ano transacto.

Este crescimento só foi possível graças ao empenho de todos os colaboradores BPN e teve na colocação dos NetPay junto dos seus clientes, associados a um contrato de Locação, um precioso auxílio.

	Milhares €		
	2006	2005	Δ %
N.º Contratos	8.542	1.224	597,9%
Valor Financiado	58.004	31.578	83,7%

Crédito Lar

De forma a dar um novo dinamismo a este produto, em meados de 2006 foi relançado o negócio Lar.

Em 2006, a Empresa realizou 3.493 contratos lar, num total de 4 Milhões de euros.

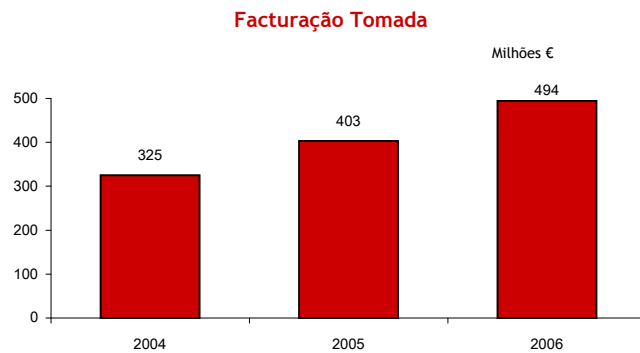
Factoring

O exercício de 2006 decorreu de uma forma muito positiva, tendo sido obtido um valor global de facturação tomada de 494 Milhões de euros, facto revelador do esforço, dedicação e atenção da rede comercial do BPN por este produto financeiro, que com o crescimento da produção em quase 23%, se posiciona bem acima dos 16% apurados no sistema financeiro.

Esquemáticamente a evolução da actividade desenvolveu-se da seguinte forma:

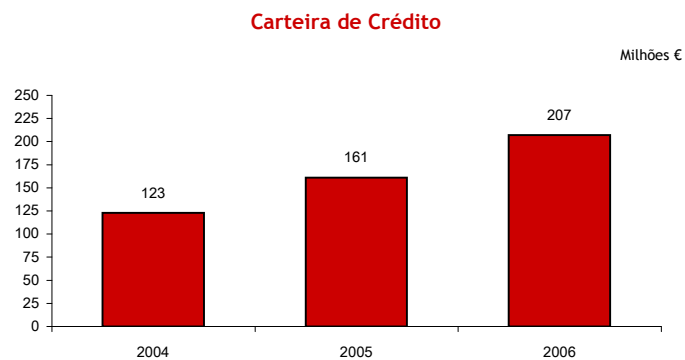
	Milhões €		
	2006	2005	Δ %
Facturação Tomada	494	403	22,6%
Proveitos (Juros + Comissões)	6	5	20,8%
Carteira de Crédito	207	161	28,6%

Em termos acumulados, nos últimos 4 anos, a facturação tomada ascendeu a 1.500 Milhões de euros, tendo libertado para o Grupo cerca de 18,1 Milhões de euros de proveitos brutos.



As expectativas apontam para um crescimento no próximo exercício de 10%, considerando que, segundo a nossa sensibilidade, a retracção do investimento publico terá uma forte influência neste produto.

A boa performance da carteira de crédito é sustentada pelo apreciável nível de crescimento de contratos, cujo número praticamente duplicou em dois anos, atingindo, no final de 2006, cerca de 450 contratos activos.



Principais Indicadores de actividade do BPN Crédito IFIC

	Milhares €		Var. %
	2006	2005	06/05
Activo líquido	671.042	584.525	14,8%
Crédito a Clientes	624.161	541.659	15,2%
Resultados Líquidos	10.220	9.917	3,1%
ROE	13,7%	13,7%	-

BPN Serviços, ACE

Recursos Humanos

Sendo a “orientação do cliente” uma das orientações estratégicas do BPN, o ano de 2006 foi caracterizado por profundas alterações na sua rede comercial.

No sentido de ajustar o modelo de acção comercial, face à sua actual dimensão e às condições do negócio financeiro em Portugal, procedeu-se à criação de duas Direcções Centrais, uma ligada à Rede de Agências e a outra à Rede de Empresas.

Como actividade nuclear da gestão de riscos a que está sujeita a actividade financeira, foi criado o Gabinete de Compliance que tem como missão exercer de forma permanente e independente a função de Compliance, supervisionando o cumprimento e a correcta aplicação nas Empresas do Grupo das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas e das recomendações emitidas pelas entidades supervisoras competentes.

Na linha e orientação da estratégia global de crescimento sustentado do BPN, adoptaram-se medidas reorganizativas e de redimensionamento de efectivos em alguns Órgãos da Instituição, de modo a conferir uma maior eficácia organizacional.

Continuou-se na prossecução de medidas que possibilitaram o aperfeiçoamento dos instrumentos de Gestão de Recursos Humanos, que de modo sustentado permitem seguir a política já iniciada e que visa o aumento das qualificações, competências e desenvolvimento dos Colaboradores, como factor chave de competitividade face às novas exigências do mercado e às alterações permanentes das variáveis do negócio.

Relativamente aos processos administrativos, deu-se continuidade ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação orientadas para a implementação de um sistema de informação de Recursos Humanos, que se encontra em fase de implementação, de acordo com os respectivos prazos que irão permitir uma gestão mais moderna, flexível e descentralizada.

Evolução do Efectivo

No final do exercício, o efectivo total era de 2.193 colaboradores, tendo sido efectuadas 222 novas admissões, mais 318 transferências do BPN Serviços ACE para empresas do perímetro do BPN S.A. registando-se um saldo líquido de 416 colaboradores, o que representa uma taxa de crescimento do emprego de 23,4%, particularmente dos serviços centrais que cresceram 7% em detrimento da área comercial, que evoluíram em 3,4%.

Os restantes elementos essenciais caracterizadores do emprego, apresentam alguma estabilidade, embora particularmente um dos factores tenha sofrido alteração sensível em relação aos últimos exercícios:

- A média etária dos Colaboradores encontra-se em 32 anos, sendo o escalão etário mais frequente de 30 a 34 anos, com 29% do total;
- A composição da população activa interna mantém a mesma proporção, repartidos entre o sexo masculino (61%) e sexo feminino (39%);
- Igualmente sem variação encontra-se o bom nível de qualificações de base dos colaboradores, 44 % dos quais tem formação superior;
- Manutenção da baixa taxa de rotação de saídas excluindo as transferências inter empresas do Grupo;
- Contudo, no exercício de 2006, verifica-se um sensível agravamento no nível do absentismo que foi de 5,5%, continuando a ser fortemente influenciado por algumas situações de ausências prolongadas, tendo as ausências por doença e maternidade a sua maior representatividade.

A antiguidade média é de 8 anos, sendo que cerca de 38% do efectivo tem entre 5 e 10 anos de actividade.

Durante o ano de 2006, foram promovidos 18,5% do efectivo, num quadro em que o mérito foi o factor determinante, demonstrando a atenção que a empresa dedica à valorização profissional dos seus Colaboradores.

Procedeu-se igualmente à atribuição de prémios, com base na avaliação de desempenho tida. Este sistema de incentivos compreende regras e variáveis, não só para as equipas comerciais, mas também para as restantes Direcções/Unidades que, directa ou indirectamente, contribuem para o desempenho das redes comerciais, nomeadamente, os Órgãos dos Serviços Centrais.

Para além da atribuição dos prémios mencionados, o BPN promoveu prémios individuais para a área comercial, de acordo com os objectivos definidos em cada produto.

Relativamente à prestação de serviços da Medicina de Trabalho, Higiene e Segurança aos Colaboradores, continua a ser assegurada pela Empresa Unimed, salientando-se a realização de 797 exames médicos, nomeadamente:

- Exames Periódicos - 667;
- Por admissão - 128;
- Ocasionais (a pedido da Empresa) - 2

Finalmente, levámos a cabo diversas sessões de formação em Gestão de Recursos Humanos, destinadas a sensibilizar os responsáveis das áreas comerciais e chefias para a responsabilidade que lhes está cometida na sua qualidade de gestores de pessoas, fornecendo-lhes conhecimentos e informações essenciais para os apoiar no seu trabalho diário.

Desta forma, criamos condições indispensáveis para que a empresa responda de forma eficaz aos desafios que continuamente se apresentam.

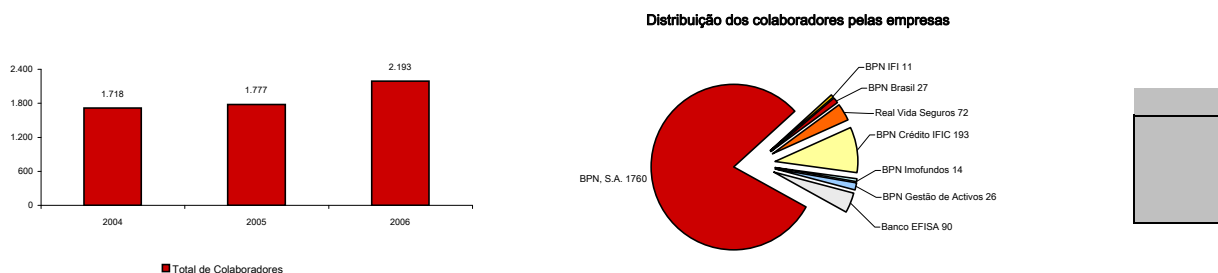
- Exames Periódicos - 667;
- Por admissão - 128;
- Ocasionais (a pedido da Empresa) - 2

Finalmente, levámos a cabo diversas sessões de formação em Gestão de Recursos Humanos, destinadas a sensibilizar os responsáveis das áreas comerciais e chefias para a responsabilidade que lhes está cometida na sua qualidade de gestores de pessoas, fornecendo-lhes conhecimentos e informações essenciais para os apoiar no seu trabalho diário.

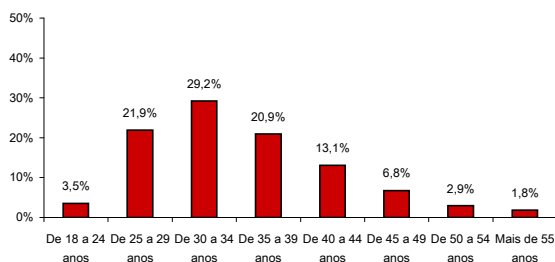
Desta forma, criamos condições indispensáveis para que a empresa responda de forma eficaz aos desafios que continuamente se apresentam.

Iremos continuar a manter uma gestão ponderada e controlada, mantendo a aposta na melhoria das competências técnicas e da inovação e na satisfação dos Colaboradores.

Evolução dos colaboradores - Consolidado BPN, S.A.

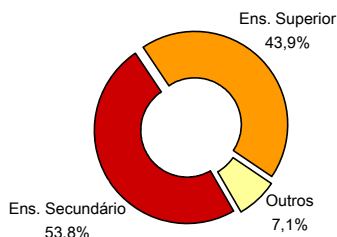


Estrutura Etária dos colaboradores - Consolidado BPN, S.A.



Nível de Habilitação Literária dos Colaboradores - Consolidado BPN, S.A.

Nível de Habilitações Literárias dos Colaboradores do Grupo BPN



Recrutamento e Selecção

De acordo com a linha de tendência dos últimos exercícios, assistiu-se a um incremento do Recrutamento Interno, motivado pela procura de novos desafios dentro da organização, favorecido pela política do Grupo BPN, em proporcionar internamente um maior número de oportunidades aos colaboradores.

Reafirma-se assim, que esta via para além de soluções mais eficazes, vem contribuindo para o reforço dos laços e da motivação dos colaboradores. A informação cada vez mais abundante e rica ao nível da formação profissional e da performance individual, permitiu ao recrutamento, melhorar a análise do perfil de competências e conhecimentos, aumentando o grau de rigor e eficácia dos processos na selecção dos candidatos.

Para além das admissões de substituição/reposição ou resultantes do crescimento orgânico dos negócios, desenvolveram-se processos de recrutamento específicos, orientados para a regularização das necessidades geradas pelos diversos projectos transversais desenvolvidos no presente exercício pelo Grupo BPN.

Reafirma-se assim, que esta via para além de soluções mais eficazes, vem contribuindo para o reforço dos laços e da motivação dos colaboradores. A informação cada vez mais abundante e rica ao nível da formação profissional e da performance individual, permitiu ao recrutamento, melhorar a análise do perfil de competências e conhecimentos, aumentando o grau de rigor e eficácia dos processos na selecção dos candidatos.

Para além das admissões de substituição/reposição ou resultantes do crescimento orgânico dos negócios, desenvolveram-se processos de recrutamento específicos, orientados para a regularização das necessidades geradas pelos diversos projectos transversais desenvolvidos no presente exercício pelo Grupo BPN.

Finalmente o investimento no tratamento do módulo de Carreiras e Sucessões, iniciado na fase terminal de 2006 e a perspectiva futura de integração de um módulo específico para a gestão das candidaturas internas e externas, irão dar contributos essenciais nos próximos exercícios para a melhoria qualitativa no âmbito da condução dos processos de Recrutamento & Selecção.

Formação Profissional

Em termos globais, constata-se um substancial aumento do nº de participantes (36,9%) e um acréscimo de horas dispendidas com a formação profissional (16,6%). O número de acções cresceu 71,1%, tendo os encargos com a formação diminuído em 0,5%, fruto das sistemática procura de sinergias globais e da adopção de adequadas políticas de minimização de custos aliado agora com a introdução de vários cursos na modalidade de e-learning com impacto positivo ao nível dos custos globais com a formação profissional.

No exercício de 2006 o respectivo Plano de Formação estabeleceu como prioridades o reforço do desenvolvimento de competências críticas consagradas no nosso sistema de desempenho e incremento da formação no âmbito de aperfeiçoamento técnico profissional, que se traduziu na execução de:

- Programas de Cooperação e Trabalho em Equipa e Melhoria Contínua, Inovação e Criatividade, no âmbito de desenvolvimento de competências dos colaboradores das Estruturas Centrais;
- Programas de Aperfeiçoamento ajustados as necessidades do negócio e as suas alterações, designadamente;
- Programa de Liderança e Motivação no contexto de mudança destinada ao Responsáveis Comerciais;
- Programas de melhoria de Qualidade destinado aos Administrativos da área comercial sobre Atendimento e Qualidade de Serviço e Noções elementares de Vendas;
- Execução de acções de formação técnica de âmbito interno sobre Risco Operacional, Aplicativo Acquiring, Projecto Adamastor entre outros, destacando ao nível de Produtos e Serviços a formação alargada sobre Netpay e
- Ainda em relação a reciclagem e aperfeiçoamento técnico, merece especial destaque o desenvolvimento e implementação definitiva do ensino a distância no Grupo BPN.

Em 2006, participaram nos programas e-learning mais de 560 colaboradores nas várias edições realizadas de cinco cursos técnicos, ao abrigo de um protocolo de colaboração específico, utilizando a plataforma do Instituto de Formação Bancária, nomeadamente sobre:

- Branqueamento de Capitais - Medidas de Prevenção;
- Diagnóstico Económico e Financeiro de Empresas;
- Produtos Bancários e Financeiros;
- Direito Bancário;
- O Acordo de Basileia II - Noções Fundamentais.

Salientamos nesta matéria, a introdução no processo de qualificação inicial de novos colaboradores de um curso de Certificação de nível I, customizado para o BPN e destinado as pessoas sem experiência bancária.

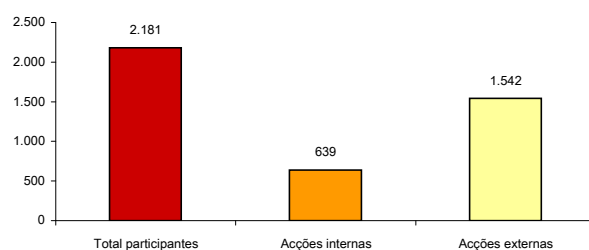
Pelo sucesso obtido e um balanço muito positivo do planeamento e execução e sobretudo pela avaliação dos formandos e respectivas hierarquias, no próximo exercício será dada continuidade a esta modalidade de formação, introduzindo uma oferta formativa mais alargada com novos cursos.

Para além dos aspectos acima referidos, foi dada continuidade aos demais programas de formação inicial, reciclagem e desenvolvimento de potencial habitualmente integrados no Plano Anual de Formação.

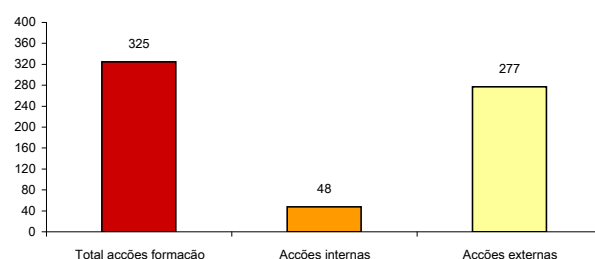
Foi desenvolvido o trabalho já iniciado, relativo a constituição da biblioteca de entidades e conteúdos formativos, por forma a permitir enquadrar com mais eficácia acções para suprir os gap's diagnosticados no sistema de desempenho.

No próximo exercício, perspectiva-se o reforço e consolidação da metodologia do ensino a distância, o desenvolvimento de competências técnicas face as prioridades definidas para os negócios particularmente na criação de uma Cultura Comercial BPN e incremento da eficácia no processo de venda e a continuidade dos programas de desenvolvimento de competências transversais e específicas estabelecidas no nosso sistema de desempenho.

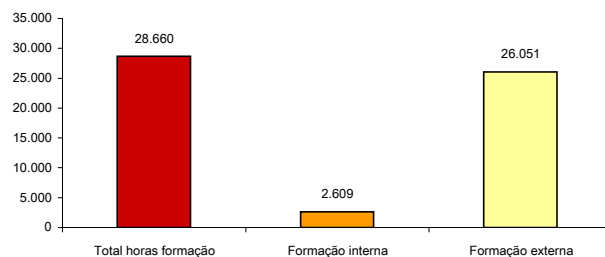
Participantes nas Acções de Formação - Consolidado BPN, S.A.



Acções de Formação - Consolidado BPN, S.A.



Horas Dispendidas em Acções de Formação - Consolidado BPN, S.A.



Gestão das Avaliações e Desenvolvimento de R.H.

No exercício findo introduzimos novas funcionalidades no Sistema Integrado de Gestão das Avaliações, cujos resultados foram plenamente atingidos, designadamente nos seguintes aspectos:

- O controlo da execução do processo das entrevistas de avaliação, passou a ser realizado através de um mecanismo automático de auditoria informática;
- Migração automática de dados do Sistema de Informação de Gestão (SIG) para o Sistema Integrado de Gestão das Avaliações (SIGA) para registo dos objectivos quantitativos individuais da rede comercial BPN;
- Constituição no SIGA, de uma biblioteca de conhecimentos técnicos específicos por grupos funcionais, facilitando a inserção de dados e levantamento das competências técnicas por funções;
- Mecanismos mais flexíveis na gestão dos diversos Ciclos de Avaliação por empresa e/ou sector e
- Introdução de um mecanismo de registo da Avaliação Intercalar;

Com os novos instrumentos de trabalho e tratamento de informação estratégica sobre as pessoas, incrementou-se a interacção com a área do Recrutamento Interno na avaliação conjunta dos perfis dos candidatos e com a área de Formação Profissional no âmbito do diagnóstico dos gap's de competências e conhecimentos técnicos, como base de preparação dos programas de reciclagem e aperfeiçoamento.

Em matéria de novos incrementos, decorreram em 2006, os trabalhos para a implementação do módulo de Carreiras e Sucessões e

Em matéria de novos incrementos, decorrentes em 2005, os trabalhos para a implementação do módulo de carreiras e sucessões e HRCharter - ferramenta de organização de informação estrutural sobre os RH. A evolução destes módulos dependerão do desenvolvimento dos trabalhos sobre o cadastro adequado das funções específicas e postos de chefias.

Completando o ciclo iniciado em 2004, perspectiva-se para o próximo exercício e após instalação da nova versão da aplicação da gestão estratégica de RH, a introdução de novas funcionalidades e módulos adicionais, criando condições para uma sistemática dinâmica de mudança e melhoria contínua nos processos de gestão estratégica dos Recursos Humanos.

Infraestruturas e Processos

No contexto actual, nenhuma Instituição, independentemente do seu ramo de actividade, pode aspirar a crescer sem estar dotada de processos e ferramentas eficientes, que suportem esse crescimento de forma sustentada. Partindo desta premissa, é fácil perceber o nível de investimento verificado em 2006, na área de Sistemas de Informação e Tecnologias.

O ano de 2006 caracteriza-se assim, como mais um ano de grande intensidade. Prova disso é o elevado número de Projectos desenvolvidos, de entre os quais se destacam os seguintes:

A nível **transversal**, o Projecto de implementação da nova **Solução de “Core Banking”** (Core Banking System) continua, como no ano anterior, a constituir-se como a actividade de maior relevância, quer pelo seu carácter estruturante e inovador, quer pela sua complexidade. A nova solução de Core Bancário, em implementação, permitirá criar as condições necessárias ao crescimento do negócio do BPN, reduzindo custos com operações e tecnologias, apresentando uma elevada performance e permitindo o lançamento de novos produtos no mercado, num curto espaço de tempo, entre outros benefícios.

Na área de **Canais de Distribuição** assume particular relevância:

- O Projecto **“Front-End”**, que tem como objectivo a implementação de uma nova plataforma de “Front-End”, mais eficiente, que será implementada sob duas vertentes, ambas em curso:

- Numa vertente, permitirá a substituição da actual aplicação de “Front-Office”, estando prevista a implementação de cerca de 100 transacções que, integradas como a actual sistema core, correspondem a aproximadamente 80% do volume total de transacções efectuadas pela Rede Comercial;

- Noutra vertente, permitirá a disponibilização de 650 transacções totalmente integradas com a nova solução de Core Bancário, actualmente em implementação.

- O Projecto **2ª Fase de Canais Complementares**, em fase final de desenvolvimento, que tem como âmbito não só a disponibilização de um conjunto alargado de novas transacções (cerca de 40), mas também a melhoria das actuais, assim como a optimização da aplicação ao nível técnico (performance, ergonomia, navegabilidade, etc.). A conclusão deste Projecto irá permitir uma maior e melhor oferta através do canal BPN interactivo;

- A conclusão da implementação da aplicação de suporte à **Gestão de Promotores da Assurfinance**, permitindo à Rede Assurfinance uma gestão mais eficiente dos seus promotores comerciais, quer particulares, quer do tipo Empresa;

- A conclusão do Projecto **“Intranet Corporativa”**, que teve como principais objectivos a implementação de toda a infra-estrutura de base à nova aplicação, a inclusão de uma ferramenta de suporte ao agendamento comercial (Programa Mais), a substituição da lista telefónica interna por uma versão melhorada e a introdução de novas funcionalidades. Com a conclusão deste Projecto, o Grupo BPN passou a dispor de um precioso instrumento de trabalho, que para além de garantir o suporte a diversos processos de trabalho, permite a gestão e partilha do conhecimento dentro do Grupo.

Na área de **Crédito e Risco**, destaca-se:

- A conclusão da implementação de uma nova **Plataforma de suporte aos modelos de “scoring”** (CDA - Capstone Decision Accelerator, da Fair Isaac), que permite o cumprimento dos requisitos Basileia II, no IRB avançado;

- A execução das actividades conducentes à implementação da **aplicação Almonde**, entretanto concluída, para o cálculo do reporte da Imparidade no âmbito da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e dos reportes de Basileia II;

- A implementação de um **sistema de gestão do risco operacional**, permitindo ao Grupo BPN tomar consciência da exposição a esse tipo de risco e tomar medidas conducentes à sua mitigação. Foram concluídas as suas quatro fases: identificação e registo dos eventos de risco; avaliação qualitativa dos riscos previamente identificados; módulo de acompanhamento e tratamento de riscos; modelização do risco e cálculo do capital regulamentar;

- A conclusão do Projecto **“Workflow de Crédito Imobiliário”**, permitindo assim a utilização da ferramenta de Workflow para suporte ao tratamento deste tipo de crédito, totalmente integrado com a nova ferramenta de “scoring”;

- A conclusão da implementação de um sistema de **Workflow para Gestão de Vigilâncias Especiais**, que permite uma gestão mais eficiente no processo de aprovação do enquadramento dos Clientes nos diferentes graus de vigilância e a atribuição automática de graus de vigilância de acordo com critérios definidos pelo Banco;

- O desenvolvimento de uma solução de suporte à **gestão do crédito vencido e à actividade de contencioso** que permitirá, assim que finalizada a fase de Testes, uma gestão ainda mais eficiente deste tipo de processos;

- O desenvolvimento do **“Sistema de Gestão de Grelhas de Balanço”**. Este sistema permitirá, aquando da sua entrada em produção, em conjunto com a Aplicação de Notações de Risco, já em produção, uma maior eficiência ao nível da análise e gestão de informação, no que diz respeito à Análise de Risco;

- A conclusão de todo o processo de **titularização de crédito** no BPN, que engloba, em traços gerais, as funcionalidades de identificação da carteira a titularizar, sua conversão contabilística e a implementação dos respectivos processos de controlo e reporting;

- Ainda, o início em 2006 dos Projectos **“Relação Patrimonial”** e **“Workflow de Crédito para atribuição de Cartões de Crédito a Clientes particulares BPN”** que permitirão uma gestão mais eficiente no que concerne aos dados patrimoniais dos clientes e ao processo de decisão

- A conclusão de todo o processo de **titularização de crédito** no BPN, que engloba, em traços gerais, as funcionalidades de identificação da carteira a titularizar, sua conversão contabilística e a implementação dos respectivos processos de controlo e reporting;
- Ainda, o início em 2006 dos Projectos “**Relação Patrimonial**” e “**Workflow de Crédito para atribuição de Cartões de Crédito a Clientes particulares BPN**” que permitirão uma gestão mais eficiente no que concerne aos dados patrimoniais dos clientes e ao processo de decisão sobre a atribuição de cartões de crédito a clientes BPN, respectivamente.

Na área de **Meios de Pagamento**, destaca-se:

- O desenvolvimento de uma nova **Solução de Meios de Pagamento** que permitirá, quando concluída, entre outras funcionalidades, o tratamento de Cheques Pré-Datados, Cheques sobre o Estrangeiro e Efeitos, possibilitando, assim que implementada, ganhos de produtividade e uma redução de custos;
- A implementação um novo Sistema de Gestão Operacional de Cartões de débito e crédito, “**BizCard**”, constituindo uma importante mais valia nesta área de negócio;
- O desenvolvimento e entrada em produção de um sistema de Workflow para suporte ao processo de Proposta de Adesão a **Cartões “Co-Branded”** totalmente integrado com a componente de Gestão de Cartões (Bizcard), o que constitui uma importante mais valia para a Rede NetPay;
- A construção e disponibilização da plataforma de **Call Center NetPay**, que permite a Gestão de Contactos de modo eficiente, interligando-se com a plataforma de Issuing (Bizcard) e a Aplicação de suporte ao Workflow de Cartões Co-Branded. Esta plataforma possibilita ainda a eventual deslocação dos operadores para outros locais físicos sem custos adicionais ao nível da infra-estrutura;
- A inclusão de novas funcionalidades no sistema de **Workflow de Tratamento e decisão Netpay**, como sejam a diferenciação de preço por tipo de actividade, “brand” e entidade, o suporte ao processo de adesões mistas (solicitação de dois tipos de TPA´s), o módulo de gestão de Stock´s, entre outras;
- O início, no último trimestre de 2006, do Projecto “**Monitorização de POS´s e ATM´s**”, cujo objectivo passa pela implementação de uma Solução que permita uma gestão eficiente destes equipamentos, através da disponibilização de um conjunto de informação de gestão. Além desta componente também serão implementados os módulos de “gestão de anomalias” e de “falhas/sobras”.

Na área de **Estrangeiro e Mercados**, releva-se:

- O Projecto “**Miner**”, cujo objectivo passa pela substituição das aplicações de Back-Office de Mercados - SIM, CAF, MM e Gestão de Activos por um Sistema único, permitindo sinergias neste âmbito e a inclusão de novas funcionalidades como o tratamento de derivados e futuros. Em 2006 foi desenvolvido e colocado em produção o módulo que substitui o Aplicativo SIM, utilizado pela Fincor;
- A reestruturação da solução **Kondor** que, através do “upgrade” efectuado às máquinas e aos sistemas, possibilitou um aumento de performance bastante significativo.
- O desenvolvimento da Aplicação de “**Créditos Documentários de Exportação**”, que resulta da necessidade de efectuar a gestão do ciclo de vida de um Crédito Documentário de Exportação com base numa solução informática, prevendo-se a sua entrada em produção brevemente;
- A conclusão do Projecto “**Informação para a Direcção Internacional**” que, centralizando numa única Aplicação toda a informação relacionada com operações internacionais e Bancos correspondentes, constitui uma mais valia significativa para esta área de negócio;

Na área de **Contabilidade e Reporte** importa referir:

- O início do Projecto de **substituição da Solução de Contabilidade** por uma nova (“Millenium”), que garantirá a integração com o novo sistema de Core Banking e que constituirá uma mais valia efectiva para esta área de actividade;

- A conclusão da 1ª fase do Projecto **Sistema Anti-Branqueamento de Capitais**, tornando possível, ainda em 2006, a filtragem “off-line” das Bases de Dados de Clientes contra as listas internacionais, de forma automatizada. Desta forma, o BPN passa a dispor de uma ferramenta que lhe permite garantir a manutenção e reforço da confiança pública e reputação do Grupo BPN, através da minimização do risco de envolvimento involuntário com entidades praticantes de actividades de branqueamento de capitais e assegurando, ao mesmo tempo, o cumprimento da legislação em vigor sobre este tema;

- O desenvolvimento de um alargado número de novas transferências gerais adaptadas para interagir com o novo módulo de ligação ao preço do Banka, permitindo a periodificação das comissões de acordo com o critério e o tipo de cálculo seleccionado, respondendo às exigências do **Custo Amortizado** no âmbito da aplicação das IAS/IFRS;

- A implementação de uma nova versão da **Aplicação Corona**, o upgrade aos servidores de suporte, a realização de uma reengenharia dos processos de interligações com outras aplicações e o expurgo de dados históricos, com vista à melhoria da performance e da qualidade de serviço.

Na área de **Recursos Humanos** destaca-se:

- O Projecto “**Novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos**”, actualmente em fase de desenvolvimento, que tem como objectivo substituir a actual aplicação, introduzindo e reforçando as suas valências, como sejam a autonomia no acesso à informação, a possibilidade de ter uma visão integrada dos colaboradores, a integração com outros sistemas, entre outras;

- O Projecto “**Novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos**”, actualmente em fase de desenvolvimento, que tem como objectivo substituir a actual aplicação, introduzindo e reforçando as suas valências, como sejam a autonomia no acesso à informação, a possibilidade de ter uma visão integrada dos colaboradores, a integração com outros sistemas, entre outras;

- A implementação de uma **plataforma de E-Learning**, do Instituto de Formação Bancária, tornando possível, aos colaboradores, ainda em 2006, a frequência deste tipo de cursos a partir do seu posto de trabalho, reduzindo custos em deslocações, estadias e outros.

Ao nível da **Infra-Estrutura Aplicacional** evidencia-se:

- A implementação de uma **plataforma de gestão documental**, que garante a gestão eficiente ao nível dos processos com base documental. Garantindo, actualmente, o suporte à componente de “Acquiring”, constitui a base para a inclusão de vários processos da mesma natureza. Nesse sentido foram desenvolvidas as actividades conducentes à inclusão dos processos de conta à ordem e crédito, actualmente em curso, aos quais se seguirão as relacionadas com os processos de facturação de fornecedores e contratos do BPN interactivo;

- Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projecto de implementação de um novo “**Middleware**”. A implementação desta nova infra-estrutura técnica de suporte aos diversos canais e a vários ambientes centrais, baseada em tecnologia Microsoft, permitirá, assim que concluída, uma maior simplicidade e fiabilidade ao nível da integração entre as múltiplas aplicações, sendo caracterizada pela sua elevada escalabilidade e alto desempenho;

- A conclusão da migração do SWIFT Alliance Entry para o **SWIFT Alliance Access**, possibilitando assim uma gestão mais eficiente do tráfego de mensagens Swift e respectivo “routing” para os Bancos do Grupo BPN (BPN, Banco Efisa, BPN Cayman e BPN IFI). A instalação desta nova versão garante, também, a compatibilidade com as previsíveis alterações que a SWIFT irá introduzir neste sistema.

Por último, ao nível da **Infra-Estrutura Tecnológica** destacam-se as seguintes realizações:

- A conclusão do Projecto “**Renovação do Parque Informático dos Edifícios Centrais**” que permitiu actualizar e adequar o parque tecnológico às novas necessidades de negócio, ao nível do Hardware e Sistemas Operativos;

- A actualização tecnológica efectuada aos **Sistemas Centrais (AS/400 e RS6000)**, permitindo assim responder às necessidades actuais e futuras (2/3 anos) do Grupo BPN e acarretando consigo um conjunto de benefícios significativos, como sejam:

- O aumento da disponibilidade global do sistema;
- A melhoria da performance em todos os aplicativos;
- A diminuição dos tempos de resposta do sistema;
- A capacidade para responder ao aumento do número de clientes e transacções e
- A diminuição dos custos de manutenção.

- A conclusão do Projecto de **Reestruturação e Consolidação da Infra-Estrutura de Segurança**, tendo-se procedido à consolidação das Firewalls e ao “upgrade” das versões existentes, o que permite uma maior eficácia na protecção das aplicações e respectivas infra-estruturas;

- A implementação da **ferramenta Websense**, que possibilita a filtragem e bloqueio automáticos, na Internet, de sítios desenquadrados com a actividade profissional e permite, ao mesmo tempo, um controlo efectivo do tráfego Internet por estrutura orgânica e por utilizador;

- A conclusão do processo de **Consolidação dos Ambientes de Desenvolvimento**, tendo - se reduzido para 1/5 o número de servidores utilizados, o que permitiu uma redução de custos (em Hardware e Software), obtendo-se, ao mesmo tempo, melhorias ao nível da manutenção e flexibilidade da infra-estrutura de desenvolvimento;

- A adopção de uma **nova plataforma de Backup´s (Tivoli)** que, tendo sido implementada, permitiu uma racionalização de custos neste âmbito;

- A implementação de uma ferramenta segura de transferência de ficheiros entre sistemas (**Connect Direct**), que permite a automatização dos processos de FTP já existentes no BPN, aumentando assim a segurança e produtividade deste processo, transversal a todas as Aplicações e Sistemas;

- A reestruturação da toda a solução de **MQ Series** (Ferramenta para execução de toda a comunicação transaccional entre sistemas), que permitiu dotá-la de uma maior robustez, fiabilidade e redundância;

- Ao nível da **comunicação de dados** foram contratadas um conjunto de condições técnicas bastante mais favoráveis, permitindo um incremento da performance e da qualidade dos serviços, através do aumento de larguras de banda e da adopção de uma infra-estrutura tecnológica muito mais avançada, assente em telefonia IP.

Como o crescimento do negócio também implica a manutenção do actual, não podemos deixar de evidenciar o suporte prestado pela Direcção de Sistemas de Informação e Tecnologias (DSIT) a mais de 2.500 colaboradores, 200 Agências, 10 Edifícios Centrais e a mais de 90 aplicações.

Aprovisionamento, Logística e Instalações

No âmbito do Aprovisionamento e Logística, o ano de 2006 caracterizou-se pela continuação do programa de automatização e melhoria do controlo de processos, com ganhos adicionais ao nível da eficiência interna.

O processo de aprovisionamento do Grupo BPN está neste momento apoiado numa solução informática global que assegura o tratamento integrado das tarefas de requisição, encomenda, contabilização e pagamento de bens e serviços, através do qual tem sido permitida uma crescente racionalização de recursos. Por outro lado, as melhorias introduzidas ao nível das funcionalidades relativas à extracção de informação de gestão permitiram otimizar significativamente os processos de planeamento e de execução de compras.

Ao nível dos Equipamentos Administrativos, durante o ano de 2006 concluiu-se a 1ª fase do processo de instalação de Equipamentos Multifuncionais nas Agências mais antigas do BPN e em alguns dos Serviços Centrais de Empresas do Grupo, substituindo-se, em cada caso, um conjunto de equipamentos diversos por um equipamento Multifuncional (equipamento que centraliza as tarefas de Impressão e Cópia e o envio e a recepção de documentos via Fax). O processo de instalação de equipamentos multifuncionais irá continuar no ano de 2007, quer de forma activa onde os ganhos de eficiência o exijam, quer à medida que os equipamentos administrativos das unidades de serviço se vão mostrando obsoletos.

Relativamente aos processos de Impressão e de Finishing de documentos a enviar para os Clientes das Instituições do Grupo BPN (Projecto ODD), foi dada continuidade à implementação de uma solução de Outsourcing que assegura, relativamente aos fornecedores externos, uma maior rapidez, flexibilidade e autonomia na execução destas tarefas. Após uma fase inicial que envolveu a Impressão e o Finishing de alguns documentos do BPN, do Net Pay e da Fincor, foram lançadas novas fases, que contemplaram um alargamento do tipo de documentos incluídos neste sistema, estando a ser preparada a inclusão, em 2007, de outras empresas do Grupo. Por outro lado, assegurou-se que a solução implementada, para além da disponibilização imediata dos documentos a imprimir em cada momento, permite, se necessário, a sua nova disponibilização em momentos futuros, quer ao nível do home-banking, quer da intranet do Grupo.

Ainda no âmbito do Aprovisionamento e Logística, e tendo em vista melhorar significativamente quer a qualidade dos serviços prestados, quer a proximidade entre os utilizadores internos e os serviços centrais, foi desenvolvido no âmbito da Intranet Corporativa um aplicativo que permite a requisição e a gestão de pedidos ao nível dos equipamentos administrativos (resolução de avarias, pedidos de manutenção, pedidos de consumíveis, etc.) e de serviços diversos (correio, limpeza, carimbos, etc.). Este aplicativo assegura o envio, o encaminhamento e a recepção automática de pedidos dos diversos utilizadores, assim como a consulta do seu estado de resolução e a extracção de informação de controlo e de gestão.

No que se refere à área de Instalações, deu-se continuidade, em 2006, ao esforço de modernização e de melhoria das instalações das Agências mais antigas do BPN, através da realização de obras de conservação e reparação, assim como de manutenção preventiva e correctiva quer das Agências em geral, quer das instalações dos Serviços Centrais.

Sistemas de Controlo e de Gestão de Custos e Investimentos

Sob uma linha de orientação geral que exige a prestação pelo Grupo BPN de um nível de serviço cada vez mais elevado, ao mais baixo custo de produção, tem sido desenvolvido ao nível das Instituições do Grupo um sistema visando o conhecimento detalhado dos custos gerais administrativos e o estabelecimento de uma base que permita uma avaliação objectiva da performance e da contribuição das unidades de serviço para os resultados globais.

Nesta perspectiva, foram introduzidos no ano de 2006 novos procedimentos quer ao nível das aplicações informáticas, quer do tratamento administrativo da realização de despesas, que permitiram melhorar significativamente o conhecimento sobre os gastos gerais das diversas Empresas do Grupo BPN. Procedeu-se, ainda, no caso específico do BPN e do BPN Serviços ACE, à recolha e tratamento de informação relativa a Projectos desenvolvidos por cada área funcional, bem como à recolha de indicadores relevantes da actividade desenvolvida.

Esta melhoria significativa da informação sobre a performance e os gastos gerais das unidades de serviços internos, tem vindo a permitir a identificação de situações de menor eficiência na utilização de recursos ou no desempenho dos serviços e a tomada de medidas pontuais ou estruturais de correcção das mesmas.

Projecto Basileia II

Em Junho de 2006, o Acordo Basileia II foi transposto para a Legislação Comunitária, através da publicação da nova Directiva de Adequação de Capital (Capital Requirements Directive - CRD), repartida nas Directivas 2006/48/EC e 2006/49/EC. Em Portugal, no fim de 2006, estava em curso a elaboração de Legislação Nacional baseada na CRD, a qual deverá ser promulgada no decorrer do primeiro semestre de 2007. Assim, ao longo do exercício transacto, o Grupo BPN foi adoptando um conjunto de medidas no sentido de preparar-se para as alterações regulamentares previstas e colocar as instituições financeiras do Grupo ao nível das best practices internacionais nos vários processos de Gestão de Risco.

Neste sentido, é importante destacar os desenvolvimentos entretanto realizados na implementação de uma infra-estrutura tecnológica que vai permitir fazer a ligação entre a Gestão de Risco e o processo de cálculo dos requisitos de fundos próprios e reporte institucional, de acordo com os três Pilares de Basileia II.

Após avaliação da adequação das práticas do Grupo BPN às exigências do Acordo de Basileia II, o Conselho de Administração deliberou a adopção da seguinte metodologia de abordagem de Basileia II:

- No que diz respeito ao **Risco de Crédito**, o Banco Português de Negócios, o Banco EFISA e o BPN Crédito, deverão utilizar o método padrão (Standardised Approach);
- Quanto ao **Risco Operacional**, as entidades jurídicas do Grupo BPN irão adoptar, numa primeira fase, o método avançado (Advanced Measurement Approach - AMA);
- Por fim no que diz respeito ao Risco de Mercado, o Grupo deverá utilizar o método padrão.

Risco de Crédito

Durante o ano de 2006, foi dada continuidade ao processo de desenvolvimento de Modelos de Risco para cada segmento da carteira de crédito, de acordo com as regras e classes de activos de Basileia II.

Está implementado um novo Modelo de Scoring para o segmento de Crédito Habitação, e estão a ser implementados Modelos para outros segmentos de Retalho (nomeadamente: Pequenos Negócios, Crédito Automóvel - Novos, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Crédito Consumo Lar) que deverão estar em pleno funcionamento ao longo de 2007. Estes Modelos já possuem associadas PD (Probability of Default), de acordo com as exigências de Basileia II.

Paralelamente, mantêm-se como objectivos importantes:

- A estimação de LGD (Lost Given Default) e de EAD (Exposure at Default) com base nos Modelos de Risco;
- A melhoria da eficácia dos processos de recuperação e cobrança de créditos;
- A adequação do sistema de gestão de garantias e colaterais aos requisitos de mitigação do Risco de Crédito.

A implementação deste conjunto de medidas visa dotar o Grupo BPN dos instrumentos necessários para que, num horizonte próximo, se possa assumir a candidatura ao método avançado de notações internas (Internal Rating Based Approach Advanced - IRB Advanced), o que permitirá uma gestão mais eficiente dos capitais próprios.

Risco Operacional

No âmbito da estratégia de reforço dos sistemas de gestão do risco, encontra-se em curso um projecto iniciado em 2004, que visa dotar o Grupo com um sistema evoluído de gestão de risco operacional em conformidade com as melhores práticas.

Assim, em 2006 concluiu-se o desenvolvimento dos módulos informáticos de suporte ao sistema de gestão do risco operacional e iniciou-se a última fase do projecto, visando a modelização dos dados e o cálculo dos requisitos de capital. Esta última fase é assegurada com a colaboração de uma prestigiada empresa internacional de consultoria.

Actualmente, o sistema abrange cerca de 900 colaboradores, dos quais 73 com o perfil de aprovação e 29 Coordenadores Locais de Risco Operacional.

Com base nos cerca de 1500 eventos de risco operacional certificados, foram elaborados os primeiros relatórios sobre o risco operacional no Grupo e recomendações para a sua mitigação.

No final de 2006 o BPN foi admitido na ORX (Operational Risk Exchange), um consórcio actualmente composto por trinta e cinco bancos europeus e norte-americanos, com o objectivo de aceder a dados externos para inclusão nos modelos estatísticos.

Esta associação é também um dos mais importantes fóruns de discussão sobre o risco operacional. O BPN tem estado activamente envolvido na actividade desta Associação, participando no grupo de trabalho "Definitions Working Group", que visa a definição das fronteiras do risco operacional e a criação de standards comuns para todos os Bancos.

Em 2006 o BPN apresentou a sua candidatura informal ao Banco de Portugal para a utilização do método AMA, no cálculo dos requisitos de capital, contando apresentar a candidatura formal no decorrer do primeiro semestre de 2007.

A Gestão do Risco no Grupo BPN S.A.

Riscos de Mercado

Introdução

O actual desenvolvimento, dinamismo e complexidade dos mercados financeiros, associado às exigências do novo Acordo de Basileia II, requerem que todas as Instituições Financeiras, nomeadamente os Bancos, estejam dotadas de mecanismos que lhes permitam de forma eficaz e em tempo útil, medir, monitorizar e controlar os riscos resultantes, quer da sua actividade de banca tradicional, quer da actividade inerente às suas carteiras de negociação.

Os riscos decorrentes da variação nos preços dos activos e passivos e sua uma determinada carteira está sujeita, bem como o risco de uma

inerente às suas carteiras de negociação.

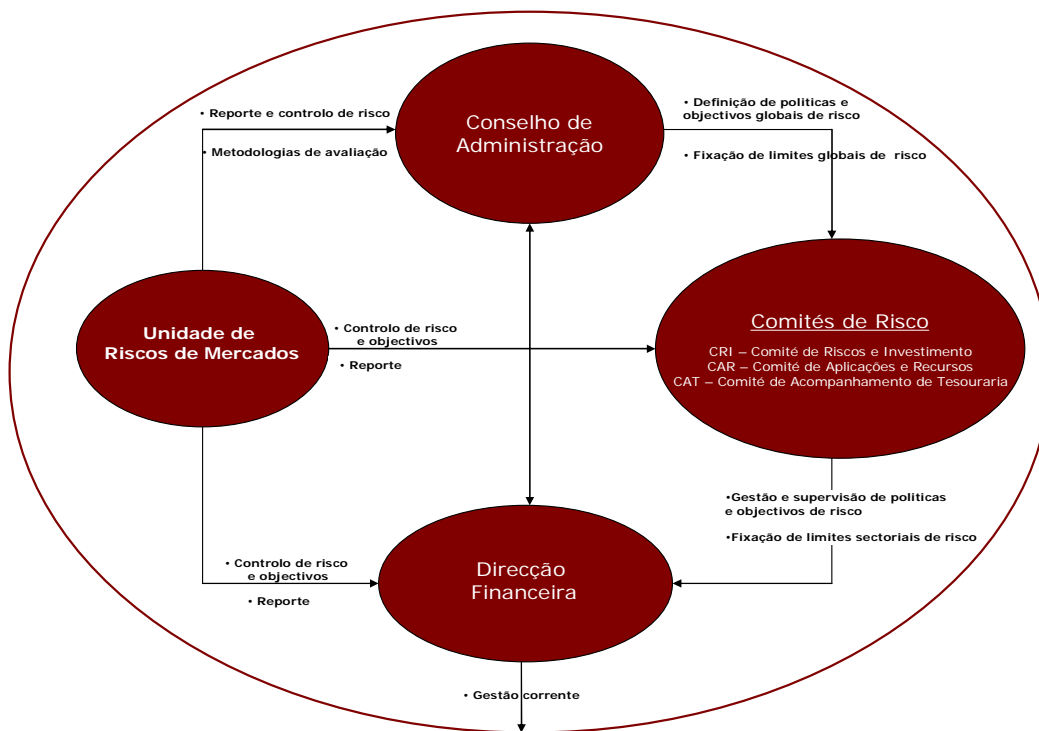
Os riscos decorrentes da variação nos preços dos activos e passivos a que uma determinada carteira está sujeita, bem como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos de curto prazo são geralmente designados por Riscos de Mercado.

Neste âmbito, o BPN tem vindo a implementar, no decorrer dos últimos anos, uma estrutura organizacional que transporta o grau de controlo e gestão dos riscos de mercado para níveis adequados à sua realidade e exigências. Partindo do Conselho de Administração a definição das políticas globais de risco e seus objectivos, chegou-se a uma estrutura onde a segregação de funções e os controlos interagem, resultando no que podemos considerar um modelo moderno e adequado à evolução que pretendemos do nosso Banco nestes domínios.

Organização interna

A definição das políticas e objectivos globais de risco são da competência do Conselho de Administração.

A sua implementação é realizada através de uma estrutura organizacional, que prima pela segregação de funções em órgãos de supervisão interna, de reporte e de gestão.



Compete à Direcção Financeira do BPN, realizar a gestão corrente dos riscos de mercado (Taxa de Juro, Cambial e Liquidez) no âmbito das carteiras de negociação que obedecem aos limites de exposição estabelecidos pelo Conselho de Administração e na execução das estratégias de cobertura dos riscos de mercado da carteira bancária, que são definidas no domínio dos Comités de Risco.

Os comités de risco são presididos por órgãos da Administração (CEO ou CFO) e integram também quadros directivos de primeira linha das áreas directamente relacionadas com os riscos de mercado:

- Comité de Aplicações e Recursos (CAR);
- Comité de Risco e Investimentos (CRI) e
- Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT)

No âmbito destes comités é supervisionada a aplicação pelas áreas de gestão de risco, das metodologias e limites estabelecidos para os riscos de mercado, com especial enfoque para o Risco de Liquidez, que é analisado no âmbito do CAR e para os Riscos de Taxa de Juro e Cambial no âmbito do CRI e CAT.

A Unidade de Riscos de Mercado (URM) é centralizada para o Grupo BPN e reporta directamente à Administração, trabalhando de forma independente das áreas de negócio. Este departamento é directamente responsável pelo reporte dos resultados e riscos de mercado, bem como pela concepção e implementação de políticas e metodologias para apuramento dos mesmos.

O Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos à vista.

No Grupo BPN a boa gestão do risco de liquidez, sempre foi entendida como garante da actividade global da Instituição e do seu crescimento.

O controlo e reporte do risco de liquidez é efectuado mensalmente ao Banco de Portugal, ao abrigo das exigências regulamentadas na Instrução nº 1/2000 - Rácio de Liquidez. Para além destas medidas, emanadas da supervisão, o controlo e reporte da liquidez é feito numa base diária pela Direcção Financeira ao Administrador do Pelouro e analisado em base semanal no Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT). Mensalmente, é realizado o Comité de Aplicações e Recursos (CAR), onde é debatido e supervisionado o risco de liquidez global do Grupo, cuja gestão se encontra integrada no BPN, S.A..

O Risco de Taxa de Juro

O Grupo BPN monitoriza o risco de taxa de juro da carteira bancária com base em análises de sensibilidade da margem financeira e da situação líquida, face a um choque standard na taxa de juro de 200 p.b. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de "Gap Analysis", segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de "repricing". Esta análise é elaborada de acordo com o disposto na Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, que segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

A 31 de Dezembro de 2006, o risco de taxa de juro em termos de situação líquida situou-se nos -4.513 milhares de euros (-1.576 milhares em Dezembro de 2005), e em termos de margem financeira nos 9.842 milhares de euros (10.220 milhares em Dezembro de 2005).

Conselho de Administração

José de Oliveira Costa
Presidente

António Coelho Marinho
Vogal

Armando José Fonseca Pinto
Vogal

Abdool Magid Abdool Karim Vakil
Vogal

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Vogal

Teófilo Paulo Cadima Carreira
Vogal

António Manuel Alves Martins Franco
Vogal

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2006, era a seguinte:

José de Oliveira Costa
Não possui quaisquer acções

António Coelho Marinho
Não possui quaisquer acções

Armando José Fonseca Pinto
Não possui quaisquer acções

Abdool Magid Abdool Karim Vakil
Não possui quaisquer acções

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Não possui quaisquer acções

Teófilo Paulo Cadima Carreira
Não possui quaisquer acções

António Manuel Alves Martins Franco
Não possui quaisquer acções

Anexo II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital:
BPN - SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital:
Nada a referir

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital:
Nada a referir

2.

**Contas Individuais
e
Contas Consolidadas**

Balanço Individual (BPN - S.A.)

Milhares Euros

	Notas	31.12.2006			31.12.2005
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Pro forma Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	333.312	-	333.312	291.478
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	474.787	-	474.787	144.362
Activos financeiros detidos para negociação	5	70.742	-	70.742	9.483
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	383.250	-	383.250	143.886
Aplicações em instituições de crédito	7	836.126	-	836.126	672.485
Crédito a Clientes	8, 20	3.826.553	46.955	3.779.598	3.370.055
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	9	79	-	79	-
Activos não correntes detidos para venda	10, 20	32.759	360	32.399	33.287
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	51.043	29.892	21.151	22.968
Activos intangíveis	12	13.111	7.291	5.820	1.952
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	21.180	-	21.180	22.816
Activos por impostos correntes	14	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	14	8.928	-	8.928	8.185
Outros activos	15	171.479	-	171.479	205.661
Total de Activo		6.223.348	84.498	6.138.850	4.926.617
Passivo					
Recursos de bancos centrais				-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	5			19.994	11.375
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				-	-
Recursos de outras instituições de crédito	16			1.011.221	735.119
Recursos de clientes e outros empréstimos	17			3.477.363	3.498.479
Responsabilidades representadas por títulos	18			39.151	37.976
Passivos financeiros associados a activos transferidos	19			565.279	-
Derivados de cobertura	9			-	20
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	20			50.294	46.869
Passivos por impostos correntes	14			5.731	2.539
Passivos por impostos diferidos	14			2.541	4.552
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	21			150.000	150.000
Outros passivos	22			453.928	108.371
Total de Passivo				5.775.503	4.595.298
Capital Próprio					
Capital	23			300.000	300.000
Prémios de emissão	23			6.790	6.790
Outros instrumentos de capital				-	-
Acções próprias				-	-
Reservas de reavaliação	23			3.713	3.565
Outras reservas e resultados transitados	23, 24			2.963	(19.301)
Resultado líquido	23			49.880	40.265
Dividendos antecipados				-	-
Total de Capital Próprio				363.347	331.319
Total de Passivo e de Capital Próprio				6.138.850	4.926.617

Demonstração de Resultados Individual (BPN - S.A.)

Milhares Euros

		31.12.06	31.12.2005
	Notas	Valor líquido	Pro forma Valor líquido
Juros e rendimentos similares		262.925	215.048
Juros e encargos similares		(134.435)	(102.360)
Margem financeira	25	128.489	112.688
Rendimentos de instrumentos de capital	26	26.678	24.424
Rendimentos de serviços e comissões	27	36.368	27.420
Encargos com serviços e comissões	27	9.708	6.797
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28	2.456	3.267
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	28	122	302
Resultados de reavaliação cambial	28	2.536	2.185
Outros resultados de exploração	29	9.466	3.050
Produto bancário		196.408	166.539
Custos com pessoal	30	60.550	45.680
Gastos gerais administrativos	32	51.071	56.385
Amortizações do exercício		4.751	5.619
Provisões líquidas de reposições e anulações	33	(3.443)	(1.183)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (liq. reposiç. e anulações)	34	(19.902)	(14.992)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	35	24	316
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	35	(451)	410
Resultados antes de impostos		56.264	43.406
Impostos	36		
Correntes		9.122	7.440
Diferidos		(2.739)	(4.299)
Resultado após impostos		49.880	40.265

Demonstração de Fluxos de Caixa

Milhares de euros

	2006.12	Proforma 2005.12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	301.334	242.468
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	-
Pagamento de juros e comissões	(146.691)	(108.464)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(99.869)	(96.192)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	11.655	4.427
Recuperação de créditos incobráveis	291	-
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	66.719	42.239
(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	(163.641)	(60.958)
Activos financeiros detidos para negociação	(30.504)	56.289
Créditos a clientes	(429.286)	(308.974)
Activos ao Justo valor por resultados	2.578	3.569
Derivados de Cobertura	(79)	20
Activos não correntes detidos para venda	191	(33.318)
Outros activos	7.317	28.531
Fluxo dos activos operacionais	(613.425)	(314.841)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	276.103	(73.500)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24.299)	407.202
Passivos financeiros detidos para negociação	(19.459)	(11.375)
Outros passivos	909.854	47.928
Fluxo dos passivos operacionais	1.142.199	370.254
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	595.493	97.652
Impostos pagos	(5.930)	(2.777)
Caixa líquida das actividades operacionais	589.563	94.875
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	20.675	3.920
Aquisição de activos disponíveis para venda	(266.250)	(108.066)
Alienação de activos disponíveis para venda	28.153	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(6.845)	(5.039)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	99	136
Aquisições/ Alienações de propriedades de investimento	-	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	581	2.422
Subsídios de Investimento	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	-	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(223.587)	(106.627)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	25.000	-
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	-	-
Dividendos pagos	(18.000)	(7.100)
Emissão de dívida titulada e subordinada	(718)	67.976
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Aquisição e venda de acções próprias	-	-
Amortização de contratos de locação financeira	-	-
Juros e custos similares	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	6.282	60.876
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	372.259	49.124
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	435.840	386.716
Caixa e equivalentes no fim do exercício	808.099	435.840

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Milhares de euros

	IAS/IFRS	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados			Acções próprias	Resultado do período	Capital próprio
				Reavaliação	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total			
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 (PCSB)		300.000	6.790	3		3	7.821	(2.962)	4.859		12.328	323.980
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2004							1.233	2.993	4.226		(4.226)	-
Dividendos											(8.086)	(8.086)
Resultado líquido do período											37.618	37.618
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (PCSB)		300.000	6.790	3	-	3	9.054	31	9.085	-	37.634	353.512
Impacto da adopção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39												
Activos intangíveis	IAS 38							(2.855)	(2.855)		378	(2.477)
Activos não correntes detidos para venda	IAS 36							(216)	(216)		192	(24)
Activos financeiros detidos para venda	IAS 32 e 39							-	-		76	76
Taxa efectiva	IAS 32 e 39							(5.899)	(5.899)		(526)	(6.425)
Impostos diferidos	IAS 12			(1.351)		(1.351)		3.762	3.762		4.299	6.710
Benefícios aos empregados	IAS 19							(23.178)	(23.178)		(1.782)	(24.960)
Primeira aplicação do IAS 32 e do IAS 39												
Valorização ao justo valor	IAS 39			4.913		4.913		-	-		(7)	4.906
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (NCA)		300.000	6.790	3.565	-	3.565	9.054	(28.355)	(19.301)	-	40.264	331.318
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2005							18.569	3.695	22.264		(22.264)	-
Distribuição de reservas aos accionistas											(18.000)	(18.000)
Reavaliação de activos disponíveis para venda				1.488	1.340	148						148
Aumento de capital												-
Outros												-
Resultado líquido do período											49.880	49.880
Saldos em 31 de Dezembro de 2006		300.000	6.790	5.053	1.340	3.713	27.623	(24.660)	2.963	-	49.880	363.346

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota Introdutória

O **BPN - Banco Português de Negócios, S.A.** (BPN ou Banco) é uma Instituição de Crédito com sede no Porto, que iniciou a actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão de duas sociedades de investimento que lhe deram origem.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro. A sua actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

Para o efeito, o Banco dispõe de uma rede nacional de 205 Agências (2004 - 203), de uma Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira, e de uma Sucursal Financeira Internacional de França, com duas Agências.

Nota 1 - Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

1.1 Geral

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme disposto no Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução n.º 23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela Instrução n.º 18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais do **BPN - Banco Português de Negócios, S.A.** foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho, e demais disposições do Banco de Portugal.

Em 2006 a sociedade apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na Nota 2.

1.2 Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras reportadas ao exercício de 2005 foram convertidas para as NCA's - Demonstrações Financeiras proforma - nos termos previstos no IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, incluindo a adopção das normas IAS 32 - Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

1.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os juros de crédito concedido são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso (excepto no caso de terem garantias reais em que não existe a suspensão de juros). Porém, quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal. Relativamente aos proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, esta conversão é efectuada mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

As compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

• Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada mensalmente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

• Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (“Currency forwards”) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Crédito e outros valores a receber

Após 1 de Janeiro de 2006

O Crédito a clientes abrange os créditos e empréstimos concedidos, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal na data em que é adiantado ao cliente.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, quando se trate de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da taxa efectiva.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo. Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

De acordo com as NCA, o montante dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com os critérios de rigor e prudência de forma que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado conforme o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, que estabelece um quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o BPN considera que um crédito específico é incobrável havendo sido já reconhecida uma perda de 100%, este é abatido ao activo, e registado em contas extrapatrimoniais. Recuperações posteriores de créditos abatidos são reconhecidas em resultados no momento da recuperação.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Esta provisão destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de:
 - . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para risco país

Esta provisão destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avals prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

Antes de 1 de Janeiro de 2006

Os créditos eram registados pelo seu valor nominal deduzido das provisões definidas pelo Banco de Portugal. A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, era objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. As comissões eram reconhecidas no momento em que eram obtidos.

d) Outros activos e passivos financeiros

Após 1 de Janeiro de 2006

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor:

- i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados, passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados.

Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha activos registados na categoria de “Activos ao justo valor através de resultados”.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de reavaliador” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iv) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

v) Imparidade em activos financeiros

O Banco efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, incluindo ao crédito a clientes e outros valores a receber, sendo esta imparidade apenas evidenciada contabilisticamente nas contas consolidadas do Grupo SLN / BPN.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados. Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados. No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de reavaliação.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados

Antes de 1 de Janeiro de 2006

Os investimentos em valores mobiliários eram valorizados da seguinte forma:

• Títulos de negociação

A carteira de títulos de negociação existentes à data de 31 de Dezembro de 2005 foi reclassificada para a carteira de activos financeiros ao justo valor através dos resultados, de forma a cumprir com os critérios de apresentação de 2006.

Eram considerados títulos de negociação aqueles que eram adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderia exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados eram registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação eram registados como custo ou proveito nas rubricas de “Prejuízos e lucros em operações financeiras” e os juros eram reflectidos em “Juros e proveitos equiparados” da demonstração de resultados. As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontravam-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados. As acções e outros títulos de rendimento variável eram registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, era registada em “Contas de regularização” do activo ou do passivo, consoante se tratassem de perdas ou ganhos potenciais. As diferenças de valorização relativas a acções que integrassem a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada eram registadas como proveito ou custo. As menos-valias potenciais decorrentes da valorização das restantes acções e outros títulos de rendimento variável eram provisionadas.

• Títulos de investimento

A carteira de títulos de investimento existentes à data de 31 de Dezembro de 2005 foi reclassificada predominantemente para a carteira de disponíveis para venda, de forma a cumprir com os critérios de apresentação de 2006.

Consideravam-se títulos de investimento, aqueles que eram adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

O papel comercial emitido a valor descontado era registado ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constituía a remuneração do Banco, era reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados eram registados em contas de regularização do passivo, na rubrica “Receitas com proveito diferido”.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, eram registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que correspondia ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, era reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos eram contabilizados na rubrica “Contas de regularização” do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorporava a periodificação dos mesmos em cada vencimento. As acções e outros títulos de rendimento variável eram registadas ao custo de aquisição. As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) eram provisionadas.

● Títulos a vencimento

O BPN à data de transição não detinha quaisquer títulos com esta classificação.

Eram considerados títulos a vencimento aqueles que tinha um rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, com data de reembolso determinada e emitidos por entidades enumeradas pelo Banco de Portugal, sendo do interesse do Banco mantê-los até ao reembolso.

Estes títulos eram registados ao custo de aquisição. A diferença, positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal, que correspondia ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, era reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

● Derivados de negociação

Os derivados de negociação eram valorizados ao seu valor de mercado sendo os resultados inerentes a estas operações reconhecidas como custos e proveitos do exercício.

● Imobilizações financeiras

Eram incluídas nesta rubrica as aquisições com carácter estratégico e duradouro. Estas imobilizações existentes à data de 31 de Dezembro de 2005 foram classificadas como “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, dado não existir a intenção da sua alienação num espaço de tempo próximo.

Eram Imobilizações financeiras as acções e quotas adquiridas com intenção na gestão da entidade emissora, pela existência de ligações ou complementaridade com a actividade do Banco. Eram reveladas nas demonstrações financeiras pelo seu custo de aquisição.

Provisões

Quando se estimavam perdas permanentes no valor de realização das participações eram constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, era dado cumprimento ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, o qual determinava que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontrasse numa das seguintes situações:

- Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;
- Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;
- Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;
- Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu Aviso nº4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior Aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas condições, a provisão mínima a constituir ascenderia a 40% da menos valia que excedesse os referidos 15%.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no ano em que são gerados, numa base de acréscimo, desde que a atribuição e recebimento ocorra antes da data do fecho de contas.

e) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Após 1 de Janeiro de 2006

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio (operações de cobertura de justo valor) resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos no IAS 39, é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:

- . Identificação do instrumento de cobertura;
- . Identificação do elemento coberto;
- . Identificação do tipo de risco coberto; e
- . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente;

- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e

- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação do justo valor do elemento coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação do justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser coberto são também reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados pelo período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos deverão ser amortizados por resultados pelo período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido em resultados do período, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos anteriormente referidos de contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura que seja considerado eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio.
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios deverá ser o menor dos seguintes valores:

- a variação acumulada de justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- a variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda do instrumento de cobertura será reconhecida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vence ou termina antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação de relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reconhecido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Antes de 1 de Janeiro de 2006

Os derivados existentes à data de 31 de Dezembro de 2005 foram reclassificados como derivados de negociação de forma a cumprir com os requisitos de valorização e de apresentação de 2006.

Os instrumentos financeiros derivados eram classificados como de cobertura desde que cumprissem, cumulativamente as condições seguintes:

- A posição a ser coberta estava identificada e expunha o Banco ao risco de prejuízos resultantes de potenciais alterações de taxas de juro, preço e risco de crédito a que determinados activos, passivos, elementos extrapatrimoniais ou fluxos financeiros podiam estar sujeitos;
- As alterações de valor do instrumento financeiro derivado estavam correlacionadas com alterações de sinal oposto no valor da posição coberta, de tal forma que o mesmo se tornava eficaz como elemento de cobertura, eliminando ou reduzindo substancialmente o risco de perda na posição coberta, desde o início do contracto e até ao seu vencimento.

Não existiam requisitos específicos no que se refere à demonstração da efectividade da relação de cobertura, quer retrospectivamente quer prospectivamente.

Os instrumentos financeiros derivados que não cumprissem com as condições acima referidas eram classificados como posições de negociação.

Os derivados de cobertura eram registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal até ao seu vencimento e os juros e prémios eram registados de forma diferida. Os resultados obtidos nos contratos de cobertura eram registados de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos.

Se um instrumento financeiro derivado classificado como de cobertura, era vendido ou liquidado antes do seu vencimento ou reclassificado para a carteira de negociação, o ganho ou a perda resultante era reconhecido por contrapartida de proveitos ou custos. Se o elemento coberto fosse vendido, ou a cobertura deixasse de ser efectiva, o correspondente instrumento derivado era reclassificado para a carteira de negociação. Não existiam requisitos específicos para os derivados embutidos.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	ANOS
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

g) Activos intangíveis

O BPN regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, bem como as despesas adicionais suportadas necessárias à sua implementação, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e assistência são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios, assim como os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos.

h) Activos não correntes disponíveis para venda

O Banco regista em “Outros activos” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação por pagamento de operações de crédito vencido, que são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Estes activos são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato de dação em cumprimento ou da arrematação judicial .

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face nomeadamente, riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade bancária, de acordo com o IAS 37 (Nota 20).

j) Benefícios de empregados

Pensões

Até 31 de Dezembro de 1997 o Banco ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído um fundo de pensões aberto autónomo, o Fundo de Pensões do Grupo BPN, gerido pela Real Vida Seguros, S.A.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data de transição, 1 de Janeiro de 2005, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais, sendo estes considerados em "Resultados Transitados".

As responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2006 foram avaliadas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, respeitando os pressupostos correspondentes ao Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal. Esse Aviso veio introduzir um conjunto de alterações ao regime de cálculo, registo e financiamento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. As alterações e os aspectos mais significativos deste novo regime são:(i) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido o rendimento esperado do fundo para o exercício.

(ii) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de "Responsabilidades com pensões e outros benefícios - Desvios actuariais - Incluídos no corredor", desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

-10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencia para o calculo dos desvios;

-10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o calculo dos desvios.

(iii) Os ganhos e perdas que excedem o limite indicado no parágrafo anterior são registados numa rubrica de "Responsabilidades com pensões e outros benefícios - Desvios actuariais - Excesso face ao corredor";

(iv) Não utilização, no cálculo do valor actual por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

O BPN utilizou a faculdade de diferimento indicada no ponto (ii) e (iii) tendo registado em "Desvios actuariais - incluídos no corredor" o montante de 7.248 milhares de euros, em "Desvios actuariais - Excesso face ao corredor" o montante de 1.197 milhares de euros.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 e da IAS 19, a porção de ganhos e perdas actuariais a ser reconhecida relativamente a cada plano de benefício definido é o excesso do "corredor", dividido pelas médias esperadas das restantes vidas de trabalho dos empregados participantes nesse plano. No entanto, o Banco poderá adoptar qualquer método sistemático que resulte num acelerado reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, na condição de que a mesma base seja aplicada tanto a ganhos como a perdas e que a mesma base seja aplicada consistentemente de período para período. Em 2006, primeiro exercício de aplicação das NCA, não havia lugar a qualquer reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais não enquadráveis no "corredor".

O financiamento das responsabilidades com pensões de reforma dos empregados no activo é efectuado pelo Banco, de forma a assegurar a solvência do Fundo, sendo os níveis mínimos fixados da seguinte forma:

i) Financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento;

ii) O acréscimo de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, calculado de acordo com o referido Aviso nº 12/2001, resultante do somatório das componentes, custo do serviço corrente, custo dos juros, rendimento esperado dos activos do Fundo e ganhos e perdas actuariais, são financiadas integralmente através de contribuições efectuadas pelo Banco, de forma a atingir um financiamento mínimo de 95% do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

iii) o acréscimo de responsabilidades resultante de programas de reforma antecipada é também integralmente financiado pelo BPN.

Benefícios de saúde

O Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) constitui uma entidade autónoma e é gerido pelos Sindicatos, e proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna. Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do BPN, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados a pagar.

O valor das responsabilidades com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Banco, à data do balanço, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados neste cálculo são os mesmos utilizados para apuramento das responsabilidades do Fundo de Pensões.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis a colaboradores

De com as disposições estatutárias do BPN, os accionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos colaboradores (gratificações), de acordo com a proposta do Conselho de Administração. Estas remunerações variáveis são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

k) Impostos sobre os lucros

Os Impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos, activos e passivos, sendo reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, caso em que são também relevados em contas apropriadas dos capitais próprios. Estes impostos diferidos reconhecidos em capitais próprios são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem também reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O rendimento da Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia de isenção até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 198/2001, de 3 de Julho.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

l) Locação Financeira

Locação financeira é uma locação na qual, em substância, o locador transfere para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um activo, independentemente de o título de propriedade poder, ou não, vir a ser transferido

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Imobilizações corpóreas por contrapartida da rubrica de Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na Nota 1.2 f).

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos do exercício e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica de Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

- Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Locação Operacional

Locação operacional é uma locação que não se enquadra nas condições descritas no parágrafo inicial da k) - Locação Financeira, anteriormente referido.

- Como locatário

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Credores diversos por contrapartida de custos do exercício.

- Como locador

Os activos detidos pelo Banco e que tenham sido colocados em de operações de locação operacional são registados na conta de "Activos não correntes detidos para venda" pelo custo de aquisição da propriedade locada.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Devedores - Clientes de locação operacional por contrapartida de proveitos do exercício em que ocorrem.

n) Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos e definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes do qual o BPN faz parte integrante.

As contribuições iniciais efectuadas no final de 1994 foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no Aviso nº 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2006 esta componente foi de 15%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis perante o Fundo de Garantia de Depósitos.

o) Sistema de Indemnização aos investidores

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 222/99 de 22 de Junho foi criado o sistema de indemnização aos investidores destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela instituição.

Durante o exercício de 2006, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o Sistema de Indemnização aos Investidores.

p) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor de cotação, ou na sua falta ao valor nominal.

1.4. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As NCA estabelecem uma série de regras se tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

1.4.1 Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização tal como descrito na Nota 1.3 d). Nesse sentido, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

1.4.2 Impostos sobre os lucros

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco considerou para efeitos da estimativa do imposto corrente, os registos contabilísticos elaborados de acordo com as normas do Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido na Instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, de acordo com o Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 13 de Janeiro de 2006.

Os Serviços Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo BPN para a determinação dos impostos a pagar, durante um período de quatro anos. Assim, é possível que hajam correcções as declarações à lucro tributado dos anos de 2003 e seguintes, resultantes principalmente de diferentes interpretações da legislação fiscal. Contudo, é convicção do Conselho de Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de montante significativo no contexto das demonstrações financeiras.

1.4.3 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada das aplicações do Fundo de Pensões e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alteração a estes pressupostos poderiam ter um impacto mais ou menos significativo nos valores determinados.

Nota 2 - Introdução das normas de contabilidade ajustadas

O BPN - Banco Português de Negócios, S.A. aplicou as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) na preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com o Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Da aplicação das NCA's em 31 de Dezembro de 2005 resultaram os ajustamentos que se encontram a seguir discriminados:

Ajustamentos de Transição		Capitais próprios 01.Jan.2005	Resultado 2005	Capitais próprios 31.Dez.2005
Valores de acordo com o PCSB		315.877	37.636	353.513
Activos intangíveis	IAS 38	(2.855)	378	(2.477)
Activos não correntes detidos para venda	IAS 36	(216)	192	(24)
Activos financeiros detidos para venda	IAS 32 e 39	-	76	76
Taxa efectiva	IAS 32 e 39	(5.899)	(526)	(6.425)
Impostos diferidos	IAS 12	2.411	4.299	6.710
Benefícios a empregados	IAS 19	(23.177)	(1.783)	(24.960)
Valorização carteira justo valor	IAS 39	4.913	(7)	4.906
Valores de acordo com NCA's		291.054	40.265	331.319

2.1 Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regularizou por contrapartida de resultados transitados o valor por amortizar dos activos intangíveis que não cumpriam os requisitos do IAS 38.

2.2 Activos não correntes detidos para venda (IAS 36)

O BPN procedeu à avaliação dos imóveis adquiridos por dação em cumprimento tendo procedido ao registo da imparidade por contrapartida de resultados transitados.

2.3 Activos financeiros detidos para venda (IAS 32 e 39)

O Banco procedeu à anulação da provisão existentes para as menos valias latentes em participações financeiras através da contrapartida de resultados transitados.

2.4 Taxa efectiva (IAS 32 e 39)

De acordo com as NCA, os proveitos e custos associados a activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado são reconhecidos ao longo da vida das operações. Os proveitos contabilizados até 01 de Janeiro de 2005, mas que de acordo com as NCA deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, foram abatidas a capitais próprios.

2.5 Impostos diferidos (IAS 12)

De acordo com o PCSB, não eram reconhecidos impostos diferidos activos. Os impostos diferidos passivos eram apenas reconhecidos no caso de ganhos em curso relativos a operações de derivados.

Na transição para as NCA's foram reconhecidos os impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição e os impostos diferidos activos e passivos não reconhecidos de acordo com as regras do PCSB.

O detalhe dos impostos diferidos activos e passivos é o seguinte:

Impostos Diferidos		milhares €
Activos:		
Activos Intangíveis		90
Activos não correntes detidos p/venda		6
Taxa efectiva		2.010
Imparidade em participações financeiras		125
Benefícios a empregados		777
Provisões p/ riscos gerais de crédito		5.177
		<u>8.185</u>
Passivos:		
Valorização de activos financeiros ao justo valor:		
Obrigações		284
Unidades de Participação		1.192
		<u>1.476</u>
Saldo em impostos diferidos		<u>6.709</u>

2.6 Instrumentos financeiros (IAS 32 e 39)

milhares €

	Valores brutos	Impostos diferidos	Valores líquidos
Valorização de activos financeiros ao justo valor:			
Activos e passivos detidos para negociação:			
Activos financeiros para negociação	3.409	-	3.409
Passivos financeiros para negociação	(3.416)	-	(3.416)
	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Activos financeiros detidos para venda:			
Obrigações	1.034	284	750
Unidades de Participação	4.334	1.192	3.142
	<u>5.368</u>	<u>1.476</u>	<u>3.892</u>
Investimentos em filiais, associadas e emp.			
Acções	(454)	(125)	(329)
	<u>4.907</u>	<u>1.351</u>	<u>3.556</u>

De acordo com o IAS 39, os activos disponíveis para venda são reavaliados ao justo valor e as respectivas mais e menos-valias potenciais (líquidas de impostos) são reconhecidas numa rubrica dos capitais próprios designada reserva de reavaliação.

Nota 3 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Caixa	78.674	72.524
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
No Banco de Portugal	253.281	218.043
No estrangeiro	1.357	912
	333.312	291.478
Juros a receber	-	-
	333.312	291.478

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) Nº 2818/98 do Banco Central Europeu. De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Nota 4 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	10.324	3.388
Cheques a cobrar	172.890	95.614
	183.214	99.002
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	284.930	37.019
Cheques a cobrar	6.628	8.331
Outras disponibilidades	0	0
	291.559	45.350
Juros a receber	14	9
	474.787	144.362

Nota 5 - Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005 Pro forma	
	2006	2005 Pro forma
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	47.823	-
	47.823	-
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	-	40
De emissores estrangeiros	2.430	-
	2.430	40
Outros títulos	1.129	-
Instrumentos derivados de negociação (5.1)	(635)	(1.932)
	50.748	(1.892)

Nota 5.1 - Derivados

A rubrica Instrumentos derivados de negociação tem a seguinte composição:

	Milhares €				
	2006			2005 Pro forma	
	Valor nacional	Valor de balanço		Valor de balanço	
		Activos	Passivos	Activos	Passivos
Cotados em bolsa					
Contratos de taxa de câmbio					
Futuros	1.060.679	473	535	312	268
Mercado de balcão					
Contratos de taxa de câmbio	-	-	-	-	-
Forwards	17.494	700	-	220	-
Swaps	224.533	114	-	195	-
Contratos de taxa de juro					
Swaps	1.597.528	16.413	8.914	8.716	5.731
Opções	161.290	1.659	10.545	-	5.376
Contratos sobre acções					
		19.359	19.994	9.443	11.375

Nota 6 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	227.179	30.220
De outros emissores públicos nacionais	-	-
Operações de titularização	-	-
Dívida subordinada	14.650	-
De organismos financeiros internacionais	-	-
Dívida não subordinada	-	7.743
Dívida subordinada	6.355	-
	248.184	39.410
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	204	-
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	3.761	3.761
Valorizados ao custo histórico	-	-
	3.966	3.761
Outros títulos		
Valorizados ao justo valor	131.100	100.714
Valorizados ao custo histórico	-	-
	131.100	100.714
Créditos e outros valores a receber	-	-
	-	-
	383.250	143.886

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Milhares €

Natureza e espécie de título	Quant	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		nominal	preço					
Instrumentos de dívida								
De emissores públicos nacionais	229.565.000			227.183	227.179	82	(86)	-
- BT's 18/05/07	100.000.000	1,00	0,0009862	98.619	98.660	41	-	-
- BT's 23/03/07	100.000.000	1,00	0,0009918	99.179	99.220	41	-	-
- OT AGOSTO 0207	150.000	1,00	0,0010200	153	151	-	(2)	-
- OT JULHO 9909	1.265.000	1,00	0,0010245	1.296	1.265	-	(31)	-
- OT JULHO 0408	28.150.000	1,00	0,0009924	27.936	27.883	-	(53)	-
De outros emissores nacionais:								
Dívida subordinada	14.650.000			14.650	14.650	-	-	-
- CHAVES SME CLO N.º 1 - C	5.050.000	1,00	0,00	5.050	5.050	-	-	-
- CHAVES SME CLO N.º 1 - E	9.600.000	1,00	0,00	9.600	9.600	-	-	-
Dívida subordinada	7.974.112	-	-	6.355	6.355	-	-	-
- K2 CORP. (Capital Notes) 02-12-22	7.903.268	1,00	0,76	6.001	6.001	-	-	-
- Investment Circle Bonds	70.844	1,00	5,00	354	354	-	-	-
	252.189.112			248.188	248.184	82	(86)	-
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais								
Valorizados ao justo valor	89.161			189	204	15	-	-
- Nextpart, SGPS, SA	76.661	1,00	1,80	138	138	-	-	-
- BANIF, SGPS - NOM.	12.500	1,00	4,00	51	66	15	-	-
De emissores estrangeiros								
Valorizados ao justo valor	80.000	-	-	3.761	3.761	-	-	-
- Investments Circle SA	80.000	1,00	47,02	3.761	3.761	-	-	-
	169.161			3.951	3.966	15	-	-
Outros títulos								
Valorizados ao justo valor	18.877.418			124.477	131.100	6.623	-	-
- Fundo Invest. BPN Acções	250.000	5,00	6,45	1.247	1.613	366	-	-
- Fundo Invest. BPN Imonegócios	543.749	5,00	6,53	3.482	3.550	67	-	-
- Fundo Invest. IMOREAL	704.699	100	107	75.598	80.659	5.061	-	-
- BPN IMOGLOBAL	16.694	1.000	1,067	17.814	18.717	903	-	-
- IMOSOCIAL - Fund.Inv. Imobiliário	1.749.276	5,00	6,26	10.722	10.948	225	-	-
- CHAVES SME CLO N.º 1 - F	15.613.000	1,00	1,00	15.613	15.613	-	-	-
	18.877.418			124.477	131.100	6.623	-	-
				376.615	383.250	6.720	(86)	-

Nota 7 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Aplicações em IC's no país		
Mercado monetário interbancário	1.550	1.550
Aplicações a muito curto prazo	41.125	23.623
Depósitos	2.853	-
Empréstimos	685.639	607.716
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	665	2.834
Juros a receber	6.136	3.916
Receitas diferidas	-	-
	737.968	639.639
Aplicações em IC's no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	-	1.611
Depósitos	2.506	2.797
Empréstimos	92.557	25.449
Operações de compra com acordo de revenda	1.519	1.695
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	839	996
Juros a receber	783	349
Receitas diferidas	(46)	(51)
Provisões	-	-
	98.158	32.846
Juros vencidos a regularizar		
Despesas de crédito vencido		
Correcções de valor de activos objecto de cobertura		
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)		
	-	-
	836.126	672.485
Imparidade		
	836.126	672.485

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o escalonamento das Aplicações em instituições de crédito, desdobradas em função da sua duração residual, era o seguinte:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Até 3 meses	637.485	450.601
De 3 meses a 1 ano	32.466	22.805
De 1 a 5 anos	166.175	199.079
Mais de 5 anos	-	-
Duração indeterminada	-	-
	836.126	672.485

Nota 8 - Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Crédito não titulado		
Interno		
Desconto	303.774	316.579
Empréstimos	649.102	893.928
Créditos em conta corrente	1.681.189	1.572.802
Descobertos em depósitos à ordem	98.059	93.269
Créditos tomados-factoring	5	9
Outros créditos	386.334	296.976
Juros a receber	18.644	15.738
	3.137.107	3.189.301
Ao exterior		
Desconto	9.522	8.226
Empréstimos	78.462	68.998
Créditos em conta corrente	58.579	54.822
Descobertos em depósitos à ordem	17.695	15.011
Outros créditos	44.631	32.823
Juros a receber	3.623	1.322
	212.513	181.202
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito interno	405.288	-
Juros a receber	1.849	-
	407.137	-
Crédito e juros vencidos	71.773	36.533
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(15)	111
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	(1.963)	(2.216)
	69.795	34.428
Imparidade	(46.955)	(34.875)
	3.779.598	3.370.055

O escalonamento dos créditos sobre Clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Até 3 meses	1.190.618	979.671
De 3 meses a 1 ano	1.169.383	1.121.232
De 1 a 5 anos	684.033	610.904
Mais de 5 anos	782.519	693.013
Duração indeterminada		111
	3.826.553	3.404.930

Por sectores de actividade, o crédito apresenta a seguinte distribuição:

	milhares €			
	2006 (*)	2005 (*)	Var. anual	% no total do crédito
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	49.244	42.654	15,4%	1,3%
Indústrias Extractivas	26.499	21.966	20,6%	0,7%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	54.954	44.066	24,7%	1,4%
Têxteis	80.385	68.498	17,4%	2,1%
Madeira e Cortiça	27.575	29.553	-6,7%	0,7%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	18.284	17.437	4,9%	0,5%
Químicas e Actividades Conexas	26.059	23.728	9,8%	0,7%
Produtos Minerais não Metálicos	73.547	72.874	0,9%	1,9%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	48.250	47.618	1,3%	1,3%
Fab. Mobiliário e Outras Ind. Transformadoras	72.283	68.501	5,5%	1,9%
Electricidade, Água e Gás	8.813	10.402	-15,3%	0,2%
Construção	480.395	431.467	11,3%	12,6%
Actividades Imobiliárias	746.441	673.258	10,9%	19,5%
Comércio a Retalho (excepto de veículos)	106.696	95.370	11,9%	2,8%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	312.530	272.778	14,6%	8,2%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	71.048	72.148	-1,5%	1,9%
Restaurantes e Hóteis	89.330	81.291	9,9%	2,3%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	33.405	63.525	-47,4%	0,9%
Outras Actividades de Serviços Prestados	308.772	225.292	37,1%	8,1%
Intermediação Financeira	88.671	81.137	9,3%	2,3%
Outros	109.279	185.972	-41,2%	2,9%
Particulares	994.093	775.395	28,2%	26,0%
Total	3.826.553	3.404.930		100,0%

No mês de Dezembro de 2006 o Banco concretizou uma operação de securitização de crédito concedido (CHAVES SME CLO Nº 1), no valor global de 601.100 milhares de euros (ver Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 565.279 milhares de euros, referente à operação de securitização acima referida.

Estes créditos não foram desreconhecidos do balanço do Banco e estão registados na rubrica Activos Titularizados não Desreconhecidos. Os fundos recebidos no âmbito desta operação estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização (Nota 19).

Nota 9 - Derivados

A rubrica Instrumentos derivados de cobertura tem a seguinte composição:

	milhares €				
	2006		2005		
	Valor nacional	Valor de balanço Activos	Valor de balanço Passivos	Valor de balanço Activos	Valor de balanço Passivos
Cobertura de justo valor					
Swaps					
Taxa de juro	4.235	79	-	-	20
Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps					
Divisas	-	-	-	93	-
Derivados de cobertura					
		79	-	93	20

Nota 10 - Activos e Passivos não correntes detidos para venda

A rubrica Activos e Passivos não correntes detidos para venda tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Activos		
Imóveis	32549	33100
Equipamento	210	210
Outros activos tangíveis	-	-
Outros activos	-	-
	32.759	33.310
Imparidade	(360)	(23)
Passivos	-	-
	32.399	33.287

Nota 11 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	31.12.05							Saldo 31.12.06
	Valor		Aquisições	Alienações e abates	Trasf.	Amortiz. Exercício		
	bruto	Acumuladas						
Imóveis em uso								
Imóveis de serviço próprio	6.322	(839)	561	-	454	(118)	6.380	
Outros imóveis	-	-	-	-	-	-	-	
Obras em imóveis arrendados	19.550	(7.973)	590	-	448	(2.017)	10.598	
	25.872	(8.812)	1.151	-	902	(2.135)	16.978	
Equipamento								
Mobiliário e material	3.105	(2.200)	22	-	-	(331)	596	
Máquinas e ferramentas	4.663	(3.442)	134	-	-	(593)	762	
Equip. informático	5.826	(5.538)	10	-	81	(238)	141	
Instalações interiores	2.383	(2.128)	29	-	-	(121)	163	
Material de transporte	185	(168)	116	(42)	-	(38)	53	
Equip. segurança	1.618	(834)	-	-	-	(167)	617	
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	
	17.781	(14.311)	311	(42)	81	(1.488)	2.332	
Equipamento em locação operacional								
Equipamento em locação financeira	2.772	(2.448)	-	-	-	(309)	15	
Activos tangíveis em curso	441	-	302	-	(739)	-	4	
Outros activos tangíveis	1.681	(8)	149	-	-	-	1.822	
	4.894	(2.456)	451	-	(739)	(309)	1.841	
	48.547	(25.579)	1.913	(42)	244	(3.932)	21.151	

Nota 12 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.05		Aquisições	Alienações e abates	Trasf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.06
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas					
Sistemas de tratamento automático de dados	4892	-4158	-	-	-	(698)	36
Outros activos intangíveis	4806	-2015	55	(162)	(245)	(2.435)	4
	9.698	(6.173)	55	(162)	(245)	(3.133)	40
Activos intangíveis em curso	903	-	4.877	-	-	-	5.780
	10.601	(6.173)	4.932	(162)	(245)	(3.133)	5.820

Os Activos intangíveis em curso referem-se aos custos suportados com o desenvolvimento do projecto "Core Banking System", designadamente, à reengenharia de processos associada à reestruturação funcional do BPN.

Nota 13 - Investimentos em associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Capitais	Resultado
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	Próprios	Líquido
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda	99,80%	99,80%	50	50	20650	160
Real Vida Seguros, SA	100,00%	100,00%	17.062	18.086	17062	687
Coimbravita- Agência de Desenvolvimento Regional, SA	11,07%	11,07%	49	65	417	21
Cimpofin- Projectos Técnicos e Financeiros, SA	0,00%	18,70%	-	648	3258	58
AMB - SGPS, SA	11,00%	11,00%	94	94	855	a)
Quartenaire Portugal, SA	16,40%	16,40%	40	40	681	45
ADRAVE-Agência Desenvolvimento Região Vale do Ave, SA	6,36%	6,36%	19	25	238	5
PME Capital, SA	0,02%	0,02%	4	4	27797	1227
PME Investimentos, SA	0,02%	0,02%	4	4	24223	826
SIBS- Soc. Interbancário de Serviços, SA	0,41%	0,41%	2.342	2.343	61726	5097
UNICRE, SA	0,29%	0,29%	99	107	34077	12818
Soc. Desenvolvimento e Exploração Marina Barra, SA	50,00%	50,00%	1.250	1.250	2500	0
Entigere - Entidade Gestora da Rede Multiserviços SA	10,00%	10,00%	100	100	1000	a)
Sociedade SWIFT, SA	0,62%	0,62%	17	-	225053	7790
INEGI - Instituto Engenharia Mec. e Gestão Industrial	3,00%	3,00%	50	-	2339	269
			21.180	22.816		

a) Não foram facultadas as demonstrações financeiras relativas ao último exercício encerrado de 2005, sendo considerados os capitais próprios correspondentes à participação detida pelo Banco.

Nota 14 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	-	-
Outros	-	-
	-	-
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	8.928	8.185
Por prejuízos fiscais	-	-
	8.928	8.185
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	5.731	2.539
Outros	-	-
	5.731	2.539
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	2.541	4.552
Por créditos fiscais	-	-
	2.541	4.552
	655	1.095

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos podem ser analisados da seguinte forma:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Crédito a clientes	1.362	2.010
Activos não correntes	-	6
Activos intangíveis	-	90
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.759)	(1.352)
Outros investimentos	514	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Derivados de cobertura	-	-
Provisões	6.238	5.177
Pensões	(652)	(2.243)
Outros	684	(55)
Crédito de imposto	-	-
Por prejuízos fiscais	-	-
	6.387	3.633

Nota 15 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Devedores, outras aplicações e outros activos		
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.495	884
Aplicações diversas	12.923	13.116
Sector público administrativo	223	221
Devedores diversos	112.499	145.404
	127.140	159.625
Outros activos		
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	27	-
Outros activos	-	-
	27	-
Imparidade	-	-
	-	-
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	557	20.489
Outros rendimentos a receber	26.004	-
	26.561	20.489
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	901	1.984
	901	1.984
Fundo de pensões		
Desvios actuariais	8.445	8.189
Outros elementos	-	-
	8.445	8.189
Receitas com rendimento diferido		
Devedores, outras aplicações e outros activos	-	-
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)	(2)	(56)
	(2)	(56)
Outras contas de regularização		
Posição cambial	-	1.465
Operações cambiais a liquidar	927	2.328
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1.170
Outras operações a regularizar	7.479	10.467
	8.406	15.430
	171.478	205.661

Na rubrica supra de "Outros activos - Aplicações diversas" está incluído o montante de 12.921 milhares de Euros adquiridos pelo Banco em exercícios anteriores, e respeitante à aquisição da componente de juros no contrato cedido no âmbito de uma operação de titularização, que se encontra compensada na rubrica de "Recursos de outras instituições de crédito conforme referido na Nota 16.

Na rubrica supra de "Outros activos - Devedores diversos" estão incluídos 105.988 milhares de Euros, referentes a suprimentos concedidos à sociedade BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.

Nota 16 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Recursos de IC's no país		
Mercado monetário interbancário	-	-
Recursos a muito curto prazo	8.000	9.000
Depósitos	108.537	98.688
Empréstimos	3.857	12.176
Juros a pagar	596	553
	120.990	120.417
Recursos de IC's no estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	-	4.000
Depósitos	554.443	261.925
Empréstimos	332.332	347.363
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros recursos	943	23
Juros a pagar	2.513	1.391
	890.231	614.702
Correcções de valor de passivos objecto de cobertura	-	-
	1.011.221	735.119

Conforme foi referido na Nota 15, na rubrica de "Recursos de Instituições de crédito no estrangeiro" está incluído o montante de 12.921 milhares de euros, relativo a um depósito a prazo que se encontra a garantir a aquisição em exercícios anteriores da componente de juros no contrato de securitização.

Quanto à duração residual, estes Recursos desdobram-se no seguinte escalonamento:

	milhares €	
Prazos	2006	2005 Pro forma
Exigível à vista	229.525	269.005
Exigível a prazo		
Até três meses	557.448	145.264
De três meses a um ano	117.186	27.905
De 1 ano a 5 anos	107.062	292.945
Duração indeterminada	-	-
	781.696	466.114
	1.011.221	735.119

Nota 17 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Recursos de clientes		
Depósitos à ordem	1.134.405	1.054.629
Depósitos com pré-aviso	-	-
Depósitos a prazo	2.203.023	2.308.336
Depósitos de poupança	93.755	93.276
Depósitos obrigatórios	73	114
Cheques e ordens a pagar	21.086	21.974
Outros	7.051	6.772
Juros a pagar	22.187	16.563
	3.481.580	3.501.662
Outros		
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(4.218)	(3.183)
	(4.218)	(3.183)
	3.477.363	3.498.479

Nota 18 - Responsabilidades representadas por títulos

Nota 18 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Obrigações de caixa		
Emissões	40.040	40.040
	40.040	40.040
Juros a pagar	1.287	683
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(282)	(854)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(1.894)	(1.894)
	(889)	(2.065)
	39.151	37.975

As características das responsabilidades são como se segue:

milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
Obrigações					
BPN SFE - 75M	Jun-2005	Jun-2013	5,74%	18.378	
BPN SFE - 50M	Jun-2005	Jun-2013	5,28%	1.662	
Obrigações BPN 100%	Jun-2004	Jun-2007	*	20.000	
				40.040	
Periodificações, custos e proveitos diferidos				(889)	
				39.151	
				39.151	

* A remuneração é variável entre 0% e 25% do valor nominal e é igual a 100% da média aritmética dos índices constantes do cabaz.

Nota 19 - Passivos financeiros associados a activos transferidos

O BPN, S.A., lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO No.1. As principais características da operação, com referência à data de 31 de Dezembro de 2006 são resumidas no quadro seguinte:

milhares €					
Denominação	Montante	Data de emissão	Vida média estimada	Garantia	Spread
Chaves SME CLO No.1	601.210	20-12-2006	5,73	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(35.931)				
	565.279				

Nesta rubrica está relevado o montante líquido de 565.279 milhares de euros, com referência à data de 31 de Dezembro de 2006, respeitante à operação de titularização de crédito realizada no exercício de 2006 CHAVES SME CLO No. 1, já referida na Nota 9. Aquando do cálculo do montante do crédito titularizado e a concretização efectiva da operação, ocorreram liquidações totalizando um montante de 35.931 milhares de Euros, conforme pagamento ainda efectuado em Dezembro de 2006.

Os contratos cedidos não foram desreconhecidos dos activos do Banco .

As entidades envolvidas na operação e respectivas funções foram as seguintes:

Entidade Cedente/"Originator"	BPN - Banco Português de Negócios, SA
Entidade Compradora e emitente dos títulos /"Issuer"	SAGRES - Sociedade de Titularização de Créditos, SA
"Common Representative"	The Law Debenture Trust Corporation p.l.c.
Gestores / "Managers"	Citibank, N.A. (London Branch)
Co-Manager	Banco Efisa, SA
"Sole Arranger & Bookrunner"	The Royal Bank of Scotland plc
"Swap (ou Hedge) Counterparty"	The Royal Bank of Scotland plc
Principal Agente Pagador	Citibank, N.A. (London Branch)
Luxembourg Paying Agent/ "Listing Agent"	Dexia Banque Internationale à Luxembourg, SA

O valor de emissão das notas para os investidores é apresentado no quadro seguinte:

milhares €

Denominação	Valor	Rating	Rating		Taxa de Juro
			Moody's	S&P	
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Fevereiro/2010	Aaa	AAA	EURIBOR 3M + 18 bps
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Novembro/2015	Aa2	AA	EURIBOR 3M + 25 bps
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	Agosto/2016	A1	A-	EURIBOR 3M + 45 bps
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	Agosto/2016	A3	BBB	EURIBOR 3M + 55 bps
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Agosto/2016	Baa2	BBB	EURIBOR 3M + 60 bps
	601.100				

Nota 20 - Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

milhares €

	Saldo 31.12.05	IAS 32 e 39	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Trasf.	Saldo 31.12.06
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:							
Instrumentos de dívida	-	-	135	(135)	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-	-	-	-
Créditos e outros valores a receber	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em aplicações em instit. de crédito							
Imparidades em crédito a clientes	34.875	-	21.178	(1.186)	(7.934)	21	46.955
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos	76	-	-	-	-	(76)	-
Imparidades em activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos (nota 15)							
Imparidades em activos não financeiros	-	-	337	-	-	23	360
Devedores, outras aplicações e outros activos	-	-	89	(89)	-	-	-
Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	46.872	-	4.256	(813)	-	(21)	50.294
	81.823	-	25.995	(2.223)	(7.934)	(52)	97.609

A rubrica de "Outras provisões" destina-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

Nota 21 - Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Empréstimos subordinados		
Titulados		
Emissões	150.000	150.000
Recompras	-	-
Não Titulados	-	-
	150.000	150.000
	150.000	150.000

As características dos passivos subordinados são como se segue:

milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
Empréstimos subordinados					
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Maio 2003	Maio 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	50.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(2)	50.000	
				<u>150.000</u>	
Periodificações, custos e proveitos diferidos				150.000	

(1) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(2) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4% sendo que: a) nos cupões que se vencem de 22/12/2006 a 22/12/2010 correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15% b) nos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Nota 22 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros e opções	535	-
Recursos diversos	155.026	72.949
Sector público administrativo	7.173	6.061
Cobranças por conta de terceiros	114	203
Contribuições para outros sistemas de saúde	216	200
Credores diversos	9.864	3.912
	172.928	83.325
Fundo de pensões		
Desvios actuariais	-	12.113
	-	12.113
Encargos a pagar		
Juros a pagar	1.458	468
Outros encargos a pagar	13.431	7.362
	14.889	7.830

(cont.)

(cont.)

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Receitas com rendimento diferido		
De outras rendas	736	667
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	6.624	162
	7.360	829
Outras contas de regularização		
Posição cambial	910	1.989
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.150	-
Outras operações a regularizar	256.691	2.285
	258.751	4.274
	453.928	108.371

Na rubrica de "Recursos diversos" estão incluídos os montantes recebidos de clientes com a finalidade de garantirem operações activas do Banco, montantes que ascendem a 155.560 milhares de euros.

Nota 23 - Capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €							
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas reavaliação	Outras reservas e result. transitados	Resultado exercício	Dividendos antecipados
Saldo 31.12.2005 (PCSB)	300.000	6.790	-	-	3	9.084	37.636	-
Impacto da adopção das IAS/IFRS	-	-	-	-	3.562	(28.386)	2.629	-
Saldo 01.01.2006	300.000	6.790	-	-	3.565	(19.302)	40.265	-
Aplicação resultado	-	-	-	-	-	40.265	(40.265)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	49.880	-
Impacto das IAS/IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	148	(18.000)	-	-
	300.000	6.790	-	-	3.713	2.963	49.880	-

• Capital subscrito e prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital social estava representado por 60 milhões de acções de valor nominal de cinco Euros, cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo accionista único BPN, SGPS, SA.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República - I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

• Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. Conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de Março de 2006, foi transferido para Reserva Legal como aplicação do resultado de 2005, o montante de 7.527 milhares de Euros.

• Reservas de reavaliação

Estas reservas representam as mais e as menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas à carteira de títulos classificados como "activos financeiros disponíveis para venda" e "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos". O montante destas reservas é apresentado líquido dos impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos nestas reservas encontram-se reflectidos no mapa "Demonstração de Alterações no Capital Próprio".

Nota 24 - Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Outras reservas		
Reserva Legal	15.552	8.025
Outras reservas	12.071	1.029
	27.623	9.054
Resultados Transitados		
Aprovados	(24.660)	(28.355)
	(24.660)	(28.355)
	2.963	(19.301)

Nota 25 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	2.573	1.813
Juros de aplicações em instituições de crédito	37.251	25.093
Juros de crédito a clientes	206.275	168.422
Juros de crédito vencido	2.611	2.393
Juros de outros activos financeiros	4.039	6.475
Comissões recebidas ao custo amortizado	10.177	10.852
Comissões recebidas sobre instrum. financ. por op. de crédito	-	-
	262.925	215.048
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De outras instituições de crédito	27.017	18.150
Depósitos de clientes	94.833	78.580
Juros de responsabilidades representadas por títulos	1.176	737
Juros de passivos subordinados	7.089	4.291
Outros juros e encargos	4.321	602
	134.436	102.360
	128.489	112.688

Nota 26 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Activos financeiros disponíveis para venda	626	425
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	26.052	23.999
	26.678	24.424

Nota 27 - Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Serviços e comissões recebidas		
Por garantias prestadas	5.845	5.869
Por compromissos assumidos perante terceiros	191	160
Por serviços prestados	14.032	8.672
Por operações realizadas por conta de terceiros	5.881	4.835
Outras comissões recebidas	10.418	7.883
	36.367	27.419
Serviços e comissões pagas		
Por serviços bancários prestados por terceiros	5.377	2.745
Por operações realizadas por terceiros	551	544
Outras comissões pagas	3.779	3.507
	9.707	6.796
	26.660	20.623

Nota 28 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pro forma
Ganhos e perdas em operações ao justo valor		
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	44.252	5.654
Ganhos em outros activos financeiros	0	0
Ganhos em activos com acordo de recompra	0	0
Ganhos em derivados de cobertura	87	-
Correcções de valor de activos	(126)	-
	2.456	3.267
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda		
Ganhos em instrumentos de dívida	10	0
Ganhos em instrumentos de capital	-	314
Ganhos em outros títulos	125	-
	122	302
Resultados de reavaliação cambial	2.536	2.185
Ganhos em diferenças cambiais	5.059	5.547
Ganhos em investimentos em filiais	1.458	717
Ganhos em activos não financeiros	71	108
	-	-
	5.114	5.754

Nota 29 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Rendimentos e receitas operacionais		
Rendas	73	162
Ganhos em investimentos em filiais	1.458	717
Ganhos em activos não financeiros	71	101
Outros ganhos e rendimentos operacionais	10.192	10.407
	11.794	11.387
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	211	183
Contribuições para o FGD	703	595
Perdas em investimentos em filiais	-	10
Outros encargos e gastos operacionais	1.117	7.214
	2.031	8.002
Outros Impostos		
Impostos indirectos	229	273
Impostos directos	69	63
	298	335
	9.465	3.050

Nota 30 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	1.184	1.040
Remuneração de empregados	45.758	33.510
Encargos sociais obrigatórios	13.474	10.724
Outros custos com pessoal	134	405
	60.550	45.679

Nota 31 - Benefícios a Empregados

31.1 - Pensões de reforma e sobrevivência

a) Descrição do plano de pensões

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o BPN assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Conforme referido na alínea j) da Nota 1,3 estas responsabilidades estão cobertas por um Fundo de Pensões autónomo, e de acordo com o Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas, nomeadamente pelo Aviso nº 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2006, a população abrangida é constituída por:

Nº de empregados:	1.658
Nº de reformados e pensionistas:	6

b) Sociedade Gestora do Fundo de Pensões

O fundo é gerido pela companhia Real Vida Seguros, S.A.

c) Valor actual das responsabilidades reforma e sobrevivência

O montante das responsabilidades totais encontram-se reflectidas no quadro seguinte:

	Milhares €	
	2006	2005
1. Reformados e Pensionistas:		
Pensão de Viuvez e orfãos	741	201
Reforma antecipada	494	442
	1.235	643
2. Activos		
2.1 Responsabilidades com reformas (invalidez e velhice)		
Responsabilidades com serviços passados	66.546	49.946
Responsabilidades com serviços futuros	169.236	135.937
	235.782	185.883
2.2 Responsabilidades com sobrevivência imediata		
Responsabilidades com serviços passados	4.704	3.845
Responsabilidades com serviços futuros	6.978	6.026
	11.682	9.871
	248.699	196.397

d) Valor do fundo de pensões

O valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2006 ascende a 70.085 milhares de Euros (em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a 57.322 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

	Milhares €	
	2006	2005
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	57.322	38.714
Rendimento real do fundo	2.322	1.551
Contribuições do Banco	9.556	16.766
Contribuições dos empregados	944	734
Pensões pagas pelo Fundo	(59)	(40)
Outros	-	(403)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	70.085	57.322

e) Activos do fundo utilizados por sociedades em relação de grupo

Não existe qualquer activo do fundo utilizado pelas sociedades em relação de grupo.

f) Reconhecimento de custos

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados conforme o quadro seguinte:

Milhares €		
Relevação contabilística dos custos anuais	2006	2005
1. Custos com o pessoal		
1.1 Custo do serviço corrente	5.178	4.329
1.2 Custos dos juros	3.041	2.165
1.3 Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(3.008)	(2.030)
2. Resultados extraordinários-perdas relativas a exercícios ante	-	314
3. Resultados extraordinários - Outras perdas	-	742
4. Resultados extraordinários - Outros ganhos	-	(189)
5. Reconhecimento como custos do exercício	5.211	5.331

g) Contribuições entregues ao Fundo no exercício

No exercício de 2006 foram efectuadas entregas para o Fundo de Pensões no montante de 10.500 milhares de Euros pelo BPN (no ano anterior a entrega foi de 17.500 milhares de Euros).

h) Montante das pensões pagas pelo Fundo durante o exercício

Durante este exercício o Fundo de Pensões efectuou o pagamento de 59 milhares de Euros, enquanto que no ano anterior foi de 40 milhares de Euros.

i) Principais pressupostos actuariais e financeiros

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades de 2006 e 2005 foram as seguintes:

	2006	2005
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de rotação de serviço ("turnover")	0%	0%
Idade normal de reforma, ou de invalidez presumida	65 anos	65 anos
Número de prestações anuais do complemento	14	14
Taxa de rendimento para os pensionistas	5%	5%
Taxa de rendimento para os activos	5,00%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,5%	2,3%
Taxa de crescimento para as pensões	1,5%	1,5%
Diferenças de idade entre cônjuges	3 anos	3 anos
Percentagem de empregados casados	70,0%	70,0%
Percentagem de remaridação de viúvas	0,0%	0,0%
Idade limite das pensões de órfãos	25 anos	25 anos

j) Método de valorização actuarial utilizado

Nas avaliações das responsabilidades com pensionistas é utilizado o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, em curso de pagamento. Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do Unit Credit Projectado (alínea j) da Nota 1.3).

l) Contratos de seguro

Não existe qualquer contrato de seguro tendo em vista a cobertura das responsabilidades mencionadas no Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal.

31.2 - Prémios de antiguidade

Conforme referido na Nota 1.3 alínea j), os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos no exercício com o prémio por antiguidade são como segue:

Milhares €	
2006	
Responsabilidades a 1 de Janeiro	2.881
Custo do exercício	919
Prémios pagos	(359)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	3.441

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Em 31 de Dezembro de 2006, o Banco reconheceu em Custos com pessoal o montante de 560 milhares de euros, relativos a prémios de antiguidade. Está relevado na rubrica de "Encargos a pagar" (Nota 22) o montante de 3.441 milhares de euros relativo às responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 32 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Água energia e combustíveis	2029	1758
Material de consumo corrente	352	73
Publicações	39	42
Material de higiene e limpeza	38	31
Outros fornecimentos de terceiros	107	101
Rendas e alugueres	9519	7970
Comunicações	6869	6141
Deslocações, estadas e representação	2246	1295
Publicidade e edição de publicações	755	1017
Conservação e reparação	616	569
Transportes	97	41
Formação de pessoal	274	115
Seguros	887	904
Serviços especializados	6312	6711
Outros serviços de terceiros	20931	29617
	51.071	56.385

Nota 33 - Provisões e Imparidade

A rubrica de **Provisões líquidas de reposições e anulações** do BPN tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Provisões para contingências fiscais		
Dotações	39	-
	39	-
Provisões para encargos com benefícios aos empregados		
Dotações	11	11
	11	11
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotações	4.206	3.447
Reversões	(731)	(294)
	3.475	3.153
Outras provisões		
Dotações	142	40
Reversões	(224)	(2.022)
	(82)	(1.982)
	3.443	1.182

Nota 34 - Imparidade do crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Aplicações em instituições de crédito		
Dotações	(314)	(216)
Reversões	417	-
	103	(216)
Crédito a clientes		
Dotações	(20.750)	(16.146)
Reversões	745	1.370
	(20.005)	(14.776)
	(19.902)	(14.992)

Nota 35 - Imparidade de outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Outros activos financeiros		
Dotações	(83)	(25)
Reversões	107	341
	24	316
Outros activos		
Dotações	(451)	410
Reversões	-	-
	(451)	410
	(427)	726

Nota 36 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Imposto corrente		
Do exercício	9.122	7.440
	9.122	7.440
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(2.739)	(4.299)
	(2.739)	(4.299)
	6.383	3.141

Nota 37 - Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	372.341	375.656
Aceites e endossos	-	1.723
Cartas de crédito stand-by	2.993	4.439
Créditos documentários abertos	27.724	24.827
	403.058	406.645
Activos dados em garantia	29.170	29.170
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Opções sobre activos	9.400	9.400
Linhas de crédito irrevogáveis	178.839	158.150
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não rec	-	2.827
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3.771	3.647
Compromissos revogáveis	692.574	571.292
	884.584	745.316
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	5.777.696	5.061.321
De cobrança de valores	75.946	81.678
	5.853.642	5.142.999
	7.170.454	6.324.130

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário.

Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema do crédito inta diário (23.500 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos (4.308 milhares de euros) e
- Títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (1.362 milhares de euros).

Não são conhecidos quaisquer outros passivos contingentes, materialmente relevantes, à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 38 - Relato por Segmentos

38.1 Segmentos geográficos

Os segmentos geográficos constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Banco.

O reporte de segmentos geográficos do BPN é baseado na localização das diferentes unidades de negócio e reparte-se por dois segmentos principais, conforme quadro a seguir discriminado:

	milhares €		
	Portugal	Países da EU	Outros
Demonstração de resultados			
Juros e rendimentos similares	259.037	3.888	262.925
Juros e encargos similares	133.118	1.318	134.436
Margem financeira	125.919	2.570	128.489
Rendimentos de instrumentos de capital	26.678		26.678
Rendimentos de serviços e comissões	35.528	840	36.368
Encargos com serviços e comissões	9.609	98	9.707
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor at	2.456	-	2.456
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	122	-	122
Resultados de reavaliação cambial	2.522	14	2.536
Outros resultados de exploração	10.909	(1.443)	9.466
Produto bancário	194.525	1.883	196.408
Custos com pessoal e FST's	110.013	1.608	111.621
Amortizações do exercício	4.571	180	4.751
Provisões e imparidade	24.008	(235)	23.773
Resultado antes de imposto	55.933	330	56.263
Impostos	6.303	80	6.383
Resultado após imposto	49.630	250	49.880
Balanzo			
Caixa e aplicações em IC's	1.612.689	31.536	1.644.225
Crédito a clientes	3.730.263	49.335	3.779.598
Activos financeiros	454.070	-	454.070
Outros activos	259.291	1.666	260.957
Total do Activo	6.056.313	82.537	6.138.850
Depósitos de IC's	1.011.221	-	1.011.221
Depósitos de clientes	3.398.641	78.722	3.477.363
Outros passivos	1.284.826	2.093	1.286.919
Total do Passivo	5.694.688	80.815	5.775.503
Capital próprio	361.624	1.722	363.347
Total do Passivo e Capital próprio	6.056.312	82.537	6.138.850

38.2 Segmentos por linhas de negócio

O reporte de segmentos por linhas de negócio do BPN reparte-se essencialmente por dois segmentos principais:

Banca comercial

O Banco é predominantemente focalizado no negócio da banca comercial. A banca comercial inclui:

Banca de retalho – A banca de retalho assegura a acção comercial junto dos Clientes particulares, empresas e empresários em nome individual com facturação até 2.5 milhões de euros através de uma rede distribuição multicanal constituída por balcões de retalho, centros de investimento, serviço de homebanking e banca telefónica (BPN Interativo), balcões especializados e rede de promotores externos.

Banca de empresas – A banca de empresas assegura a acção comercial junto de empresas privadas, publicas e municipais, de organismos do sector público (incluindo Administração Central e Local) e ainda junto de Fundações e Associações. Está também englobada na banca de empresas a actividade de Project Finance e Parcerias Público-Privadas, na vertente de promoção comercial, estruturação e montagem de operações financeiras e ainda de consultoria relacionada com este tipo de actividade.

Banca de investimento

A actividade de Banca de Investimento engloba as seguintes áreas de negócio:

Corretagem – Inclui as actividades de corretagem (compra e venda de valores mobiliários) realizadas por conta de Clientes;

Private banking – A área de Private Banking mantém a seu cargo a responsabilidade de implementação de estratégias e propostas de investimento apresentadas aos Clientes e assegura a gestão da totalidade ou de parte do seu património financeiro, através da atribuição ao Banco de um mandato de gestão. Adicionalmente, a área de Private Banking assegura a prestação de serviços de planeamento patrimonial, informação fiscal e consultoria empresarial.

Corporate finance – Inclui as actividades referentes à prestação de serviços relacionados com assessoria na análise de projectos e decisões de investimento e com operações de mercado de privatizações e de estruturação de processos de fusões e aquisições.

Em 31 de Dezembro de 2006, a segmentação do balanço do BPN durante o exercício é a seguinte:

	Corporate	Trading and	Banca de	Banca	Corretagem	Custódia	Outros	Total
Demonstração de resultados								
Juros e rendimentos similares	4.496	3.797	46.892	173.742	-	-	33.998	262.925
Juros e encargos similares	4.592	1.182	47.642	57.291	-	-	23.730	134.436
Margem financeira	(96)	2.615	(750)	116.452	-	-	10.268	128.489
Rendimentos de instrumentos de capital	26.214	464	-	-	-	-	-	26.678
Rendimentos de serviços e comissões	312	-	8.296	20.275	886	47	6.552	36.368
Encargos com serviços e comissões	-	3.268	-	-	856	-	5.585	9.708
Resultados de activos e passivos avaliados ao	-	2.456	-	-	-	-	-	2.456
Resultados de activos financeiros disponíveis	-	122	-	-	-	-	-	122
Resultados de reavaliação cambial	-	2.536	-	-	-	-	-	2.536
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados de exploração	2.878	-	1.337	4.893	-	-	358	9.466
Produto bancário	29.308	4.926	8.884	141.620	31	47	11.593	196.407
Custos com pessoal e FST's	33.943	-	15.766	57.697	-	-	4.215	111.621
Amortizações do exercício	226	161	201	1.878	-	-	2.284	4.750
Provisões e imparidade	-	79	2.293	21.388	-	-	13	23.773
Resultado antes de imposto	(4.861)	4.686	(9.377)	60.657	31	47	5.081	56.263
Impostos	-	-	-	-	-	-	6.383	6.383
Resultado após imposto	(4.861)	4.686	(9.377)	60.657	31	47	(1.302)	49.880

Balanço								
Caixa e aplicações em IC's	-	789.228	854.997	-	-	-	-	1.644.225
Crédito a clientes	-	-	1.257.161	2.514.322	-	-	8.115	3.779.598
Activos financeiros	-	-	-	-	-	-	454.070	454.070
Outros activos	-	-	-	-	-	-	260.957	260.957
Total do Activo	-	789.228	2.112.158	2.514.322	-	-	723.142	6.138.850
Depósitos de IC's	-	-	-	1.011.221	-	-	-	1.011.221
Depósitos de clientes	-	-	625.929	2.851.434	-	-	-	3.477.363
Outros passivos	-	1.764	-	10.572	-	-	1.274.583	1.286.919
Total do Passivo	-	1.764	625.929	3.873.227	-	-	1.274.583	5.775.503
Capital próprio	-	-	-	-	-	-	363.347	363.347
Total do Passivo e Capital próprio	-	1.764	625.929	3.873.227	-	-	1.637.930	6.138.850

Nota 39 - Justo valor de activos e passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006 os activos e passivos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares €		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	333.312	333.312
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	474.787	474.787
Activos financeiros detidos para negociação	70.742	-	70.742
Activos financeiros disponíveis para venda	342.733	40.517	383.250
Aplicações em instituições de crédito	-	836.126	836.126
Crédito a clientes	-	3.779.598	3.779.598
Derivados de cobertura	79	-	79
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	21.180	21.180
	413.554	5.485.520	5.899.074
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	19.994	-	19.994
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.011.221	1.011.221
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.477.363	3.477.363
Responsabilidades representadas por títulos	-	39.151	39.151
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	565.279	565.279
Outros passivos subordinados	-	150.000	150.000
	19.994	5.243.014	5.263.008

Nota 40 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

Balanço Consolidado (BPN - S.A.)

Milhares Euros

	Notas	31.12.2006			31.12.2005
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Pró-Forma Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	349.013	-	349.013	304.590
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	521.635	-	521.635	198.509
Activos financeiros detidos para negociação	8	145.279	-	145.279	75.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	255.393	-	255.393	240.352
Activos financeiros disponíveis para venda	9	320.769	-	320.769	125.127
Aplicações em instituições de crédito	10	221.035	-	221.035	74.090
Crédito a Clientes	11, 24	4.965.302	137.242	4.828.060	4.286.401
Derivados de cobertura	8.1	79	-	79	93
Outros activos tangíveis	12	76.992	44.731	32.261	37.849
Activos intangíveis	13	19.632	10.913	8.719	4.503
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	14	142.075	-	142.075	130.906
Activos por impostos correntes	15	858	-	858	434
Activos por impostos diferidos	15	13.059	-	13.059	14.936
Provisões técnicas de resseguros cedido	16	5.805	-	5.805	8.369
Outros activos	17, 24				
Devedores por seguro directo e resseguro		3.892	366	3.526	2.918
Outros		142.213	8.817	133.396	168.359
Total de Activo		7.183.031	202.069	6.980.962	5.672.756
Passivo					
Recursos de bancos centrais	18			77	-
Passivos financeiros detidos para negociação	19			27.768	15.878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19			535	268
Recursos de outras instituições de crédito	20			546.224	508.914
Recursos de clientes e outros empréstimos	21			4.126.333	4.020.125
Responsabilidades representadas por títulos	22			250.835	39.543
Passivos financeiros associados a activos transferidos	23			565.279	-
Derivados de cobertura	8.1			394	505
Provisões	24			1.074	508
Provisões técnicas	16			36.666	38.032
Passivos por impostos correntes	15			9.379	5.020
Passivos por impostos diferidos	15			3.244	4.888
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	25			150.000	150.000
Outros passivos	26				
Credores por seguro directo e resseguro				329.811	302.884
Outros passivos				529.156	203.628
Total de Passivo				6.576.775	5.290.193
Capital Próprio					
Capital	27			300.000	300.000
Prémios de emissão	27			6.790	6.790
Reservas de reavaliação	27			3.713	3
Outras reservas e resultados transitados	27			28.617	28.106
Reserva de conversão cambial	27			2.518	1.525
Resultado líquido	27			58.937	42.773
Dividendos antecipados				-	-
Interesses minoritários	27			3.612	3.366
Total de Capital Próprio				404.187	382.563
Total de Passivo e de Capital Próprio				6.980.962	5.672.756

Demonstração Consolidada de Resultados (BPN - S.A.)

Milhares Euros

		31.12.06	31.12.2005
	Notas	Valor líquido	Pro forma Valor líquido
Juros e rendimentos similares		332.516	284.000
Juros e encargos similares		168.156	125.718
Margem Financeira	29	164.360	158.282
Rendimentos de instrumentos de capital	30	725	548
Rendimentos de serviços e comissões	31	67.907	55.767
Encargos com serviços e comissões	31	14.559	12.472
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	16.318	8.610
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	2.797	1.697
Resultados de reavaliação cambial	32	2.944	1.516
Resultados de alienação de outros activos	32	2.536	644
Prémios líquidos de resseguro	33	10.206	11.340
Custos com sinistros líquidos de resseguro	33	13.978	12.745
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	33	4.603	2.265
Outros resultados de exploração	34	36.389	16.336
Produto da actividade		271.042	227.257
Custos com pessoal	35	81.236	62.671
Gastos gerais administrativos	36	78.571	76.066
Amortizações do exercício	12, 13	8.969	11.063
Custos operacionais		168.776	149.800
Provisões líquidas de reposições e anulações	37	(2.695)	(4.586)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	38	(32.625)	(28.205)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	39	703	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		(641)	(225)
Resultado operacional		67.008	44.751
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	40	8.678	9.089
Resultado antes de impostos		75.686	53.840
Impostos			
Correntes	41	23.146	12.797
Diferidos	41	(6.192)	(1.782)
Resultado após impostos		58.732	42.826
Interesses Minoritários		(205)	53
Resultado consolidado do exercício		58.937	42.773

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

Milhares de euros

	Consolidado	
	2006.12	2005.12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	525.360	511.197
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	(342)
Pagamento de juros e comissões	(285.062)	(246.536)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(139.218)	(128.983)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	34.157	20.508
Recuperação de créditos incobráveis	352	45
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	135.589	155.889
(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	(127.459)	44.817
Activos financeiros detidos para negociação	(42.929)	46.644
Créditos a clientes	(567.854)	(481.429)
Activos ao Justo valor por resultados	(1.192)	(60.282)
Derivados de Cobertura	(269)	20
Activos não correntes detidos para venda	95	(35.008)
Outros activos	(12.875)	43.961
Fluxo dos activos operacionais	(752.483)	(441.277)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	29.569	94.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	97.434	304.145
Passivos financeiros detidos para negociação	(11.818)	(11.375)
Outros passivos	889.871	65.830
Fluxo dos passivos operacionais	1.005.056	453.092
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	388.162	167.704
Impostos pagos	(12.573)	(8.092)
Caixa líquida das actividades operacionais	375.589	159.612
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	716	43
Aquisição de activos disponíveis para venda	(285.578)	(145.106)
Alienação de activos disponíveis para venda	69.267	32.550
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(9.077)	(9.733)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	3.165	2.819
Aquisições/ Aliações de propriedades de investimento	-	12
Investimentos em empresas filiais e associadas	7.062	5.012
Subsídios de Investimento	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	-	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(214.445)	(114.403)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	25.253	(533)
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	-	-
Dividendos pagos	(18.000)	(7.100)
Emissão de dívida titulada e subordinada	199.169	67.840
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	(27.705)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Aquisição e venda de acções próprias	-	-
Amortização de contratos de locação financeira	-	-
Juros e custos similares	(17)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	206.405	32.502
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	367.549	77.710
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e equivalentes no início do exercício	503.099	425.389
Caixa e equivalentes no fim do exercício	870.648	503.099

Demonstração de alterações no Capital Próprio Consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

											Milhares Euros
	IAS/IFRS	Capital	Prémios de emissão	Reserva Legal	Acções próprias	Outras reservas	Diferenças cambiais	Resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro (PCSB)		300.000	6.790	6.792		8.230	-	(2.962)	34.457	2.509	355.816
Apliação de Resultados				1.233		29.398		2.993	(34.457)	833	
Distribuição de dividendos						(9.393)					
Distribuição aos colaboradores						(1.643)					
Outros						6.264					
RL do Período									38.279		
Saldo em 31 de Dezembro (PCSB)		300.000	6.790	8.025	-	32.856	-	31	38.279	3.342	389.323
Impacto da aplicação das IFRS/IAS											
Impostos diferidos	IAS 12					12.821	(808)		1.673		
Activos Fixos Tangíveis	IAS 16					800			(6)		
Provisões	IAS 37					12.045					
Taxa Efectiva	IAS 32 e 39					(7.278)			(390)		
Benefícios a empregados	IAS 19					(23.779)			(3.238)		
Consolidação de SPE	IAS 27					(3.291)			22		
Activos intangíveis	IAS 38					(4.442)			922		
Outros instr. financeiros	IAS 39								(7)		
Imparidade do crédito	IAS 39					(954)					
Diferenças cambiais	IAS 21					225					
Alteração perímetro						784	2.870		5.571		
- Minoritários						509	(537)		5	23	
Outros Ajustamentos						(243)			(59)	1	
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005		300.000	6.790	8.025	-	20.053	1.525	31	42.773	3.366	382.563
Apliação de Resultados				7.527		35.247			(42.773)		
Distribuição de dividendos						(18.000)					
Distribuição aos colaboradores						(1.097)					
Aumento de capital											
Outros						(19.425)	993	(31)		(14)	
RL do Período									58.937	260	
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006		300.000	6.790	15.552	-	16.778	2.518	-	58.937	3.612	404.187

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota 1. Nota Introdutória

O BPN - Banco Português de Negócios, S.A. (BPN ou Banco) é uma Instituição de Crédito com sede no Porto, que iniciou a actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão de duas sociedades de investimento que lhe deram origem.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro. A sua actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Para o efeito, o Banco dispõe de uma rede de 205 Agências, 201 em Território Nacional, das quais 2 no Arquipélago da Madeira e 4 em França, L'Opera, St. Maur, Argenteuil e Raincy.

Em 31 de Dezembro de 2006, as sociedades que integram o perímetro de consolidação do BPN, S.A. são:

Empresa	Método de consolidação	Participação
Avipronto	Eq. patrimonial	24,90%
BIZ Service - Tecnologia em Meios Pagamento, Ltdz	Integral	100,00%
BPN Brasil	Integral	100,00%
BPN Créditos Brasil	Integral	100,00%
BPN Gestão Activos	Integral	100,00%
BPN - I.F.I., S.A. (Instituição Financeira Internacional, S.A.	Integral	100,00%
BPN Imofundos	Integral	100,00%
BPN Participações Financeiras	Integral	100,00%
BPN Participações Brasil	Integral	80,00%
BPN S.A.	Integral	100,00%
Real Vida Seguros	Integral	100,00%
BPN Madeira	Integral	100,00%
BYPASS	Eq. patrimonial	45,00%
BPN Cayman	Integral	100,00%
Banco Efisa	Integral	100,00%
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco EFISA	Eq. patrimonial	30,00%
BPN Crédito IFIC	Integral	100,00%
BPN Imoglobal	Eq. patrimonial	23,48%
Imoreal	Eq. patrimonial	39,61%
Real Re Ltd	Integral	100,00%
SLN Madeira	Integral	100,00%

Nota 2. Bases de Apresentação, Comparabilidade da Informação, Princípios de Consolidação e Políticas Contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais do **BPN, S.A.**, das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. de 2006, são apresentadas de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Neste sentido, estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preconizado pelas IFRS, com efeito a 1 de Janeiro de 2005, tal como adoptado na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras consolidadas do BPN S.A., estão expressas em milhares de euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, designadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que seja efectuado um julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas, com eventual impacto sobre as actuais estimativas e nos montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na **Nota 3**.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração em 7 de Março de 2007.

2.2 - Comparabilidade da Informação

Por forma a assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 foram convertidas para IAS/IFRS - demonstrações financeiras pro forma - de acordo com o preconizado na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro. O Grupo decidiu por não optar pela regra de transição permitida pela IFRS 1, que estabelece a não obrigatoriedade de aplicação das IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 na data de transição com referência a 1 de Janeiro de 2005, pelo que as demonstrações financeiras agora apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e respectivos comparativos incluem o efeito da aplicação das referidas normas.

Assim, as normas IAS 32 - Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação, IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração e IFRS 4 - Contratos de Seguro, foram aplicadas pela primeira vez nas demonstrações financeiras a 1 de Janeiro de 2005.

2.3 - Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do BPN S.A. apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da entidade-Mãe e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. Procedeu-se à uniformização das políticas contabilísticas de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi considerado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

Entidades Subsidiárias

São consideradas subsidiárias as entidades sobre as quais se exerce controlo. Presume-se a existência de controlo quando se detém mais de metade dos direitos de voto de uma entidade ou possuindo uma percentagem sobre os seus capitais próprios inferior a 50%, detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional da entidade, de modo a obter benefícios das suas actividades. As entidades subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que se assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses minoritários, excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos contabilizados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Entidades Associadas

São consideradas associadas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, poderá ainda exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver pagamentos em nome da associada.

Diferenças de Consolidação

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill* positivo) resultantes das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 encontram-se deduzidas aos capitais próprios.

O Grupo contabiliza as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2005 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos adicionado de quaisquer custos atribuíveis à aquisição.

As diferenças de consolidação representam a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

De acordo com a IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais, o *goodwill* positivo é reconhecido no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado. O valor recuperável do *goodwill* reconhecido no activo é revisto anualmente, independentemente dos sinais de imparidade, conforme previsto na IAS 36 - Imparidade de Activos. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método de equivalência patrimonial. As diferenças de consolidação negativas (*goodwill* negativo ou *badwill*) são reconhecidas directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

Entidades de Finalidades Especiais (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial ("SPE's") com o principal objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 - Consolidação de Entidades de Finalidades Especiais, nomeadamente:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade e
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Participações Financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico principal onde essas subsidiárias e associadas operam.

As demonstrações financeiras consolidadas do são preparadas em euros, uma vez que esta é a moeda funcional do BPN S.A..

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas, expressas em moeda estrangeira, são precedidas da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do período em que são reconhecidos;
- As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção do Grupo nas mesmas.

As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem a existência de Imparidade.

2.4 - Políticas Contabilísticas

2.4.1 Conversão cambial

Nas empresas cuja moeda de relato é o Euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidos em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

2.4.2 Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, são convertidos mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (“Currency forwards”) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

2.4.3 Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação (“trade date”), excepto se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

A mensuração inicial dos activos e passivos financeiros é efectuada e reconhecida ao justo valor, acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor por via de resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas.

O justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando existe mercado activo ou, na ausência deste, é determinado tendo por base métodos e técnicas de avaliação. Estes métodos têm subjacentes cálculos matemáticos, baseados em teorias financeiras reconhecidas ou preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou de recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, excepto no caso em que o derivado seja um instrumento de cobertura e eficaz, são classificados como de negociação.

Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados (justo valor através de resultados) e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Estas rubricas incluem:

- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos, incluindo posições longas (título comprados) ou curtas (títulos vendidos a descoberto) e derivados adquiridos pelo Grupo para venda ou recompra num prazo muito próximo;
- Títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização;
- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos e em que o Grupo tenha optado, na data da escrituração, por registar e avaliar o justo valor através de resultados.

Activos financeiros detidos para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, são classificados como detidos para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. A mensuração inicial de um activo financeiro detido para venda é efectuada pelo seu justo valor, adicionado dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição. A mensuração subsequente destes activos é igualmente ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários), até que os activos sejam desreconhecidos (vendidos) ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais contabilizados em reservas é transferido para resultados.

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) do activo, esta é incluída no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente dividendos no caso de acções, são contabilizados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério os dividendos antecipados são registados como proveito no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

À data de cada balanço é efectuada uma avaliação para verificar a evidência objectiva da existência (ou não) de imparidade dos activos financeiros. Em caso positivo de evidência de imparidade, a perda acumulada contabilizada nas reservas é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio (títulos de rendimento variável) classificado como disponível para venda não podem ser revertidas.

As perdas de imparidade reconhecidas por títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso exista uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido subsequentemente à determinação da imparidade.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são reconhecidas em Outras reservas. As variações cambiais dos restantes títulos são contabilizadas em resultados.

Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Nesta categoria estão incluídos os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

Contabilidade de Cobertura

São realizadas operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (p.e. empréstimos).

Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

De acordo com a IAS 39, para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efectividade. Deste modo, o Grupo testa a eficácia da cobertura, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se entre os 80% e 125%. Quando a efectividade está fora do intervalo referido, a contabilidade de cobertura é descontinuada, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação. Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados no final de cada mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

Cobertura de Justo Valor

As variações do justo valor dos activos que se qualifiquem e classifiquem como de justo valor são reconhecidas em resultados, em conjugação com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que é referente ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou o passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de Fluxos de Caixa

A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinado como uma cobertura eficaz e que se qualifique como cobertura de fluxos de caixa, é reconhecida directamente em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela ineficaz da relação de cobertura são reconhecidos em resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. No entanto, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado contabilizado em capitais próprios na data mantém-se nessa rubrica, até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa.

Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4.4 Créditos a clientes

O crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e Instituições de Crédito, que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não exista intenção de venda.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo dos activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido no momento inicial ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção (comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito). Subsequentemente o crédito é valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo deduzidas perdas de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O Grupo utiliza, conforme previsto pela IAS 39 dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva

(i) Análise Individual

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

- A exposição de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa do 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos 'cash flows' futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos 'cash flows' futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os 'cash flows' que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise Colectiva

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

Na anterior estrutura de relato contabilístico e até 31 de Dezembro de 2005 o crédito a clientes incluía os empréstimos originados pelo Grupo, os quais eram reconhecidos na data em que o montante do crédito era adiantado ao cliente e eram reconhecidos pelo seu valor nominal deduzido de provisões para riscos de crédito determinados de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal.

Relativamente às subsidiárias do sector financeiro sedeadas em Portugal, as provisões para riscos de crédito incluíam:

- Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como uma dedução ao activo e
- Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo.

Após a aplicação dos requisitos de provisionamento representados pelas provisões acima mencionadas, era considerada a adequação do valor global das provisões do Grupo para riscos de crédito face ao risco da carteira.

2.4.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo, na sua mensuração inicial, são contabilisticamente relevados pelo modelo do custo (custo de aquisição incluindo custos directamente atribuíveis).

O Grupo optou pela aplicação da regra geral definida na IAS 16, em que os activos fixos tangíveis, na sua mensuração subsequente, são escriturados pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Obras em Edifícios Próprios	20 a 50
Obras em Edifícios Arrendados	10 a 20
Equipamentos	4 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios arrendados, são amortizadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os terrenos não são amortizados.

Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados, conforme previsto na IFRS 1, pelo valor contabilístico na data de transição para as IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços e por reavaliações económicas.

2.4.6 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de Outros Activos, uma vez que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Este activos são reconhecidos pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores de dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis, apurado através de avaliações (líquido de custo de venda) periódicas, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são reconhecidas em resultados perdas por imparidade.

2.4.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como custos de software adquirido, em qualquer das situações quando se espera que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três anos.

Todas as despesas referentes a emolumentos notariais, de registo de aumentos de capital e de arranque ("start up costs"); formação de pessoal; publicidade e actividades promocionais, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 - Activos Intangíveis, não foram reconhecidos no balanço, sendo ajustados para a rubrica de Outras Reservas e Resultados Transitados.

Em 2005 e de acordo com a IAS 38, todas as despesas acima mencionadas e incorridas no exercício foram reconhecidas em resultados.

2.4.8 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os requisitos definidos na IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações Operacionais

Grupo como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo, à luz dos contratos de locação operacional, são registados em custos no período a que dizem respeito.

Grupo como locador

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de Activos Tangíveis, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 2.4.5.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Outros Activos, por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

Locações Financeiras

Grupo como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 2.4.5.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Grupo como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.4.9 Factoring

Os activos decorrentes das operações de factoring contratadas com recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes das operações de factoring contratadas sem recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o reconhecimento de um passivo na rubrica de Credores por operações de factoring. Esta rubrica é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de factoring, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registadas como elemento extrapatrimonial.

2.4.10 Benefícios aos empregados

Pensões

Até 31 de Dezembro de 1997 o BPN, S.A. ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por este motivo, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o BPN, S.A. celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

O Grupo determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo método de Crédito da Unidade Projectada ('Project Unit Credit') para as responsabilidades com serviços passados por velhice e método de "Prémios Únicos Sucessivos" para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuarias determinadas anualmente, resultantes de (i) diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuarias diferidos acumulados no início do ano que excedem 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os ganhos e perdas actuarias acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, é reconhecido como um custo, na demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuarias determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipadas dos ganhos e perdas actuarias associadas.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica Outros Activos.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2005 que determina a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Os resultados consolidados incluem os seguintes custos relativamente a pensões de reforma e sobrevivência:

- Custo do serviço corrente (custo do ano);
- Custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- Rendimento esperado dos fundos de pensões;
- Custos com acréscimos de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor; e
- Custos resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data de transição adoptou-se a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuarias diferidos desde o início dos planos (*reset*). Assim, os ganhos e perdas actuarias diferidos reflectidos nas contas do Grupo a 31 de Dezembro de 2004 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição (1 de Janeiro de 2005).

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. Este serviço, o SAMS, constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma idêntica às responsabilidades com pensões.

Prémios de Antiguidade

As instituições financeiras do Grupo, que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, assumem o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva, no ano da atribuição.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

As referidas instituições determinam anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método de crédito da unidade projectada ("Project Unit Credit"). Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas futuras de aumentos salariais e tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas do Grupo. A taxa de desconto é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento das responsabilidades com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecida em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

Em conformidade com as disposições estatutárias de algumas entidades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (prémios ou bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam, conforme previsto na IAS 19.

2.4.11 Provisões técnicas

O Grupo comercializa seguros do ramo vida, nas modalidades de risco, tipo universal life e de capitalização, através da sua subsidiária Real Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são reconhecidos, de acordo com o definido pela IAS 39, e incluídos na rubrica de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos. Os restantes seguros, incluindo os de capitalização com participação discricionária de resultados são contabilizados nos termos da IFRS 4 - Contratos de Seguros, na rubrica de Provisões Técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

2.4.12 Provisões para outros riscos e encargos

A rubrica inclui as provisões para fazer face a obrigações presentes, resultantes de eventos passados, das quais se esperam a saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação, sendo possível estimar, de forma viável, o seu montante. Estas obrigações, regra geral, assumem a natureza de contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes das actividades do Grupo.

2.4.13 Impostos sobre o Rendimento

Todas as empresas do perímetro de consolidação do BPN S.A são tributadas individualmente.

O BPN, S.A., as subsidiárias e associadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No entanto, a SLN - Madeira, SGPS, S.A., BPN - Madeira, SGPS, S.A., Sucursal Financeira Exterior do BPN, S.A., sediadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto - Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos, até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser usadas tais perdas fiscais não usadas e créditos tributáveis não usados.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros aos quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios.

Os lucros distribuídos ao BPN, S.A., por empresas subsidiárias ou associadas localizadas no território nacional não são tributados na esfera deste, em virtude da aplicação do regime previsto no artigo 46.º do CIRC, que prevê a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais. A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais das participadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

2.4.14 Fundo de garantia de depósito

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S.A. e o Banco EFISA fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no Aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2005 esta componente foi de 67%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

2.4.15 Sistema de indemnizações aos investidores

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 222/99 de 22 de Junho, foi criado o Sistema de Indemnização aos investidores destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a Instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela Instituição.

Durante o exercício de 2006, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o Sistema de Indemnização aos investidores.

Nota 3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras

As IFRS determinam uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e calcule estimativas necessárias, de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em determinadas situações as IAS/ IFRS permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm a intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda é determinada quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor, o que requer julgamento. No julgamento efectuado, avalia-se entre outros factores, a volatilidade normal do preço das acções.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor tem por base preços de cotação de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito temporal, a curva de rendibilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Imparidade de crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar, conforme descrito na nota 2.4.4.

Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos Clientes.

Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados, têm impacto nas estimativas efectuadas e conseqüentemente nos resultados consolidados.

3.4 Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE's)

O Grupo não consolida as Entidades de Finalidade Especial (SPE's) em que não detém controlo. Ao ser, por vezes, difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é necessário efectuar um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes à actividade da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessas SPE's (ver Nota 2.3).

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados.

3.5 Pensões e outros benefícios a empregados

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6 Impostos sobre rendimentos

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de imposto sobre o rendimento, de acordo com diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e a utilização de estimativas.

O recurso a diferentes interpretações e estimativas poderia resultar num nível diferente de imposto sobre o rendimento, corrente e diferido, reconhecido no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais, efectuadas pelo BPN S.A., pelas suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais, durante um período de quatro anos (ou seis anos no caso de existirem prejuízos reportáveis).

No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do BPN S.A., suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto, não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 4. Introdução das Normas Internacionais de Contabilidade

4.1 Impacto nos capitais próprios e nos resultados de 31 de Dezembro de 2005 da transição para as IAS/ IFRS

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global negativo nos capitais próprios consolidados do BPN S.A., em 1 de Janeiro de 2006, no valor de 6.760 milhares de euros relativamente ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o PCSB (incluindo Interesses minoritários).

	milhares €		
Ajustamentos de transição	Capitais próprios em 1-1-2005	Resultado em 2005	Capitais próprios em 31-12-2005
Valores em PCSB ⁽¹⁾	355.816	38.279	389.323
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS			
IAS 12 - Impostos diferidos	12.013	1.673	13.686
IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis	800	(6)	794
IAS 27 - Provisões	12.045		12.045
IAS 39 - Taxa efectiva	(7.278)	(390)	(7.668)
IAS 19 - Benefícios a empregados	(23.779)	(3.238)	(27.017)
IAS 27 - Consolidação de SPE	(3.291)	22	(3.269)
IAS 38 - Activos intangíveis	(4.442)	922	(3.520)
IAS 39 - Outros instr. financeiros		(7)	(7)
IAS 39 - Imparidade do crédito	(954)		(954)
IAS 21 - Diferenças cambiais	225		225
Alteração de perímetro	3.654	5.571	9.225
Outros ajustamentos	(265)	(58)	(323)
Interesses minoritários	(28)	5	23
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005	344.516	42.773	382.563

4.2 Principais diferenças entre as demonstrações financeiras PCSB e IAS

Em 31 de Dezembro de 2005, o balanço consolidado do BPN, S.A. de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/ IFRS tem a seguinte composição:

Balanço Consolidado

Milhares Euros

	31.12.2005	
	PCSB ⁽¹⁾ Valor líquido	IAS Valor líquido
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300.294	304.590
Disponibilidades em outras instituições de crédito	151.107	198.509
Activos financeiros detidos para negociação	64.231	75.320
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	240.352
Activos financeiros disponíveis para venda	212.578	125.127
Aplicações em instituições de crédito	34.703	74.090
Crédito a Clientes	4.331.569	4.286.401
Derivados de cobertura	-	93
Outros activos tangíveis	35.040	37.849
Activos intangíveis	6.831	4.503
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	34.668	130.906
Activos por impostos correntes	569	434
Activos por impostos diferidos	-	14.936
Provisões técnicas de resseguros cedido	-	8.369
Outros activos	-	-
Devedores por seguro directo e resseguro	-	2.918
Outros	184.956	168.359
Total de Activo	5.356.546	5.672.756
Passivo		
Recursos de bancos centrais	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.173	15.878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	268
Recursos de outras instituições de crédito	508.914	508.914
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.023.569	4.020.125
Responsabilidades representadas por títulos	41.525	39.543
Derivados de cobertura	-	505
Provisões	59.626	508
Provisões técnicas	-	38.032
Passivos por impostos correntes	4.693	5.020
Passivos por impostos diferidos	-	4.888
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	150.000	150.000
Outros passivos	-	-
Credores por seguro directo e resseguro	-	302.884
Outros passivos	177.724	203.628
Total de Passivo	4.967.224	5.290.193
Capital Próprio		
Capital	300.000	300.000
Prémios de emissão	6.790	6.790
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	-	-
Reservas de reavaliação	3	3
Outras reservas e resultados transitados	40.908	28.106
Diferenças cambiais	-	1.525
Resultado líquido	38.279	42.773
Dividendos antecipados	-	-
Interesses minoritários	3.342	3.366
Total de Capital Próprio	389.322	382.563
Total de Passivo e de Capital Próprio	5.356.546	5.672.756

⁽¹⁾ A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de Balanço IAS, provoca variações em algumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005

Em 31 de Dezembro de 2005, demonstração dos resultados consolidados do BPN S.A., de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/ IFRS tem a seguinte composição:

Demonstração de Resultados Consolidados

	31.12.2005	
	PCSB ⁽¹⁾	IAS
	Valor líquido	Valor líquido
Juros e rendimentos similares	268.945	284.000
Juros e encargos similares	125.459	125.718
Margem financeira	143.486	158.282
Rendimentos de instrumentos de capital	548	548
Rendimentos de serviços e comissões	65.173	55.767
Encargos com serviços e comissões	11.043	12.472
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(258)	8.610
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	205	1.697
Resultados de reavaliação cambial	1.357	1.516
Resultados de alienação de outros activos	171	644
Prémios líquidos de resseguro	-	11.340
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	12.745
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	2.265
Outros resultados de exploração	18.294	16.336
Produto bancário / Produto da actividade	217.933	227.257
Custos com pessoal	56.288	62.671
Gastos gerais administrativos	71.322	76.066
Amortizações do exercício	11.427	11.063
Custos operacionais	139.037	149.800
Provisões líquidas de reposições e anulações	(27.501)	(4.586)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	-	(28.205)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.594)	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(4.184)	(225)
Resultado operacional	45.617	44.751
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	5.071	9.089
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	50.688	53.840
Impostos		
Correntes	12.351	12.797
Diferidos		(1.782)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	38.337	42.826
Interesses minoritários	58	53
Resultado consolidado do exercício	38.279	42.773

⁽¹⁾ A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de Demonstração de Resultados IAS, provoca variações em algumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005

Nota 5 - Relato por segmentos

O Grupo adopta como formato principal de relato, o Relato por Segmento de Negócios e o secundário o Relato por Área Geográfica.

Nota 5.1 - Informação por segmentos de linhas de negócio

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição dos principais segmentos de negócio apresentava o seguinte detalhe:

	milhares €								
	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros	Total
Demonstração de resultados									
Juros e rendimentos similares	5.227	27.826	71.305	193.977	34	-	-	34.147	332.516
Juros e encargos similares	6.059	11.121	66.105	60.530	5	-	-	24.336	168.156
Margem financeira	(832)	16.705	5.200	133.447	29	-	-	9.811	164.360
Rendimentos de instrumentos de capital	214	467	-	38	-	-	-	6	725
Rendimentos de serviços e comissões	2.176	607	10.217	28.631	14.868	886	156	10.366	67.907
Encargos com serviços e comissões	318	3.318	306	1.451	105	856	-	8.205	14.559
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	3.143	-	(2.555)	-	-	-	15.730	16.318
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.407	(79)	966	(3)	-	-	506	2.797
Resultados de reavaliação cambial	-	2.549	-	544	-	-	-	(149)	2.944
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	2.329	-	-	-	207	2.536
Outros resultados de exploração	1.639	91	14.064	9.598	23	-	-	2.599	28.014
Produto da actividade	2.879	21.651	29.096	171.547	14.812	30	156	30.871	271.042
Custos com pessoal e FST's	35.054	878	26.047	71.910	3.530	-	-	22.388	159.807
Amortizações do exercício	237	185	482	4.799	89	-	-	3.177	8.969
Provisões e imparidade	(5)	(178)	(9.186)	(24.540)	(4)	-	-	(1.345)	(35.258)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	1.460	3.680	-	-	2.428	-	-	1.110	8.678
Resultado antes de imposto	(30.957)	24.090	(6.619)	70.298	13.617	30	156	5.071	75.686
Impostos e Interesses Minoritários	187	550	2.479	2.378	3.419	-	-	7.736	16.749
Resultado após imposto	(31.144)	23.540	(9.098)	67.920	10.198	30	156	(2.665)	58.937
Balanço									
Caixa e aplicações em IC's	-	527.884	469.395	32.227	-	-	-	62.177	1.091.683
Crédito a clientes	17.781	-	1.531.183	3.264.923	-	-	-	14.173	4.828.060
Activos financeiros	-	29.263	-	17.033	221	-	-	817.078	863.595
Outros activos	-	-	5.237	43.877	2.351	-	-	146.159	197.624
Total do Activo	17.781	557.147	2.005.815	3.358.060	2.572	-	-	1.039.587	6.980.962
Depósitos de IC's	-	-	-	535.105	-	-	-	11.119	546.224
Depósitos de clientes	802	10.882	843.153	3.271.545	-	-	-	(49)	4.126.333
Outros passivos	-	2.053	4.729	71.834	1.679	-	-	1.823.923	1.904.218
Total do Passivo	802	12.935	847.882	3.878.484	1.679	-	-	1.834.993	6.576.775
Capital próprio	560	413	8.831	11.438	8.074	-	-	374.871	404.187
Total do Passivo e Capital próprio	1.362	13.348	856.713	3.889.922	9.753	-	-	2.209.864	6.980.962

Nota 5.2 - Informação por segmentos de áreas geográficas

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição dos principais segmentos geográficos apresentava o seguinte detalhe:

milhares €

	Portugal	Países da EU	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Total
Demonstração de resultados									
Juros e rendimentos similares	298.274	4.511	-	-	10.354	-	3.712	15.665	332.516
Juros e encargos similares	150.619	1.318	-	-	3.080	-	2.568	10.571	168.156
Margem financeira	147.656	3.193	-	-	7.274	-	1.144	5.094	164.360
Rendimentos de instrumentos de capital	(3.680)	-	-	-	5	-	-	4.400	725
Rendimentos de serviços e comissões	61.200	840	-	-	3.039	-	150	2.678	67.907
Encargos com serviços e comissões	12.604	98	-	-	612	-	-	1.245	14.559
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	17.008	-	-	-	(2.555)	-	(47)	1.912	16.318
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.774	-	-	-	23	-	-	-	2.797
Resultados de reavaliação cambial	2.724	14	-	-	20	-	494	(308)	2.944
Resultados de alienação de outros activos	207	-	-	-	2.329	-	-	-	2.536
Outros resultados de exploração	10.964	11.201	-	-	5.855	-	(30)	24	28.014
Produto da actividade	226.248	15.150	-	-	15.377	-	1.711	12.555	271.042
Custos com pessoal e FST's	144.089	1.608	-	-	10.643	-	489	2.978	159.807
Amortizações do exercício	8.018	179	-	-	567	-	205	-	8.969
Provisões e imparidade	(33.012)	235	-	-	(3.283)	-	276	526	(35.258)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	8.686	-	-	-	(8)	-	-	-	8.678
Resultado antes de imposto	49.816	13.598	-	-	876	-	1.293	10.103	75.686
Impostos e Interesses Minoritários	16.485	80	-	-	170	-	3	11	16.749
Resultado após imposto	33.331	13.518	-	-	706	-	1.290	10.092	58.937
Balanço									
Caixa e aplicações em IC's	927.930	31.535	-	-	26.265	-	8.095	97.858	1.091.683
Crédito a clientes	4.535.580	49.336	-	-	44.869	-	46.655	151.620	4.828.060
Activos financeiros	808.271	-	-	-	1.058	-	122	54.143	863.595
Outros activos	158.069	1.666	-	-	20.942	-	1.539	15.408	197.624
Total do Activo	6.429.850	82.537	-	-	93.135	-	56.411	319.029	6.980.962
Depósitos de IC's	468.933	-	-	-	21.294	-	4	55.993	546.224
Depósitos de clientes	3.426.943	78.722	-	-	5.884	-	251.535	363.249	4.126.333
Outros passivos	1.664.729	6.308	-	-	32.227	-	402	200.552	1.904.218
Total do Passivo	5.560.605	85.030	-	-	59.405	-	251.941	619.794	6.576.775
Capital próprio	391.811	1.722	-	-	3.002	-	(7.769)	15.420	404.187
Total do Passivo e Capital próprio	5.952.416	86.752	-	-	62.407	-	244.173	635.213	6.980.962

Nota 6 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Caixa	81.923	76.876
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
No Banco de Portugal	265.525	226.626
No estrangeiro	1.565	1.088
Juros a receber	-	-
	349.013	304.590

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) N° 2818/98 do Banco Central Europeu. De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Nota 7 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	46.758	51.860
Cheques a cobrar	173.289	95.920
Outras disponibilidades	-	-
	220.047	147.780
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	294.928	42.300
Cheques a cobrar	6.628	8.331
Outras disponibilidades	18	88
	301.574	50.719
Juros a receber	14	10
	521.635	198.509

O saldo da rubrica "Cheques a cobrar" sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

Nota 8 - Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	47.823	-
De emissores públicos estrangeiros	3.550	4.933
De outros emissores nacionais	7.751	10.286
De organismos financeiros internacionais	724	986
De outros emissores estrangeiros	34.023	35.773
	93.871	51.978
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	-	233
De emissores estrangeiros	2.767	-
	2.767	233
Outros títulos	18.604	7.373
Instrumentos derivados de negociação (8.1)	30.037	15.736
	145.279	75.320

(cont.)

(cont.)

milhares €

	2005	
	2006	Pro forma
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	2.196	24.240
De outros emissores nacionais	4.170	4.920
De organismos financeiros internacionais	140.520	135.542
De outros emissores estrangeiros	-	3.017
	146.886	167.719
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	14.341	2.394
De emissores estrangeiros	15.209	13.040
	29.550	15.434
Outros títulos	78.957	57.199
Outros activos titularizados não desreconhecidos	-	-
	255.393	240.352
	400.672	315.672

Nota 8.1 - Derivados

A rubrica Instrumentos derivados de negociação tem a seguinte composição:

Milhares €

	2006		
	Valor nacional	Valor de balanço	
		2006	2005
Cotados em bolsa			
Futuros	1.061.117	1.675	1.438
Contratos de taxa de juro			
Swaps	89.650	7.618	4.695
Futuros	880	1.575	472
Mercado de balcão			
Contratos de taxa de câmbio			
Swaps	224.533	114	195
Futuros	53.792	33	-
Forwards	17.494	700	220
Contratos de taxa de juro			
Swaps	1.429.128	10.289	5.677
Equity swaps	107.912	6.234	-
Futuros	161.290	1.659	3.039
Opções	75.930	10	-
Contratos sobre acções			
Swaps	11.165	131	-
Futuros	-	-	-
Opções	-	-	-
		30.037	15.736

A rubrica Derivados de cobertura tem a seguinte composição:

	2006			2005	
	Valor nacional	Valor de balanço		Valor de balanço	
		Activos	Passivos	Activos	Passivos
Cobertura de justo valor					
Swaps					
Taxa de juro	4.235	79	-	-	20
Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps					
Divisas	16.202	-	394	93	485
Derivados de cobertura					-
		79	394	93	505

Nota 9 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos nacionais	230.476	32.471
De outros emissores públicos nacionais	-	-
De emissores públicos estrangeiros	1.053	3.678
De outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada	84	81
Dívida subordinada	14.650	6.814
De organismos financeiros internacionais	-	-
De outros emissores estrangeiros:		
Operações de titularização	-	99
Dívida não subordinada	10.184	11.856
Dívida subordinada	6.355	7.743
	262.802	62.742
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	383	507
Valorizados ao custo histórico	5	-
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	3.761	3.763
Valorizados ao custo histórico	-	8
	4.149	4.278
Outros títulos		
Valorizados ao justo valor	39.275	29.873
Valorizados ao custo histórico	14.543	29.421
	53.818	59.294
Imparidade	-	(1.187)
	-	(1.187)
	320.769	125.127

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Natureza e espécie de título	Quant	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		nominal	preço					
Instrumentos de dívida								
De emissores públicos nacionais	232.845.000			230.492	230.476	82	143	-
- OT - Agosto 2007	110.000	0,01	1,01	112	111	-	-	-
- OT - Julho 2009	110.000	0,01	1,00	111	110	-	-	-
- BT's 18/05/07	100.000.000	1,00	0,99	98.619	98.660	41	-	-
- BT's 23/03/07	100.000.000	1,00	0,99	99.178	99.220	42	-	-
- OT - Agosto 02/07	150.000	1,00	1,01	153	151	-	2	-
- OT - Julho 99/09	1.265.000	1,00	1,00	1.296	1.265	-	31	-
- OT - Julho 04/08	28.150.000	1,00	0,99	27.935	27.883	-	53	-
- OT - Julho 2008	3.000.000	1,00	1,01	3.028	3.016	-	57	-
- OT - Abril	60.000	1,00	1,00	59	60	-	0	-
De outros emissores públicos nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos estrangeiros	1.000			832	1.053	2	-	-
- LTF 19/12/2007 - 20/09/2002	340	120,92	1,05	273	358	1	-	-
- LTF 19/12/2007 - 20/09/2003	545	193,83	1,05	438	574	1	-	-
- LTF 19/12/2007 - 20/09/2004	115	40,90	1,05	121	121	0	-	-
De outros emissores nacionais:								
Operações de titularização	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida não subordinada	85.000			85	84	-	-	-
- Obrigações de caixa - SFE	85.000	1,00	0,99	85	84	-	-	-
Dívida subordinada	14.650.000			14.650	14.650	-	-	-
- CHAVES SME CLO N.º 1 - C	5.050.000	1	1	5.050	5.050	-	-	-
- CHAVES SME CLO N.º 1 - E	9.600.000	1	1	9.600	9.600	-	-	-
De organismos financeiros internacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores estrangeiros:								
Dívida não subordinada	12.125.000			9.681	10.184	319	3	-
- K(2) Corp. (Capital Notes)	2.000.000	0,76	0,77	1.519	1.534	-	-	-
- Jubil V-X-W	1.325.000	1,00	1,04	1.325	1.376	39	-	-
- BNP Paribas	3.500.000	0,76	0,63	1.898	2.216	221	-	-
- Promise PLC	1.000.000	1,00	1,01	1.000	1.007	-	0	-
- EURLTD Float 09	500.000	1,00	0,77	380	384	-	3	-
- Exum 2006 4xd	1.000.000	1,00	0,76	759	761	-	-	-
- Harbm 5X B2E	800.000	1,00	1,04	800	830	27	-	-
- Harbm 6X B2	1.000.000	1,00	1,05	1.000	1.048	33	-	-
- Harbm 2X B2	1.000.000	1,00	1,03	1.000	1.027	-	-	-
Dívida subordinada	7.974.112			6.355	6.355	-	-	-
- K2 CORP. (Capital Notes) 02-12	7.903.268	1,00	0,76	6.001	6.001	-	-	-
- Investment Circle Bonds	70.844	1,00	5,00	354	354	-	-	-
	267.680.112			262.096	262.802	403	147	-
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais								
Valorizados ao justo valor	152.589			1.447	383	15	582	-
- Nextpart, SGPS, SA	76.661	1	2	138	138	-	-	-
- BANIF, SGPS - NOM.	12.500	1	5	51	66	15	-	-
- Calzeus S.A	63.428	22	3	1.258	179	-	582	-
Valorizados ao custo histórico	944			5	5	-	-	-
- Real Seguros	944	5,00	4,99	5	5	-	-	-
De emissores estrangeiros								
Valorizados ao justo valor	80.000			3.761	3.761	-	-	-
- Investments Circle SA	80.000	1,00	47,02	3.761	3.761	-	-	-
Valorizados ao custo histórico	-			-	-	-	-	-
	233.533			5.213	4.149	15	582	-
Outros títulos								
Valorizados ao justo valor	21.656.025			38.865	39.275	665	10	-
- Fundo Invest. BPN Ações	250.000	5,00	6,45	1.247	1.613	366	-	-
- Fundo Invest. BPN Imonegócios	543.749	5,00	6,53	3.482	3.550	67	-	-
- IMOSOCIAL - Fund.Inv. Imobilié	1.749.276	5,00	6,26	10.722	10.948	225	-	-
- CHAVES SME CLO N.º 1 - F	15.613.000	1,00	1,00	15.613	15.613	-	-	-
- Papel Comercial - GPSaude	1.500.000	1,00	2,85	4.500	4.269	-	-	-
- Papel Comercial - Inapa	1.000.000	1,00	2,02	2.050	2.021	6	-	-
- Papel Comercial - Cima S.A.	1.000.000	1,00	1,26	1.250	1.262	-	10	-
Valorizados ao custo histórico	14.712.845			14.228	14.542	-	-	-
- Aquilae 2006-1X Z	1.500.000	1,00	1,00	1.500	1.507	-	-	-
- Aurum Investments SA	1.000.000	1,00	1,01	996	1.007	-	-	-
- Xelo PLC Float 201213	1.000.000	1,00	0,99	1.000	992	-	-	-
- Zela Fin G.S.T.111Float	2.000.000	0,76	0,77	1.519	1.536	-	-	-
- Excellence Assets Funds	18.084	1,00	1,00	18	18	-	-	-
- Leverage India Fund	3.796.507	1,00	1,03	3.797	3.910	-	-	-
- Rio Hotel e Casino	1.898.254	1,00	1,08	1.898	2.043	-	-	-
- Luso Carbon Fund	1.500.000	1,00	1,00	1.500	1.500	-	-	-
- Sedna Finance Corporation	2.000.000	1,00	1,01	2.000	2.030	-	-	-
	36.368.870			53.093	53.818	665	10	-
				320.402	320.769	1.083	738	-

Nota 10 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Aplicações em IC's no país		
Mercado monetário interbancário	1.550	1.550
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	11.398	37.233
Empréstimos	300	-
Outras aplicações	456	2.420
Juros a receber	1.337	1.052
	15.041	42.255
Aplicações em IC's no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	22.670	5.466
Depósitos	8.420	9.097
Empréstimos	86.286	11.410
Operações de compra com acordo de revenda	1.519	1.695
Outras aplicações	84.718	3.170
Juros a receber	2.427	1.048
Receitas diferidas	(46)	(51)
	205.994	31.835
	221.035	74.090
Imparidade	-	-
	221.035	74.090

Nota 11 - Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Crédito não titulado		
Interno		
Desconto	303.774	314.514
Empréstimos	735.957	958.247
Créditos em conta corrente	1.702.286	1.586.284
Descobertos em depósitos à ordem	102.733	97.929
Créditos tomados-factoring	126.980	104.851
Locação financeira	307.640	285.640
Outros créditos	637.268	508.360
Juros a receber	21.694	19.009
	3.938.332	3.874.834
Ao exterior		
Desconto	9.522	8.251
Empréstimos	108.759	108.625
Créditos em conta corrente	265.327	242.187
Descobertos em depósitos à ordem	32.086	34.548
Créditos tomados-factoring	8.442	5.445
Locação financeira	1.109	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Outros créditos	59.948	41.232
Juros a receber	8.196	4.312
	493.389	444.600
Crédito titulado		
Receitas diferidas	-	(2.216)
	-	(2.216)

(cont.)

(cont.)

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes		
Crédito interno	405.288	-
Juros a receber	1.849	-
	407.137	-
Crédito e juros vencidos	126.459	99.359
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(15)	-
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	-	-
	126.444	99.359
Imparidade	(137.242)	(130.176)
	4.828.060	4.286.401

O escalonamento dos créditos sobre Clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

milhares €		
	2006	2005 Pro forma
Até 3 meses	1.459.181	1.245.838
De 3 meses a 1 ano	1.472.835	1.361.069
De 1 a 5 anos	1.018.153	901.541
Mais de 5 anos	954.948	841.706
Duração indeterminada	60.185	66.423
	4.965.302	4.416.577

A carteira de crédito (valores consolidados), no final de 2006, encontrava-se distribuída pelas seguintes instituições:

milhares €				
Empresa	2006	2005	Var. anual	% no total do crédito
BPN, S.A.	3.808.299	3.382.236	12,6%	76,7%
Banco Efisa	258.331	207.935	24,2%	5,2%
BPN Cayman	153.069	155.616	-1,6%	3,1%
BPN IFI	46.886	51.131	-8,3%	0,9%
BPN Crédito, IFIC	652.168	580.919	12,3%	13,2%
BPN Brasil	46.549	38.740	20,2%	0,9%
Total	4.965.302	4.416.577	12,4%	100,0%

Por sectores de actividade, o crédito apresenta a seguinte distribuição:

milhares €				
	2006	2005	Var. anual	% no total do crédito
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	62.211	52.434	18,6%	1,3%
Indústrias Extractivas	43.618	38.199	14,2%	0,9%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	69.785	57.001	22,4%	1,4%
Têxteis	86.182	73.131	17,8%	1,7%
Madeira e Cortiça	35.148	33.997	3,4%	0,7%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	34.337	34.138	0,6%	0,7%
Químicas e Actividades Conexas	30.993	27.522	12,6%	0,6%
Produtos Minerais não Metálicos	80.899	78.963	2,5%	1,6%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	65.921	58.748	12,2%	1,3%
Fab. Mobiliário e Outras Ind. Transformadoras	82.930	76.445	8,5%	1,7%
Electricidade, Água e Gás	17.358	11.910	45,7%	0,3%

(cont.)

(cont.)

milhares €

	2006	2005	Var. anual	% no total do crédito
Construção	573.862	506.139	13,4%	11,6%
Actividades Imobiliárias	811.450	739.021	9,8%	16,3%
Comércio a Retalho (excepto de veículos)	156.949	134.162	17,0%	3,2%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	368.449	321.794	14,5%	7,4%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	90.408	87.223	3,7%	1,8%
Restaurantes e Hóteis	108.744	95.382	14,0%	2,2%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	55.352	91.308	-39,4%	1,1%
Outras Actividades de Serviços Prestados	465.156	264.655	75,8%	9,4%
Intermediação Financeira	253.479	147.570	71,8%	5,1%
Outros	193.668	467.435	-58,6%	3,9%
Particulares	1.278.403	1.019.400	25,4%	25,8%
Total	4.965.302	4.416.577	12,4%	100,0%

Nota 12 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	31.12.05								Saldo	
	Valor		Aquisições	Reaval.	Alienações e		Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.06	Ajuste IAS	31.12.06 Após IAS
	bruto	Amortiz. Acumuladas			abates	Transf.				
Imóveis em uso										
Imóveis de serviço próprio	9.310	(1.100)	1.191	(147)	(105)	454	(121)	9.482	(102)	9.380
Outros imóveis	117	(35)	-	-	-	-	(13)	69	-	69
Obras em imóveis arrendados	21.663	(9.362)	699	-	-	448	(2.187)	11.261	-	11.261
	31.090	(10.497)	1.890	(147)	(105)	902	(2.321)	20.812	(102)	20.710
Equipamento										
Mobiliário e material	4.521	(3.031)	266	-	(81)	-	(474)	1.201	-	1.201
Máquinas e ferramentas	5.108	(3.845)	154	-	(11)	-	(609)	797	-	797
Equip. informático	9.287	(8.709)	742	-	(267)	80	(490)	643	-	643
Instalações interiores	2.577	(2.263)	43	-	(1)	-	(136)	220	-	220
Material de transporte	1.514	(1.177)	392	-	(142)	(17)	(210)	360	-	360
Equip. segurança	1.719	(917)	106	-	(51)	-	(173)	684	-	684
Outro equipamento	492	(180)	69	-	-	-	(47)	334	-	334
	25.218	(20.122)	1.772	-	(553)	63	(2.139)	4.239	-	4.239
Equipamento em locação operacional	14.776	(5.422)	67	-	(2.260)	-	(2.402)	4.759	-	4.759
Equipamento em locação financeira	4.837	(4.293)	22	-	-	-	(381)	185	-	185
Activos tangíveis em curso	441	-	1.125	-	(417)	(739)	-	410	-	410
Outros activos tangíveis	1.892	(71)	147	-	-	-	(10)	1.958	-	1.958
	21.946	(9.786)	1.361	-	(2.677)	(739)	(2.793)	7.312	-	7.312
	78.254	(40.405)	5.023	(147)	(3.335)	226	(7.253)	32.363	(102)	32.261

Nota 13 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	31.12.05							Saldo	
	Valor		Aquisições	Alienações e		Amortiz. Exercício	Ajuste IAS	Saldo 31.12.06	
	bruto	Amortiz. Acumuladas		abates	Transf.				
Sistemas de tratamento automático de dados	10.410	(8.888)	717	(451)	-	(1.131)	-	657	
Outros activo intangíveis	10.488	(8.651)	738	(167)	(337)	(585)	300	1.786	
	20.898	(17.539)	1.455	(618)	(337)	(1.716)	300	2.443	
Activos intangíveis em curso	1.144	-	5.791	(455)	(204)	-	-	6.276	
	22.042	(17.539)	7.246	(1.073)	(541)	(1.716)	300	8.719	

Nota 14 - Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Partic. efectiva (%)		Valor de Balanço		Método	Método	2006	2005
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05				
Acacia Real Estate	1,67%	-	1.329	-	Custo	-	Efisa	-
Adrave	6,36%	6,36%	19	25	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
AMB - SGPS	11,00%	11,00%	94	93	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Avipronto	24,85%	24,85%	5.430	5.165	Mep	Mep	Efisa	Efisa
Banco Africa Ocidental	8,68%	8,62%	178	178	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Banco Desenv. Comércio de Moçambique	9,95%	9,96%	549	607	Custo	Custo	Efisa	Efisa
BPN Créditos Brasil	-	49,90%	-	0,4	-	Mep	-	SLN Madeira
BPN Créditos Corretora de Seguros, Ltda	34,76%	79,84%	14	7	Mep	Custo	BPN Créditos Brasil	BPN Brasil
BPN Imoglobal	23,48%	21,52%	32.904	30.209	Mep	Mep	BPN, S.A., Real Vida	BPN, S.A., Real Vida
Bypass	44,91%	44,91%	12	12	Mep	Mep	Efisa	Efisa
Calzeus S.A	13,23%	13,23%	1.079	1.079	Custo	Custo	Efisa	Efisa
CELF SGPS S.A	19,96%	19,96%	848	848	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Cervejas Nampula	-	7,54%	-	507	-	Custo	-	SLN Madeira
Cimpofin	-	18,70%	-	648	-	Custo	-	BPN, S.A.
Coimbravita - Agência de Desenvolvimento Re	11,07%	11,07%	49	66	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Compras em Grupo Moçambique	19,19%	19,96%	6	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Disperfum SL	9,82%	6,98%	754	444	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Efisacar	19,74%	19,74%	732	732	Custo	Custo	Efisa	Efisa
ENTIGERE - Entidade Gestora da Rede Multis	10,00%	10,00%	100	100	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
ERGI	-	19,96%	-	882	-	Custo	-	SLN Madeira
Ergorent	19,96%	19,96%	3	3	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Fenton Ventures & Resources INC	19,96%	-	1	-	Custo	-	Efisa	-
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco	29,94%	29,94%	9.331	9.198	Mep	Mep	Efisa	Efisa
Fund Box Soc Gestora de Fundos Imob Ionves	3,64%	2,92%	208	208	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Gamboia	-	99,80%	-	55	-	Custo	-	SLN Madeira
Imoreal	39,61%	36,60%	84.333	75.773	Mep	Mep	BPN, S.A., Real Vida	BPN, S.A., Real Vida
INEGI - Instituto Engenharia Mec. e Gestão Inc	3,00%	-	50	-	Custo	-	BPN, S.A.	-
Locagest	19,96%	19,96%	16	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Moçambique Companhia de Seguros	4,49%	4,49%	31	35	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent	19,96%	19,96%	18	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent Ibérica	19,96%	19,96%	6	6	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Payshop Moçambique S.A.R.L	19,96%	19,96%	101	112	Custo	Custo	Efisa	Efisa
PME Capital-Soc Portug. Capital de risco, S.A	0,00%	0,04%	9	9	Custo	Custo	BPN, S.A., Efisa	BPN, S.A., Efisa
PME Invest-Soc de Capital de Risco S.A	0,00%	0,04%	9	9	Custo	Custo	BPN, S.A., Efisa	BPN, S.A., Efisa
Quartenaire Portugal	16,40%	16,40%	40	40	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Schoolgest	15,97%	19,96%	10	10	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Sensorent	19,96%	19,96%	5	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
SIBS	0,41%	0,41%	2.342	2.342	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Soc. Desenvolvimento e Exploração Marina Bz	50,00%	50,00%	1.250	1.250	Mep	Mep	BPN, S.A.	BPN SA
Sociedade SWIFT, SA	0,62%	-	17	-	Custo	-	BPN, S.A.	-
UNICRE	0,29%	0,29%	99	107	Custo	Custo	BPN, S.A.	BPN, S.A.
Velmax	7,98%	7,98%	15	16	Custo	Custo	Efisa	Efisa
BPN Serviços, ACE	83,34%	83,34%	83	83	Custo	Custo	BPN GA, BPN Imof, BPN PF, BPN S.A., Efisa, BPN Crédito IFIC, Real Vida	BPN GA, BPN Imof, BPN S.A., Efisa, BPN Crédito IFIC, Real Vida, Soserfin
			142.075	130.906				

Nota 15 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	858	434
Outros	-	-
	858	434
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	13.059	11.927
Por prejuízos fiscais	-	3.009
	13.059	14.936
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	8.907	5.020
Outros	472	-
	9.379	5.020
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	3.244	4.888
Por créditos fiscais	-	-
	3.244	4.888
	1.294	5.462

Nota 16 - Provisões técnicas de resseguro cedido

Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo Vida:

	milhares €				
	2005	Ajust. IAS/IFRS	2005 Pro forma	Aumentos/R eduções	2006
Provisão Matemática					
De Seguro Directo	303.488	(274.226)	29.262	1.272	30.534
De Resseguro Cedido	5.238	-	5.238	(2.131)	3.107
Provisão para Sinistros					
De Seguro Directo	8.770	-	8.770	(2.821)	5.949
De Resseguro Cedido	3.131	-	3.131	(433)	2.698
Provisão para Participação nos Resultados					
De Seguro Directo	192	(192)	-	183	183
De Resseguro Cedido	-	-	-	-	-
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	27.696	(27.696)	-	-	-
	331.777	(302.114)	29.662	1.198	30.860

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;

- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;

- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

Nota 17 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Devedores por seguro directo e resseguro	3.892	3.154
Imparidade	(366)	(236)
	3.526	2.918
Devedores, outras aplicações e outros activos		
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.804	1.187
Aplicações diversas	13.435	28.434
Sector público administrativo	1.925	1.758
Devedores diversos	84.703	79.068
	101.867	110.447
Outros activos		
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	31	4
Outros activos	35	303
	66	307
Imparidade	(8.817)	(7.358)
	(8.817)	(7.358)
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	1.740	21.991
Outros rendimentos a receber	1.150	1.954
	2.890	23.945
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	7.428	(9.181)
	7.428	(9.181)
Fundo de pensões		
Contribuições para o fundo de pensões	(71)	(12.290)
Desvios actuariais	8.951	21.036
	8.880	8.746
Encargos a pagar		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas	(1.121)	(464)
	(1.121)	(464)
Receitas com rendimento diferido		
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)	(66)	(72)
	(66)	(72)
Outras contas de regularização		
Posição cambial	28	1.513
Operações cambiais a liquidar	12.793	16.204
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	494	1.245
Outras operações a regularizar	8.954	23.027
	22.269	41.989
	136.922	171.277

Nota 18 - Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Recursos de outros bancos centrais		
Depósitos	77	-
	77	-
Juros a pagar	-	-
	77	-

Nota 19 - Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos derivados		
Swaps	16.653	5.376
Opções	11.092	10.502
Outros	23	-
	27.768	15.878
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Instrumentos derivados		
Futuros	535	268
	535	268
	28.303	16.146

Nota 20 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Recursos de IC's no país		
Mercado monetário interbancário	6.133	-
Recursos a muito curto prazo	8.000	9.000
Depósitos	92.192	92.911
Empréstimos	9.200	18.675
Juros a pagar	2.111	2.331
Encargos diferidos	(304)	(1.433)
	117.332	121.484
Recursos de IC's no estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	-	4.000
Depósitos	67.662	44.018
Empréstimos	358.006	337.191
Outros recursos	955	506
Juros a pagar	2.269	1.715
	428.892	387.430
	546.224	508.914

Nota 21 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Recursos de clientes		
Depósitos à ordem	1.342.527	1.179.060
Depósitos com pré-aviso	-	-
Depósitos a prazo	2.634.309	2.699.727
Depósitos de poupança	93.755	93.275
Depósitos obrigatórios	73	114
Cheques e ordens a pagar	26.454	22.106
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Outros	7.051	6.771
Juros a pagar	26.935	19.072
Encargos diferidos	-	-
	4.131.104	4.020.125
Outros		
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(4.771)	-
	(4.771)	-
	4.126.333	4.020.125

Nota 22 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Certificados de depósito		
Emissões	11.698	1.567
Recompras	-	-
	11.698	1.567
Obrigações de caixa		
Emissões	40.040	38.147
Recompras	-	-
	40.040	38.147
Instrumentos financeiros compostos		
Emissões	-	-
Recompras	-	-
	-	-
Outros		
Emissões	200.000	-
Recompras	-	-
	200.000	-
Juros a pagar	1.378	683
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(387)	(854)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(1.894)	-
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	-	-
	(903)	(171)
	250.835	39.543

As características das responsabilidades são como se segue:

Milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
Certificados de depósito					
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	28-09-2006	18-09-2008	100% CDI	816	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	02-08-2006	23-07-2008	100% CDI	5	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	25-04-2006	15-05-2007	100% CDI	78	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	07-07-2006	22-06-2009	100% CDI	7	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	06-09-2006	27-08-2008	104% CDI	18	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	23-06-2006	13-06-2008	100% CDI	10	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	23-09-2005	14-09-2007	102% CDI	83	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	17-01-2006	08-01-2008	101% CDI	163	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	01-02-2006	23-01-2008	104% CDI	25	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	27-06-2006	12-06-2009	110% CDI	4	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	28-06-2006	12-06-2009	110% CDI	4	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	29-05-2006	19-05-2008	107% CDI	19	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	25-07-2006	15-07-2008	100% CDI	376	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	24-10-2006	14-10-2008	100% CDI	91	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	22-12-2006	12-12-2008	100% CDI	89	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	17-10-2006	07-10-2008	100% CDI	810	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	19-04-2006	09-04-2008	100% CDI	416	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	19-04-2006	09-04-2008	100% CDI	416	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	08-08-2006	29-07-2008	100% CDI	75	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	12-05-2006	02-05-2008	104% CDI	194	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	21-06-2006	05-06-2009	104% CDI	134	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	04-07-2006	24-06-2008	100% CDI	4	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	24-03-2006	14-03-2008	102% CDI	12	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	23-06-2006	08-06-2009	107% CDI	117	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	12-06-2006	02-06-2008	105% CDI	8	

(cont.)

(cont.)

Milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	25-08-2006	15-08-2008	105% CDI	22	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	20-12-2006	10-12-2008	104% CDI	29	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	07-07-2006	27-06-2008	107% CDI	190	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	05-10-2006	25-09-2008	104% CDI	5	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	19-05-2006	09-05-2008	105% CDI	37	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	09-03-2006	28-02-2008	105% CDI	20	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	18-05-2006	08-05-2008	105% CDI	39	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	27-09-2006	17-09-2008	110% CDI	37	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	05-10-2006	25-09-2008	110% CDI	18	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	29-05-2006	19-05-2008	107% CDI	19	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	23-06-2006	08-06-2009	107% CDI	117	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	05-06-2006	26-05-2008	107% CDI	19	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	30-03-2006	20-03-2008	105% CDI	8	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	05-04-2006	26-03-2008	102% CDI	8	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	23-06-2005	14-06-2007	100% CDI	22	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	29-12-2005	20-12-2007	100% CDI	57	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	26-12-2006	16-12-2008	100% CDI	144	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	19-12-2006	09-12-2008	103% CDI	25	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	01-09-2006	22-08-2008	100% CDI	185	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	07-12-2006	26-11-2008	100% CDI	5.875	
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	08-12-2006	28-11-2008	100% CDI	848	
				11.698	
Obrigações					
BPN SFE - 75M	Jun-05	Jun-13	5,74%	18.378	
BPN SFE - 50M	Jun-03	Jun-13	5,28%	1.662	
Obrigações BPN 100%	Jun-04	Jun-07	*	20.000	
BPN Cayman Ltd. - 200M FRN	Sep-06	Set-09	4,06%	200.000	
				240.040	
Outros					
				0	
Juros a pagar				1.378	
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado				(387)	
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura				(1.894)	
				(903)	
				250.835	

* A Remuneração varia entre 0% e 25% do valor nominal e é igual a 100% da média aritmética da variação dos índices constantes no cabaz.

A variação de cada índice define-se como a variação percentual verificada no valor do índice entre 21 de Junho de 2004 e 21 Junho 2007 com o máximo de 25% de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Min } (25\%, (\text{Nível de Referência Final} - \text{Nível de Referência Inicial}) / \text{Nível de Referência Inicial}.$$

Nota 23 - Passivos financeiros associados a activos transferidos

O BPN, S.A., lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO No.1. As principais características da operação, com referência à data de 31 de Dezembro de 2006, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	Montante (milhares Euros)	Data de emissão	Vida média		
			estimada	Garantia	Spread
- Chaves SME CLO No.1	601.210	20-12-2006	5,73	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(35.931)				
	565.279				

Aquando do cálculo do montante do crédito titularizado e a concretização efectiva da operação, ocorreram liquidações totalizando um montante de 35.940 milhares de Euros, conforme pagamento ainda efectuado em Dezembro de 2006.

Nota 24 - Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

							milhares €
	Saldo 31.12.05	IAS 32 e 39	Aumentos	Reposições/Re versões	Utilizações	Trasf.	Saldo 31.12.06
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:							
Instrumentos de dívida	-		231	(135)	(96)	-	-
Instrumentos de capital	-		-	-	-	-	-
Outros títulos	1.187		125	(474)	(838)	-	1
Créditos e outros valores a receber	-		-	-	-	-	-
Imparidades em aplicações em instituições de crédito							
Imparidades em crédito a clientes	130.176	(1.416)	54.917	(18.094)	(28.896)	555	137.242
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos	-		-	-	-	-	-
Imparidades em activos com acordo de recompra	-		-	-	-	-	-
Imparidades em outros detidos até à maturidade	-		-	-	-	-	-
Imparidades em activos não financeiros	-		-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos	7.358		1.516	(110)	-	53	8.817
Imparidades por seguro directo e resseguro	236		140	-	(10)	-	366
Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos							
	28		11	-	-	-	39
Outras provisões	480		1.596	(27)	(380)	(634)	1.035
	139.465	(1.416)	58.536	(18.840)	(30.220)	(26)	147.499

Nota 25 - Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Empréstimos subordinados		
Titulados		
Emissões	150.000	150.000
Recompras	-	-
	150.000	150.000

As características dos passivos subordinados são como se segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	milhares €	
				Montante	Obs.
Empréstimos subordinados					
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Maio 2003	Maio 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	50.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(2)	50.000	
				150.000	
Periodificações, custos e proveitos diferidos					
				150.000	

(1) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo

(2) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4% sendo que: a) nos cupões que se vencem de 22/12/2006 a 22/12/2010 correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15% b) nos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Nota 26 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005
		Pro forma
Credores por seguro directo e resseguro	329.811	302.884
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros e opções	19	22
Recursos diversos	166.455	86.071
Sector público administrativo	8.994	8.264
Cobranças por conta de terceiros	119	208
Contribuições para outros sistemas de saúde	239	224
Credores diversos	45.375	52.194
	221.201	146.983
Receitas a receber		
de operações passivas		
Outras operações passivas	(3)	-
	(3)	-
Encargos a pagar		
Juros a pagar	1.458	1.145
Outros encargos a pagar	18.973	10.350
	20.431	11.495
Receitas com rendimento diferido		
De rendas de locação operacional	4.273	89
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	758	686
Outras	11.684	16.803
	16.715	17.578
Outras contas de regularização		
Posição cambial	924	5.226
Operações cambiais a liquidar	12.145	13.010
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1.150	2.450
Outras operações a regularizar	256.593	6.886
	270.812	27.572
	858.967	506.512

Nota 27 - Capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Acções próprias	Reservas reavaliação	Diferenças Cambiais	Outras reservas e resultados transitados	Resultado exercício	Interesses minoritários
Saldo 31.12.2005 (PCSB)	300.000	6.790	-	-	3	-	40.909	38.279	3.342
Impacto da adopção das IAS/IFRS	-	-	-	-	-	1.525	(12.803)	4.494	24
Saldo 01.01.2006	300.000	6.790	-	-	3	1.525	28.106	42.773	3.366
Aplicação resultados	-	-	-	-	-	-	42.773	(42.773)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	58.937	260
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.000)	-	-
Distribuição aos colaboradores	-	-	-	-	-	-	(1.097)	-	-
Outros	-	-	-	-	3.710	993	(23.165)	-	(14)
Saldo 31.12.2006	300.000	6.790	-	-	3.713	2.518	28.617	58.937	3.612

Nota 28 - Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2006	2005 Pro forma
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	396.453	389.943
Aceites e endossos	-	-
Transacções com recurso	-	-
Cartas de crédito stand-by	2.993	4.439
Créditos documentários abertos	29.569	25.074
Fianças e indemnizações (contragarantias)	-	-
	429.015	419.456
Activos dados em garantia	32.220	32.220
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Opções sobre activos	9.400	9.400
Operações a prazo	-	-
Contratos a prazo de depósitos	5.695	-
Linhas de crédito irrevogáveis	178.839	160.482
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas	-	2.885
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3.771	3.647
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidor	133	186
Compromissos revogáveis	999.717	706.421
	1.197.555	883.021
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	8.200.850	5.583.677
De cobrança de valores	76.518	82.518
Valores administrados pela instituição	2.772.456	2.741.533
	11.049.824	8.407.728
	12.708.614	9.742.425

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Crédito intra diário no montante de 28.449 milhares de euros;
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 3.771 milhares de euros e
- Títulos dados em garantia à CMVM, no âmbito do sistema de indemnização aos investidores, no montante de 26 milhares de euros.

Nota 29 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	4.086	2.868
Juros de aplicações em instituições de crédito	22.094	14.709
Juros de crédito a clientes	275.582	223.406
Juros de crédito vencido	3.184	3.538
Juros de outros activos financeiros	15.418	26.562
Comissões recebidas ao custo amortizado	12.152	12.917
	332.516	284.000
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De bancos centrais	746	17
De outras instituições de crédito	27.914	18.652
Depósitos de clientes	117.263	94.745
Juros de responsabilidades representadas por títulos	3.639	1.872
Juros de passivos financeiros	3.669	2.946
Juros de passivos subordinados	7.089	4.291
Outros juros e encargos	4.977	1.031
Comissões pagas ao custo amortizado	2.859	2.164
	168.156	125.718
	164.360	158.282

Nota 30 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Activos financeiros disponíveis para venda	629	428
Outros instrumentos de capital	96	120
	725	548

Nota 31 - Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Serviços e comissões recebidas		
Por garantias prestadas	6.287	6.228
Por compromissos assumidos perante terceiros	191	160
Por serviços prestados	37.104	29.401
Por operações realizadas por conta de terceiros	5.893	4.842
Outras comissões recebidas	18.432	15.136
	67.907	55.767
Serviços e comissões pagas		
Por garantias recebidas	23	1
Por serviços bancários prestados por terceiros	7.527	3.411
Por operações realizadas por terceiros	582	562
Outras comissões pagas	6.427	8.498
	14.559	12.472
	53.348	43.295

Nota 32 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Ganhos e perdas em operações ao justo valor		
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação	15.488	8.485
Ganhos e perdas em outros activos financeiros	1.208	423
Ganhos e perdas em derivados de cobertura	(251)	(297)
Valores objecto de operações de cobertura	(127)	-
	16.318	8.611
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	331	1.405
Instrumentos de capital	(2)	307
Outros títulos	2.468	(15)
	2.797	1.697
Resultados de reavaliação cambial		
Ganhos em diferenças cambiais	15.720	17.413
Perdas em diferenças cambiais	12.776	15.897
	2.944	1.516
Resultados de alienação de outros activos		
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	2.328	643
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	208	0
	2.536	643
	24.595	12.467

Nota 33 - Resultado líquido de resseguro

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Prémios líquidos de resseguro	10.206	11.340
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(13.978)	(12.745)
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	(4.603)	(2.265)
	(8.375)	(3.670)

Nota 34 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em derivados de cobertura	15.605	24.494
Rendas	1.947	3.628
Ganhos em activos não financeiros	3.688	1.003
Outros ganhos e rendimentos operacionais	29.785	25.697
	51.025	54.822
Encargos e gastos operacionais		
Perdas em derivados de cobertura	955	3.532
Rendas	-	-
Quotizações e donativos	310	291
Contribuições para o FGD	711	599
Perdas em activos não financeiros	306	927
Outros encargos e gastos operacionais	9.603	31.742
	11.885	37.091
Outros Impostos		
Impostos indirectos	1.988	933
Impostos directos	763	462
	2.751	1.395
	36.389	16.336

Nota 35 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	2.801	2.521
Remuneração de empregados	59.273	44.087
Encargos sociais obrigatórios	16.996	13.570
Outros custos com pessoal	2.166	2.493
	81.236	62.671

Nota 36 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Água energia e combustíveis	2.750	2.211
Material de consumo corrente	489	120
Publicações	112	155
Material de higiene e limpeza	84	75
Outros fornecimentos de terceiros	1.831	310
Rendas e alugueres	11.396	9.819
Comunicações	8.705	7.270
Deslocações, estadas e representação	3.949	2.552
Publicidade e edição de publicações	4.060	2.824
Conservação e reparação	847	793
Transportes	219	57
Formação de pessoal	305	129
Seguros	1.156	1.105
Serviços especializados	16.928	14.699
Outros serviços de terceiros	25.740	33.947
	78.571	76.066

Nota 37 - Provisões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Provisões para contingências fiscais		
Dotações	178	231
Reversões	-	-
	178	231
Provisões para encargos com benefícios aos empregados		
Dotações	11	11
	11	11
Outras provisões		
Dotações	3.229	9.226
Reversões	(723)	(4.882)
	2.506	4.344
	2.695	4.586

Nota 38 - Imparidade do crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Crédito a clientes		
Dotações	54.311	46.951
Reversões	(21.686)	(18.746)
	32.625	28.205

Nota 39 - Imparidade de outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Outros activos financeiros		
Dotações	486	235
Reversões	(1.189)	(545)
	(703)	(310)
Outros activos		
Dotações	1.226	647
Reversões	(585)	(422)
	641	225
	(62)	(85)

Nota 40 - Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
Denominação	2006.12	2005.12
Avipronto	557	681
BPN Créditos Brasil	-	(251)
BPN Participações Financeiras	32	-
BPN S.A.	1.461	703
Real Vida Seguros	-	8
BPN SGPS	(2)	-
BPN Créditos Corretora de Seguros Lda	(8)	-
Banco Efisa	4.208	2.909
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco EFISA	156	287
Grupo Português de Saúde SGPS		
BPN Crédito IFIC		55
BPN Imoglobal	(56)	1.711
Imoreal	2.330	2.986
	8.678	9.089

Nota 41 - Impostos

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
Imposto corrente		
Do exercício	23.128	12.797
Correcção de exercícios anteriores	18	-
	23.146	12.797
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(6.192)	(1.782)
	(6.192)	(1.782)
	16.954	11.015

Nota 42 - Resultado consolidado

Nos exercícios de 2006 e 2005, o Resultado Consolidado do BPN, S.A. foi determinado da seguinte forma:

	milhares €	
	2006	2005 Pro forma
BPN - Banco Português de Negócios, S.A.	49.880	37.636
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda.	22.918	33.675
Banco Efisa, S.A.	3.711	3.177
BPN Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	10.220	9.917
BPN Imofundos - Soc. Gestora Fundos Invest. Imobiliário, S.A.	5.891	5.849
BPN Gestão de Activos - Soc. Gest. Fundos Invest. Mobiliário, S.A.	3.118	3.702
BPN Madeira, SGPS, S.A.	(28)	(6)
SLN Madeira, SGPS, S.A.	3.930	3.782
BPN Cayman, Ltd	4.965	3.967
BPN IFI, S.A.	1.062	158
BPN Participações Brasil, S.A.	(667)	-
BPN Brasil, S.A.	(651)	53
BPN Créditos Brasil, S.A.	1.021	-
BIZ Service - Tecnologia em Meios Pagamento, Ltda	(706)	23
Real Re Ltd	(92)	(20)
Real Vida Seguros, S.A.	2.108	707
Soserfin-Serviços Financeiros	-	(1)
	106.680	102.619
Aplicação das IFRS/IAS:		
IAS 12 - Impostos diferidos	3	1.673
IAS 16 - Outros Ajustes	(141)	(6)
IAS 17 - Taxa efectiva	-	(390)
IAS 19 - Benefícios a empregados	216	(3.238)
IAS 27 - Consolidação de SPE	-	22
IAS 38 - Activos intangíveis	83	922
IAS 39 - Outros instr. financeiros	-	(7)
IAS 39 - Imparidade de crédito	2.370	-
Outros Ajustamentos	575	(4)
Ajustamentos de consolidação	(50.849)	(58.818)
	58.937	42.773

Nota 43 - Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

Nota 44 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

3. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado do Exercício, no montante de 49.880.322,25 Euros, tenha a seguinte aplicação: para Reserva Legal 4.988.032,32 Euros, para Reservas Livres 12.892.289,93 Euros, para Distribuição de Dividendos 32.000.000 Euros. O Resultado Consolidado foi de 58.937 milhares de Euros.

Porto, 7 de Março de 2007

O Conselho de Administração,

José de Oliveira Costa
Presidente

António Coelho Marinho
Vogal

Armando José Fonseca Pinto
Vogal

Abdool Magid Abdool Karim Vakil
Vogal

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa
Vogal

Teófilo Paulo Cadima Carreira
Vogal

António Manuel Alves Martins Franco
Vogal

3. Certificações do BPN, S.A.

(contas individuais e consolidadas)

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 6.138.850 milhares de euros e um total de capital próprio de 363.347 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 49.880 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal (“NCA’S”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 43 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt



ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

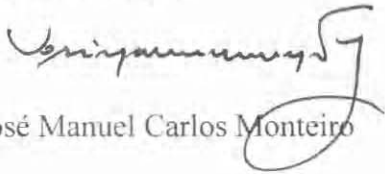
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

- (i) Conforme referido na Nota 2 das Notas explicativas, em 2006 o Banco adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na Nota 2 das Notas explicativas.

Lisboa, 12 de Março de 2007

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

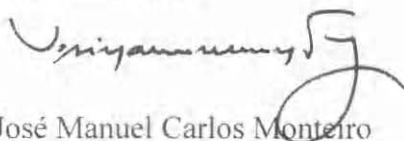
Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 43 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 12 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS (Relatório de Auditoria)

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras do BPN – Banco Português de Negócios, SA (adiante também designado por BPN), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 6 138 850 milhares de euros e um total de capital próprio de 363 347 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 49 880 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do BPN, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito


2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BPN – Banco Português de Negócios, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na Nota 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as NCA definidas pelo Banco de Portugal. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.


BDO bdo & Associados - S.A.

Lisboa, 12 de Março de 2007

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total 6.980.962 milhares de euros e um total de capital próprio de 404.187 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 58.937 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 43 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt



- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

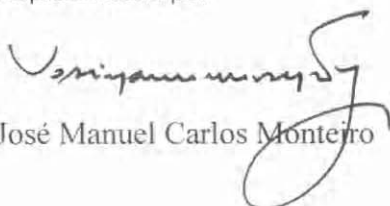
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

- (i) Conforme referido na Nota 4 das Notas explicativas, em 2006 o Grupo adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conforme explicitado na Nota 4 das Notas explicativas.

Lisboa, 12 de Março de 2007

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:


José Manuel Carlos Monteiro

José Carlos Pinto Silva Mota
José Manuel Carlos Monteiro
Maria Ema Assunção Palma
Salvador Figueiredo Vás Lima



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2006

Senhores Accionistas,

No cumprimento do disposto nos estatutos do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.** e na legislação vigente, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo BPN e emitir o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2006, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. ACTUAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os Administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as Actas do Conselho de Administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas pelo **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.



A Member Firm of Russell Bedford International - a worldwide association of independent accounting firms and business advisers

Sede Social:
Rua Augusto Macedo, 10 C, Esc. 2
1600-794 LISBOA

Telefone: 21 712 07 34
Fax: 21 712 07 41
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt

Delegação:
Av. D. Afonso Henriques, 1462, 3º Piso, Esc. 4
4450-013 MATOSINHOS

Telefone: 22 936 43 40
Fax: 22 936 43 49
E-mail: jmsroc@mail.telepac.pt



Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

2. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2006, bem como as perspectivas para 2007, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo BPN e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BPN, em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2006 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

4. GERAL

Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo BPN, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus Conselhos de Administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

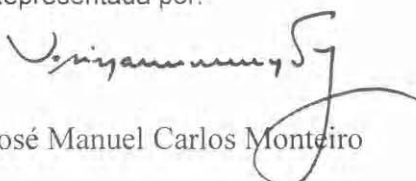
5. PARECER

Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, apresentados pelo Conselho de Administração do BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

Lisboa, 12 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:


José Manuel Carlos Monteiro

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS (Relatório de Auditoria)

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do BPN – Banco Português de Negócios, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 6 980 962 milhares de euros e um capital próprio de 404 187 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 58 937 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

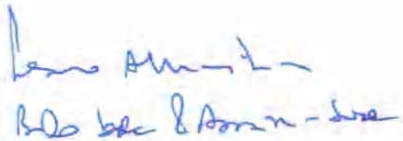
2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 5% do activo líquido consolidado e cerca de 0,03% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPN – Banco Português de Negócios, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na Nota 2, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.



BDO BPC & Associados

Lisboa, 12 de Março de 2007